

# *Revista da Graduação*

---

Vol. 5

No. 1

2012

26

---

**Seção: Faculdade de Serviço Social**

## **ALÇANDO VOO DA SUBALTERNIDADE À AUTONOMIA O Trabalho do(a) assistente social instigando processos emancipatórios ou reiterando subalternidade?**

**Renata Dutra Ferrugem**

Este trabalho está publicado na Revista da Graduação.

ISSN 1983-1374

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/11426>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

RENATA DUTRA FERRUGEM

**ALÇANDO VOO DA SUBALTERNIDADE À AUTONOMIA**  
**O Trabalho do(a) assistente social instigando processos emancipatórios ou**  
**reiterando subalternidade?**

Porto Alegre

2011

RENATA DUTRA FERRUGEM

**ALÇANDO VOO DA SUBALTERNIDADE À AUTONOMIA: O Trabalho do(a)  
assistente social instigando processos emancipatórios ou reiterando  
subalternidade?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane Cruz Prates

Porto Alegre

2011

RENATA DUTRA FERRUGEM

**ALÇANDO VOO DA SUBALTERNIDADE A AUTONOMIA: O Trabalho do(a)  
assistente social instigando processos emancipatórios ou reiterando  
subalternidade?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Serviço Social da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para  
obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 06 de dezembro de 2011.

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Gershenson Aginsky

---

Mestranda Geovana Prante Gasparatto

---

Porto Alegre

2011

Dedico este trabalho às pessoas que contribuíram para meu processo de formação profissional, dando forças para continuar na caminhada. Em especial a minha querida mãe, meu grande exemplo; meu irmão, pelos momentos de descontração; meu pai, pelo exemplo de persistência; e meu namorado, pelo apoio incondicional. Amo Vocês!

## **AGRADECIMENTOS**

Chegou este momento que é tão especial: o de agradecer às pessoas que compartilharam comigo o processo de formação profissional, que contribuíram com a assistente social que agora forma-se. Assim, inicio os agradecimentos utilizando as palavras de Antoine de Saint-Exupéry (2003, p. 72): “Foi o tempo que perdeste com tua rosa que a fez tão importante”. Acredito que todas as pessoas que passaram por minha vida deixaram um pouquinho de si comigo e levaram um pouquinho de mim consigo. Portanto, deixo aqui meus agradecimentos a todos que de alguma forma, em algum momento, contribuíram neste processo, ou seja, aos conhecidos, colegas, professores, amigos, tios, primos, avós. Porém, destaco algumas pessoas que foram especiais neste processo.

Primeiramente, quero agradecer àqueles que se fazem presentes não só na minha vida acadêmica, mas também na pessoal. Meus mais profundos agradecimentos aos meus pais, Inês e Francisco, eles que são os grandes responsáveis pela pessoa que sou hoje. Mãe, és meu exemplo de mulher guerreira e ao mesmo tempo de gentileza e doçura. Obrigada por dedicar muito de sua vida para cuidar de mim, me educar. Saiba que sempre será minha grande amiga e que muito da minha escolha pelo Serviço Social se deve a ti que cultivou em mim o olhar crítico sobre a realidade e a insatisfação com as desigualdades sociais. Pai, és meu exemplo de garra e coragem, contigo aprendi a nunca desistir e lutar pelo que acredito. Ensinou-me a ser honesta e responsável, assim como contigo me espelho em exemplo de competência e profissionalismo. Apesar da distância, estarei sempre perto de ti!

Ao meu querido irmão Rafael, por todos os momentos de descontração que compartilhamos juntos – meu exemplo de determinação que, em momentos de insegurança e incertezas, penso em ti para me encorajar. Agradeço às aulas de violão, as quais me fizeram espairar em momentos de tensão. Ao amor da minha vida, Adriano. Obrigada pelo apoio incondicional, pela compreensão nos momentos em que tive menos tempo para nós dois e que dividia nosso tempo com os trabalhos e com o Trabalho de Conclusão de Curso. Valeu por todos os trabalhos que me ajudou a fazer, pela troca de ideias, por confiar em mim e me ajudar na escolha da profissão. Te amo! Ah, e é claro, não posso esquecer a minha grande companhia

em todos os momentos, madrugadas adentro fazendo trabalhos com meu grande amigo, meu cachorro Krypton.

Ao ingressar no Serviço Social conheci pessoas muito especiais. Agradeço à querida professora Jane Cruz Prates, a qual possibilitou minha experiência no Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS. Muito aprendi contigo, despertou em mim o prazer pela pesquisa e a vontade de aprender sempre mais. Além da pesquisa tive a oportunidade de tê-la como minha orientadora do TCC – fazendo com que este momento de muita tensão e angústia se tornasse divertido, especial e de construção de conhecimento.

Agradeço de coração às minhas colegas que hoje são grandes amigas: Carolina, Caroline, Gisele, Raquel e Vanessa – foi muito bom ter vocês como colegas durante os quatro anos de formação e neste último ano na faculdade sem vocês não foi a mesma coisa. Obrigada pelas trocas, aprendizado, momentos de descontração o que tornava as aulas à noite ainda mais prazerosas. Meus agradecimentos às colegas militantes do CADEL, Paola, Maibí, Aline e Vanessa, com as quais aprendi a importância da militância e de exercer o protagonismo na formação profissional. Vanessa, te agradeço ainda por sua amizade neste último ano da faculdade, o qual não foi muito fácil considerando que muitos de meus colegas e amigos já haviam se formado. Obrigada pela ótima companhia que foi e por estar presente.

Sou grata à professora Leonia Capaverde Bulla, pela oportunidade de me integrar no mundo da pesquisa participando do núcleo o qual era coordenadora. Para não esquecer ninguém, agradeço a todos os integrantes que pelo NEDEPS passaram nos dois anos em que fui bolsista de Iniciação Científica. Destaco a contribuição que tive das mestras Simone e Thaísa, as quais muito auxiliaram nas pesquisas em que participei. Meus sinceros agradecimentos às supervisoras acadêmicas de estágio, Márcia e Dolores: agradeço por terem aguentado a minha inquietude e ansiedade. Aproveito para agradecer também a todos os colegas que tive nas supervisões de estágio que muito contribuíram com o trabalho desenvolvido e agora apresentado.

Da mesma forma, agradeço às minhas supervisoras de estágio, Rosemara e Lone, com as quais muito aprendi a ser Assistente Social. Obrigada por terem agüentado as milhões de perguntas que eu fazia. Agradeço profundamente às equipes nas quais desenvolvi os estágios, agregando conhecimento e aprendizado a partir das trocas de saberes: aos profissionais e estagiários do Centro de Extensão

Universitária Vila Fátima – CEUVF/PUCRS, principalmente a Assistente Social Jussara, a nutricionista Andreia e a estagiária Eni; aos colegas do CRAS Harmonia, principalmente os que seguem: Daniela, Fernanda, Grasiela, Rosana, Rosane, Simone. Estas equipes me mostraram a importância da troca de saberes e que a interdisciplinaridade é possível.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todas as famílias que contribuíram neste processo de formação profissional, a partir dos atendimentos e principalmente as famílias do grupo realizado no CRAS, com as quais muito aprendi.

Encerro com uma frase de Antoine de Saint-Exupéry (2003, 68-69), “Pequeno Príncipe”, que expressa meus profundos agradecimentos a todos que passaram por minha vida, que me cativaram e contribuíram de alguma maneira com este trabalho: “[...] Mas se tu me cativas, minha vida será como que cheia de sol. Conhecerei um barulho de passos que será diferente dos outros. Os outros passos me fazem entrar debaixo da terra. Os teus me chamarão para fora da toca, como se fosse música”



Não há estrada real para a ciência,  
e só têm probabilidade de chegar a seus  
cimos luminosos, aqueles que enfrentam  
a canseira para galgá-los por veredas  
abruptas.

**(MARX, 1989, p. 19).**

## RESUMO

O seguinte trabalho apresenta o processo de formação profissional construído durante a graduação em Serviço Social, enfatizando o processo de estágio desenvolvido no Centro de Extensão Universitária Vila Fátima – CEUVF/PUCRS – e principalmente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Harmonia. Discute acerca do trabalho do Assistente Social com processos sociais emancipatórios junto a famílias em situação de vulnerabilidade social, fundamentais ao trabalho profissional. Explora a sociedade capitalista e suas contradições, apresentando as políticas de Assistência Social e de Segurança Alimentar, enfatizando a necessária intersetorialidade entre elas. Debate sobre o papel contraditório das políticas sociais atualmente e a centralidade da família. Discute acerca dos desafios e possibilidades do trabalho do Assistente Social com grupo de famílias no CRAS, os condicionantes estruturais e políticos do trabalho profissional neste espaço, assim como destaca a particularidade de tal trabalho, sua intervenção com grupo de famílias e a questão social presente nesta realidade. Por fim apresenta o projeto de intervenção realizado no CRAS Harmonia junto a um grupo de famílias beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Tal projeto de intervenção que tinha como principal objetivo contribuir com a organização coletiva das famílias do grupo, promovendo espaços de participação, com vistas à construção de um processo de autonomia grupal e protagonismo social das famílias. No último capítulo ainda são abordados os resultados obtidos no trabalho desenvolvido no CRAS, realizando uma avaliação a partir dos indicadores do projeto de intervenção. Conclui-se afirmando que este trabalho objetiva contribuir com a qualificação do trabalho do Assistente Social assim como com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, instigando a garantia de direitos, a participação e autonomia dos sujeitos.

Palavras-chave: Trabalho do Assistente Social. Assistência Social. Segurança Alimentar. Políticas Sociais. Intersetorialidade. Processos Sociais Emancipatórios.

## **ABSTRACT**

The following paper presents the professional training established during graduation in Social Work, in particular an internship at the Center for University Extension Vila Fatima - CEUVF / PUCRS - principally in the Reference Center for Social Assistance - CRAS - Harmonia. It discusses the work of Social Assistance and emancipatory social processes with families in situations of social vulnerability, fundamental to professional work. It explores capitalist society and its contradictions, and presents the policies of Social Welfare and Food Security, emphasizing the need for them to intersect. It debates the contradictory role of social policy today and the centrality of the family. It discusses the challenges and possibilities of the work of Social Assistance with a group of families in CRAS, the political and structural conditions of professional work in this space, and also highlights the peculiarity of such work, group intervention with their families and social issues present in this situation. Finally, the project has conducted a project of intervention, completed in CRAS Harmony with a group of families benefiting from the Food Purchase Program - EAP. The main objective of this project was to contribute to the collective organization of families of the group, while promoting opportunities for participation, in order to construct a process of group autonomy and promote the social role of families. In the last chapter, the results of the CRAS work are discussed, assessing the indicators from the intervention project. We conclude by stating that this work objectively contributes to the qualification of the social worker as well as the quality of services provided to users, urging the guarantee of rights, participation and autonomy of the subjects.

**Keywords:** Work of Social Assistants. Social Assistance. Food Security. Social Policy. Emancipatory Social Processes. Social Work.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Justificativa do Projeto de Intervenção CRAS Harmonia .....	91
--	----

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social  
ARLAS – Associação das Recicladoras e Amigas Solidárias  
ASSOREG – Associação Esportiva e Recreativa do Guajuviras  
CADEL – Centro Acadêmico Democracia e Luta  
CADÚNICO – Cadastro Único para Programas Sociais  
CC – Cargo de Confiança  
CEUVF – Centro de Extensão Universitária Vila Fátima  
CF – Constituição Federal  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
COOARLAS – Cooperativa das Recicladoras e Amigas Solidárias  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LBA – Legião Brasileira de Assistência Social  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MPAS – Ministério de Previdência Social e Assistência Social  
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social  
MEC – Ministério da Educação  
MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social  
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social  
ONG – Organização Não Governamental  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SIC – Segundo Informações Colhidas

SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 ULTRAPASSANDO O SENSO COMUM: A SOCIEDADE DO CAPITAL E SUAS CONTRADIÇÕES .....</b>	<b>21</b>
2.1 REFLEXOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA NO COTIDIANO DE TRABALHO	21
2.2 ULTRAPASSANDO AS BARREIRAS E CONSTRUINDO MOINHOS DE VENTO: DO ASSISTENCIALISMO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO E A EFETIVAÇÃO DO SUAS .....	27
2.3 HÁ DIÁLOGO ENTRE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR? O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS .....	34
2.4 O PAPEL CONTRADITÓRIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA.....	42
<b>3 OS DESAFIOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM GRUPO DE FAMÍLIAS NO CRAS .....</b>	<b>50</b>
3.1 CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E POLÍTICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS .....	50
3.2 A DIFERENÇA ENTRE VER E ENXERGAR: A PARTICULARIDADE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS .....	57
3.3 O SERVIÇO SOCIAL E A INTERVENÇÃO COM GRUPO DE FAMÍLIAS.....	65
3.4 DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CRAS .....	74
<b>4 TRILHANDO PELO CAMINHO DO GRUPO DE FAMÍLIAS DO PAA: DA SUBALTERNIDADE À AUTONOMIA .....</b>	<b>81</b>
4.1 COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO ASSISTENTE SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO E OS PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS.....	81
4.2 CONSTITUIÇÃO DE GRUPO PARA RESISTIR: CONSTRUINDO CONSCIÊNCIA CRÍTICA E AUTONOMIA.....	90
4.3 AONDE CHEGAMOS AO FINAL DA CAMINHADA? COLHENDO OS FRUTOS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM O GRUPO DE FAMÍLIAS.....	103

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>118</b>
APÊNDICE A – Questionário 1.....	128
APÊNDICE B – Formulário 1 .....	129
APÊNDICE C – Cartilha distribuída para as famílias.....	<b>130</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Conforme a epígrafe utilizada no início deste trabalho “o caminho para a verdade não é tranqüilo, sem atribulações”, apresenta-se a caminhada no labirinto que é a formação profissional em Serviço Social expressa neste trabalho de conclusão de curso – TCC – buscando evidenciar o quanto tal labirinto é permeado por obstáculos, ao mesmo tempo em que se compõe também de conquistas. Enfatiza-se o processo de estágio desenvolvido durante a intervenção profissional. Compreende-se, pois, a formação profissional como um processo contínuo e permanente, o qual possibilita a construção do profissional e do sujeito, através do processo de ensino-aprendizagem construído e da troca de saberes (MARX, 1989, p. 19).

Deste modo, este trabalho objetiva atender a exigência da graduação para a conquista do grau de Assistente Social, mas, além disso, visa apresentar a aventura que foi o processo de formação profissional, o caminhar pelo labirinto, as descobertas e conhecimentos construídos. Destaca-se, assim, a experiência na Iniciação Científica, que contribuiu muito na formação profissional, potencializando a postura investigativa. Da mesma forma, a participação no movimento estudantil agregou um olhar ampliado acerca da realidade e da própria profissão, contribuindo na formação de um profissional crítico e com postura política.

O presente estudo intitulado: “Alçando vôo da subalternidade a autonomia: o trabalho do (a) Assistente Social instigando processos emancipatórios ou reiterando subalternidade?” visa contribuir para a qualificação do trabalho do Assistente Social, destacando os processos sociais emancipatórios junto a famílias em situação de vulnerabilidade social, fundamentais ao trabalho profissional. Assim, contribui-se também com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, instigando a garantia de direitos, a participação e autonomia dos sujeitos.

A caminhada para chegar “aos cimos luminosos” estará pautada no método materialista dialético e histórico, considerando que este é o que possibilita um olhar crítico sobre a realidade para melhor conhecê-la e nela intervir. Utilizam-se, de forma articulada, suas principais categorias: historicidade, totalidade, contradição, trabalho, mediação, cotidiano. Assim, deve-se olhar, contemplando a contradição realizada na indagação que compõe o título do trabalho, uma vez que conforme afirma Yamamoto (2009a, p. 170), o trabalho profissional “participa de

um mesmo movimento que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação”.

A epígrafe citada no início deste TCC leva a pensar o quanto o caminho para a ciência, para a verdade não é tranquilo, mas permeado por “atribulações”. O processo de formação profissional da estudante também foi permeado por adversidades, na medida em que o estudante hoje é também trabalhador, e alguns, ainda militantes. Portanto, é um desafio conciliar todas estas atividades, o que exige um esforço para enfrentar “a canseira para galgá-los por veredas abruptas” (MARX, 1989, p. 19).

A experiência de estágio obrigatório significou galgar por veredas abruptas, uma vez que ocorreu em dois locais diferentes. Os dois primeiros níveis de estágio foram desenvolvidos no Centro de Extensão Universitária Vila Fátima – CEUVF – da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUCRS; o estágio III, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Harmonia/Canoas. Esta troca de local de estágio exigiu da estudante uma maior produção de material acerca da intervenção, o que poderia ter dificultado a realização do estágio, mas, por outro lado, agregou novos conhecimentos e desafios.

É importante salientar ainda que o projeto de intervenção executado no CRAS com o título: Subalternidade ou Autonomia? A construção do protagonismo com as famílias do grupo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA apresentou relação com o projeto de intervenção elaborado e executado no estágio desenvolvido no CEUVF-PUCRS. Deste modo, a subalternidade identificada e a dificuldade de participação vivenciada em ambos os espaços, instigou a estagiária a intervir nesse processo e problematizar este tema.

Este percurso do estágio foi de aventuras e foi possível o contato com diferentes espaços sócio-ocupacionais e políticos, contribuindo para ampliar o conhecimento acerca da intervenção do Assistente Social e agregar diferentes experiências na formação. No TCC aqui apresentado aborda-se, de forma mais adensada, a experiência realizada no CRAS, a qual foi desenvolvida junto a um grupo de famílias do território da instituição e integrantes do PAA.

É importante deixar claro desde o início do trabalho a necessária relação intersetorial entre a Política de Segurança Alimentar e a de Assistência Social. O PAA é um instrumento de política pública, uma das ações do Programa “Fome Zero”, o qual tem como principais objetivos a garantia do acesso aos alimentos e a promoção da inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura

familiar. Tal estratégia se insere na promoção de segurança alimentar e nutricional e prevê uma atuação integrada entre os ministérios.

No decorrer da monografia apresenta-se de maneira mais explicitada o que é este programa e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como sua relação com a Política de Assistência Social. Porém, é necessário evidenciar que o PAA não é um programa da Assistência Social, mas as famílias que participavam do grupo que foi acompanhado no CRAS (integrantes do PAA) eram público da Assistência Social e residiam no território do CRAS Harmonia – tais famílias demandavam atendimento da Assistência Social. Sendo assim, foi feito um acordo entre a coordenação do CRAS e a líder do grupo de famílias do PAA. Tal grupo passou a utilizar o espaço do CRAS e ser acompanhado pelo mesmo enquanto grupo do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF.

Dessa forma, esta monografia está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro a introdução e o último as considerações finais. No segundo capítulo realiza-se um debate para além do senso comum, mostrando a necessária ampliação do olhar, para enxergar os processos e as repercussões da sociedade capitalista na vida dos sujeitos. Inicia-se abordando os reflexos da sociedade capitalista no cotidiano de trabalho. O CRAS e as famílias por ele atendidas estão presentes na sociedade capitalista, sofrendo seus impactos, uma vez que tal modo produz desigualdades. A tensão entre o capital e o trabalho origina o objeto de trabalho do Assistente Social, ou seja, a questão social que é o conjunto de desigualdades e mecanismos de resistências, demandando sua intervenção.

Na sequência, trabalha-se o processo histórico da Política de Assistência Social, desde o caráter assistencialista até a concepção de direito e efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Ainda, no segundo capítulo, trava-se um debate sobre a intersetorialidade entre as políticas, considerando que as famílias atendidas, apesar de serem do território, participavam de um Programa que não é da Assistência Social.

O último subcapítulo do capítulo dois aborda o papel contraditório das políticas sociais e a centralidade da família nas políticas. É importante o debate acerca das políticas, enxergando-as como espaço de luta, mas também como mecanismos que servem ao capital, ou seja, reconhecendo seu caráter contraditório. É imperativo conhecer as políticas sociais, visto que os Assistentes Sociais, independente do local de trabalho, as utilizarão para a realização do seu trabalho.

Para, além disso, este profissional precisa contribuir para que elas estejam articuladas, para que haja a intersectorialidade, pois somente assim poderão ser mais efetivas e responder melhor às demandas que chegam ao profissional, auxiliando no enfrentamento das expressões da questão social.

No terceiro capítulo abordam-se os desafios e possibilidades do trabalho do Assistente Social com o grupo de famílias no CRAS. Contemplam-se os condicionantes estruturais e políticos do trabalho do Assistente Social no CRAS, buscando dar visibilidade aos limites e possibilidades deste trabalho. A partir disso, se entra na discussão da particularidade do trabalho deste profissional no CRAS, destacando o que acrescenta à equipe e ao grupo de famílias. Considerando que este foi o público no qual a intervenção de estágio foi desenvolvida, aborda-se o entendimento de família e grupo que norteou. Salienta-se, ainda, o quanto é desafiador o trabalho com grupos de famílias, não sendo fácil vislumbrar os “cimos luminosos” (MARX, 1989, p. 19), ao mesmo tempo em que se identificam as possibilidades de tal trabalho.

Cabe destacar o quanto é necessário o profissional trabalhar com famílias e desenvolver estudos sobre este tema, considerando que “com a crise no mundo do trabalho, a abordagem sobre os temas de família ganha, necessariamente, novos contornos e especificidades” (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2005, p. 129). Para além do trabalho com famílias, debate-se sobre a importância do trabalho coletivo, a partir da abordagem grupal, o que contribui para romper com a lógica focalista e fragmentada da sociedade capitalista. No final deste capítulo, apresentam-se as expressões da questão social presentes no território de abrangência do CRAS, as quais possibilitaram a elaboração da proposta de intervenção no estágio.

É importante deixar claro que a exposição acerca da intervenção permeia toda a monografia, uma vez que a partir de uma visão dialética e materialista considera-se importante o movimento e a articulação dos fatores para construção do conhecimento e para que a relação teoria/prática não seja dicotomizada. Além disso, o capítulo quatro apresentará de forma mais detalhada a intervenção realizada com o grupo no CRAS, no início do capítulo, abordando o compromisso ético-político do Assistente Social, destacando a questão da participação e a relevância do trabalho profissional numa perspectiva emancipatória. Após, inicia-se uma viagem que se desdobra por “veredas abruptas”, que busca “enfrentar a cansaça” (MARX, 1989, p. 19), a acomodação, considerando que neste próximo subcapítulo apresenta-se o

trabalho desenvolvido com o grupo de famílias, destacando alguns encontros do grupo e questões relevantes.

Ressalta-se que a intervenção feita buscou contribuir para a construção progressiva de consciência crítica e autonomia das famílias, a partir do processo grupal viabilizado. Tal processo possibilitou uma experiência rica tanto para as famílias como para a estudante que, ao realizar uma troca de experiências e saberes, foram se constituindo enquanto sujeito social e político. Constata-se, conforme a epígrafe, que só é possível chegar aos “cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira” (MARX, 1989, p. 19).

Nesse sentido, destaca-se também o quanto o sujeito se constrói na relação com o outro e, para ilustrar tal entendimento, traz-se um extrato do texto de Paulo Freire (1981, p. 95) o qual diz: “Como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim? Como posso dialogar, se me admito como um homem diferente, virtuoso por herança, diante dos outros, meros “istos”, em que não reconheço outros eu?”

Ou seja, a relação com o outro sempre possibilita um aprendizado, o qual se faz através da troca de saberes, de experiências, do reconhecimento do outro como sujeito de direitos, o que aconteceu na intervenção realizada no CRAS.

Acredita-se que a partir do processo grupal possibilitou-se um processo reflexivo e emancipatório, no sentido de que as famílias puderam pensar sobre seu cotidiano concreto vivido. Buscou-se, sobretudo, caminhar na estrada, desvendá-la e enfrentar os desafios, os caminhos inesperados. A partir deste conhecer, da problematização e construção coletiva foi possível colher alguns frutos do trabalho desenvolvido. Logo, realiza-se a avaliação do processo de estágio ressaltando os principais resultados construídos a partir desta intervenção.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, evidenciando o significado do trabalho desenvolvido com o grupo de famílias, destacando um pouquinho de tudo o que ficou desta formação profissional. Ousou-se deixar algumas sugestões identificadas a partir do desenvolvimento desta intervenção com as famílias, de modo a contribuir com posteriores intervenções e trabalhos a serem realizados. A monografia ainda contará com as referências as quais orientaram o desenvolvimento da mesma, assim como os apêndices que contribuem para maior compreensão do trabalho realizado.

Concluindo, reitera-se o desejo de que este trabalho possa realmente contribuir com futuros trabalhos a serem realizados com grupos de famílias, os quais objetivem

trabalhar com processos sociais emancipatórios; procurem enfrentar a cansaça e assim alcançar os “cimos luminosos” (MARX, 1989, p. 19) – lutar por uma sociedade diferente da que temos hoje, onde o capital celebra suas orgias (MARX, 1989).

## **2 ULTRAPASSANDO O SENSO COMUM: A SOCIEDADE DO CAPITAL E SUAS CONTRADIÇÕES**

O que penso eu do mundo? Sei lá o que penso do mundo! Se eu adoecesse pensaria nisso. Que ideia tenho eu das cousas? [...] Não sei. Para mim pensar nisso é fechar os olhos. E não pensar. É correr as cortinas da minha janela (mas ela não tem cortinas) (PESSOA, 1993, p. 92).

Que concepção tem-se sobre o mundo? Sobre a realidade que cerca? Conforme já citado na introdução, este trabalho acadêmico, assim como a profissão de Serviço Social (de forma hegemônica), orienta-se pelo método materialista dialético e histórico para ler a realidade e nela intervir. Sendo assim, o método traz a importância de sair das aparências, do senso comum, problematizar o que está posto na sociedade. Desta forma, entende-se que a sociedade atual tem suas máscaras e é necessário retirá-las, compreendendo que a sociedade do capital alimenta-se da desigualdade social e é permeada por contradições.

Assim, neste capítulo, primeiramente trata-se dos reflexos desta sociedade no cotidiano de trabalho e suas repercussões nos processos coletivos e familiares. Na sequência, aborda-se a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – trazendo sua trajetória no país. A partir deste entendimento, debate-se sobre a necessária intersetorialidade entre as políticas, em específico entre a Assistência Social e a Segurança Alimentar. Por fim, cabe questionar: qual o papel das políticas sociais neste contexto? Tendo a família como um dos eixos principais nas políticas, é realmente trabalhado para que esta construa sua autonomia?

### **2.1 REFLEXOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA NO COTIDIANO DE TRABALHO**

Não é nossa culpa / Nascemos já com uma bênção/ Mas isso não é desculpa/ Pela má distribuição/ Com tanta riqueza por aí, onde é que está, cadê sua fração/ [...] Até quando esperar (MULLER; WOORTHMAN; SEABRA, 2000).

O trecho da música explicita um pouco o que é consequência deste sistema capitalista, ou seja, a má distribuição de riquezas, as desigualdades sociais. A sociedade atual caracteriza-se pelo modelo de produção capitalista, o qual tem como atenção central a exploração e as desigualdades sociais, as quais surgem da tensão capital/trabalho. É disseminada a ideia de que alguns “tiveram sorte” em ter melhores

condições de vida, ou conforme a música acima “nascemos já com uma benção”. Esta parte da música contribui para compreender o caráter contraditório do capitalismo, uma vez que benção, por um lado, pode ser interpretada como o reconhecimento de que as condições são dadas; por outro, remete à visão idealista desconsiderando que as condições existentes são produtos históricos.

Entende-se, portanto, que se faz necessário ampliar o olhar e sair do senso comum, para ser possível compreender que sistema é este e quais suas repercussões nos processos de trabalho. Realizar enfrentamento a afirmações do tipo “as pessoas que se ajudam, nós ajudamos” (sic<sup>1</sup>) ou então “aqueles núcleos que não estão representados, isso pesa na hora de renovar o contrato... se o líder não participa, sinto muito” (sic)<sup>2</sup> (FERRUGEM, 2010-2011.). Com isso, há que se realizar um desvelamento crítico, a fim de poder enxergar e analisar os processos e fenômenos de modo mais profundo. Só ao se conhecer em profundidade é possível construir processos transformadores, e com isso instigar, como dizem Marx e Engels (1993, p. 57), “as pequenas convulsões revolucionárias”.

Primeiramente, deve-se conhecer a sociedade na qual se vive, sendo assim, destaca-se o que Bottomore (1988, p. 342-343) explica sobre o que é sociedade. Fundamentado em Marx, afirma que há três sentidos para a palavra “sociedade”, os quais são: a sociedade humana; tipos de sociedade existente; e qualquer sociedade particular. Parte do entendimento de que os seres humanos vivem em sociedade, a qual pode apresentar-se de diferentes tipos. O fato é que existe a relação entre a natureza e a sociedade e, por meio do trabalho humano, há a criação e transformação das relações sociais.

“Tal processo apresenta como aspectos fundamentais o desenvolvimento de forças produtivas e a divisão do trabalho, a qual está sempre mudando e transformando as relações de produção e de classes” (BOTTOMORE, 1988, p. 343). Sendo assim, conforme Marx, o modo de produção é composto pelas forças produtivas e pelas relações de produção, está diretamente relacionado ao desenvolvimento da vida social, com a arte, a ciência, a cultura, os valores. Marx (1983, p. 24) afirma que,

---

<sup>1</sup> Segundo Informações Colhidas

<sup>2</sup> Falas de gestores do PAA, extraídas do relato de reunião com coordenadores dos núcleos, realizada dia 04 de maio de 2011.



Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

A partir desta afirmação de Marx, entende-se que o modo de produção é fator determinante na vida social e que existiram diferentes tipos no decorrer da história. Conforme Colao (2006) dentre eles há: o modo de produção da comunidade primitiva, modo de produção antigo, escravista, asiático, feudal, socialista e capitalista. Fica claro que se vive atualmente numa sociedade capitalista, a qual existe há algum tempo. Pode-se dizer que ela nasceu na Idade Média, por volta do século XI, “no momento em que as oficinas de artesanato passaram a pagar um salário a quem trabalhava nestes locais” (COLAO, 2006, p. 160) e tal modelo perdura até hoje. Bottomore (1988, p. 51) afirma que capitalismo significa:

Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria física (capital em sentido escrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção.

A partir deste conceito sobre sociedade e capitalismo pode-se compreender melhor de que modelo societário está se falando. Este modo de produção tem como característica a propriedade privada dos meios de produção, e é neste momento que surge a divisão social do trabalho e a luta de classes. Isso porque os trabalhadores, muitas vezes, estão separados dos meios de produção (estes pertencendo a uma minoria) e assim não se reconhecem no seu trabalho. Com isso, tal modelo societário produz alienação, que é justamente quando os sujeitos tornam-se alheios ao que produzem, em que o capital se apropria da mais-valia. O trabalho se materializa na mercadoria, por meio do trabalho concreto, o qual gera valor de uso e, por meio do trabalho abstrato, este cria valor.

Neste sentido, ressalta-se que a Teoria Social Crítica afirma que o trabalho veio

para dignificar o homem, humanizar, porém acaba gerando desigualdades, alienando e oprimindo o trabalhador. Assim, percebe-se o caráter contraditório do trabalho. Falando em trabalho, é preciso entender que este é fundamental na vida do ser humano, pois é a atividade fundante do homem. Para Marx (1980, p. 202), o trabalho é a categoria central do método materialista dialético e histórico, e afirma que “antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Dessa forma, o ser humano atua sobre a natureza e ao mesmo tempo em que a modifica, modifica também a si mesmo.

Marx e Engels (1987, p. 39) observam na Ideologia Alemã, que para fazer história, os homens devem estar em condições de viver, ou seja, ter antes de tudo o que comer, vestir, beber, habitação, dentre outros. Portanto, o primeiro ato histórico é “a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades”. Assim, entende-se que na atividade social a produção de bens materiais é decisiva.

A sociedade atual caracteriza-se por uma minoria que detém os meios de produção e uma maioria é explorada sem, muitas vezes, conseguir suprir suas necessidades básicas de sobrevivência digna e humana. Tal sociedade prega valores, dita um modelo a ser seguido e se a pessoa não se enquadra neste modelo passa a vivenciar processos de exclusão social. Processos esses que se materializam pelo fato de simplesmente serem diferentes da maioria.

Neste sentido, é importante pensar um pouco sobre o conceito de exclusão. Isso porque é um tema que apresenta muita diversidade e quantidade de situações englobadas, o que levanta uma imprecisão ao conceito e aos devidos segmentos que seriam os “excluídos” (PRATES; FERNANDES; CLOSS, 2011). Oliveira (2004, p. 159) destaca que há uma nítida tendência das ciências sociais das últimas décadas em utilizarem tal termo de forma “indiscriminada”, “imprecisa” e “indefinida”. Questiona-se: se determinado grupo é considerado excluído, está excluído de que? Talvez do mercado de trabalho formal, de acesso aos direitos. Pois bem, ao trabalhar com a ideia de exclusão, deve-se pensar também na inclusão, sendo assim, será que se quer que os sujeitos e grupos sejam de fato incluídos neste sistema capitalista? Oliveira (2004, p. 179, grifos do autor) afirma que:

Deste modo, no processo de determinação das realidades designadas pelo conceito *exclusão*, serão as categorias imanentes à rede categorial do capital que deverão ser trabalhadas; o sistema político e as representações

simbólicas só têm lugar no sistema se estão submetidos às relações econômicas. Por isso mesmo, sem afrontar a lógica do sistema do capital, só temos conseguido operar com o conceito *exclusão* colocando como horizonte a *inclusão*. Mas isto não é mais do que a *negação imediata*, que apenas reafirma a afirmação, pois, em termos práticos, a inclusão do excluído é sua integração à lógica do princípio sintético, à lógica do capital. Em suma, é a *negação da negação* que precisa ser construída como alternativa teórico-prática, capaz de compreender e superar a exclusão e a inclusão. Somente no interior desta compreensão mais ampla é que pode ter valor analítico o conceito *exclusão*.

A citação acima demonstra o quão complexo e contraditório é o termo exclusão, o que remete a refletir sobre o cotidiano profissional. Ou seja, se realmente se está instigando processos emancipatórios ou meramente buscando incluir as pessoas nos programas e processos produzidos pelo capital, reiterando assim a subalternidade. Tais processos foram trabalhados por diversas vezes no grupo de famílias desenvolvido no CRAS. Em uma das reuniões do ano passado, foi desenvolvida uma técnica para trabalhar estas questões, sendo assim segue um trecho do relato deste encontro (FERRUGEM, 2010a, p. 12):

Todos concordaram que por diversas vezes passamos por situações de exclusão, em que nos sentimos de fora, à parte. Foram dados vários exemplos, dentre eles a situação de apresentar “baixa renda”, a maneira de vestir, o “visual”, a aparência, para conseguir emprego, no que se refere à idade (se é muito novo não tem experiência, se tem mais idade está muito velho), a “cor” (raça/etnia), dentre outros fatores.

Todas estas questões citadas anteriormente foram trazidas pelas próprias famílias, processos de exclusão que as mesmas já haviam passado em algum momento de suas vidas. Assim, percebe-se o quanto os reflexos desta sociedade capitalista estão no nosso cotidiano, permeando as relações sociais, estas que se configuram também, muitas vezes, como escamoteadas e contraditórias. Este modelo de sociedade influencia diretamente no cotidiano dos sujeitos, em que Kosik (1986, p. 69) aduz que a vida cotidiana é o dia-a-dia, é organização, “vida individual dos sujeitos, a repetição das ações fixada na repetição do dia-a-dia”. Destaca ainda que “na cotidianidade a atividade e o modo de viver se transformam em um instintivo, subconsciente e inconsciente, irrefletido mecanismo de ação e de vida”.

Ou seja, na cotidianidade que se fazem ações de forma mecânica, as quais já se estão acostumados a fazer. A cotidianidade deve ser entendida, conforme Kosik (1986, p. 72) “com base na realidade”; e se realidade, para a dialética é concebida como algo em movimento é nela que está a possibilidade de transformação, de realizar mudanças. Isso é de suma importância para o Serviço Social, uma vez que sua

intervenção deve estar voltada para incidir na realidade, contribuir para transformação do modelo societário atual.

Como já citado neste capítulo, o modo de produção capitalista sobrevive a partir da exploração de uma classe sobre a outra. Da tensão capital/trabalho é que surge o objeto de intervenção do Serviço Social, ou seja, as expressões da questão social, o que significa o conjunto de desigualdades e mecanismos de resistência frente a estas desigualdades. Dessa forma, o profissional Assistente Social deve incidir seu trabalho de modo a contribuir para transformar tal realidade.

O capitalismo contemporâneo está cada vez mais destrutivo, num contexto de crise estrutural e de transformações no modelo de produção. O padrão taylorista/fordista vigorou no século XX e caracterizava-se pela exploração intensa do trabalhador, a produção em massa – o trabalho era repetitivo, massificado. Com a crise deste modelo de produção nasce o modelo flexível, que mostra o quanto o capital tem o poder de transformar o que lhe é conveniente, fazendo todos adotarem o que dita como regra absoluta (PERES, s/d).

Tal crise impacta diretamente no movimento operário e sindical, influenciando de modo geral a classe trabalhadora. Conforme afirma Antunes (1999, p. 21-22), esta crise se deu principalmente a partir de 1970, causando um efeito depressivo com consequências destrutivas. Ou seja, desmoronou o Leste Europeu, na medida em que causou o refluxo do movimento operário, tornando os movimentos de esquerda subordinados a ordem do capital, com a ideia de que seria o fim do socialismo. Com isso, evidencia-se a expansão do projeto social, econômico e político neoliberal, o que afeta diretamente o mundo do trabalho.

O modelo de acumulação flexível/toyotismo passa a vigorar e predomina na sociedade até os dias de hoje, caracterizando-se pela produção vinculada à demanda, sendo variada e heterogênea, em que há um trabalho em equipe e o trabalhador é polivalente, devendo ter uma multivariada de funções. Tal modelo tem impactado intensamente no mundo do trabalho, apresentando algumas consequências: crescente redução do proletariado fabril estável; enorme incremento do novo proletariado (trabalho precarizado); aumento significativo do trabalho feminino (porém de forma precarizada e desregulamentada); níveis acentuados de desemprego, em que há exclusão de jovens e pessoas de meia idade do mercado de trabalho; inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho; dentre outros (ANTUNES, 1999).

Destaca-se, ainda, o neoliberalismo que surge, segundo Anderson (1995, p.

9), logo após a II Guerra mundial. Conforme Behring e Boschetti (2008, p. 125), ocorreu um avanço dos ideais neoliberais no período pós-1970, permitindo a instituição do *Welfare State*. Anderson (1995, p. 9-10) salienta que o neoliberalismo “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”, com o propósito de combater o solidarismo e keynesianismo, a fim de preparar as bases de outro tipo de capitalismo. A política neoliberal defende a não participação do estado na economia, assim como total liberdade no mercado, visando ao desenvolvimento social e econômico.

Evidencia-se o quanto a política neoliberal e a acumulação flexível impactam no trabalho e nos processos coletivos. Behring e Boschetti (2008, p. 127) destacam efeitos destrutivos do neoliberalismo, dentre eles: o aumento do desemprego, a redução dos salários e de gastos com políticas sociais, dentre outros. Percebe-se no dia-a-dia o quanto o trabalho é precarizado, visto que o trabalhador não tem as condições mínimas de realizá-lo com qualidade. Na experiência de estágio identificou-se o quanto o trabalhador deve ser polivalente, na medida em que executa diferentes funções e algumas não sendo de sua competência. Além disso, cresce cada vez mais a repressão dos movimentos sociais, que buscam se organizar para resistir a este modelo societário excludente e explorador. A mídia dissemina a ideia de que os grupos que reivindicam estão “fazendo baderna” e não é visto o caráter político de tais manifestações.

Portanto, frente a este sistema, as pessoas resistem, criam seus mecanismos de resistência para superar as desigualdades produzidas pelo neoliberalismo. Justamente a partir das demandas, das resistências, as quais refletem o interesse coletivo de determinados grupos, que surgem as políticas sociais, com vistas a responderem tais necessidades coletivas.

No próximo capítulo, aborda-se a Política de Assistência Social, devido ao fato de esta ser a norteadora do estágio desenvolvido pela acadêmica, trazendo sua trajetória no Brasil, desde a concepção de caridade até a ampliação para direito, assim como os limites para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

## **2.2 ULTRAPASSANDO AS BARREIRAS E CONSTRUINDO MOINHOS DE VENTO: DO ASSISTENCIALISMO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO E A EFETIVAÇÃO DO SUAS**

Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento (VERÍSSIMO, 1997, p.34).

Neste capítulo apresenta-se, brevemente, a trajetória da Assistência Social, desde o entendimento de caridade, assistencialismo até a concepção de direito. A frase de Érico Veríssimo contribui para pensar nos “ventos da mudança”, que atravessaram a concepção de assistência social e no quanto é desafiador, ainda nos dias de hoje, a assistência social ser encarada como garantia de direitos. Por mais que exista a lei que a regulamente, muitos locais ainda a tratam como uma ajuda. Isso se coloca como uma barreira ao trabalho profissional, que busca a garantia de direitos, autonomia e emancipação dos sujeitos. A partir dos “ventos de mudança” que ocorreram e que vêm ocorrendo, no que tange à assistência social, muitas são as barreiras colocadas no caminho; cabe à sociedade, de modo geral, e aos profissionais “construírem moinhos de vento” frente ao que é colocado e vislumbrarem possibilidades.

A Assistência Social é a Política norteadora do trabalho desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, local onde foi realizado o estágio. Primeiramente, é importante destacar que a Assistência Social, assim como os demais direitos no Brasil, tem como marco fundamental a Constituição Federal de 1988. É a partir da Constituição que a Assistência Social passa a ser reconhecida como política social, compondo o sistema de seguridade social brasileiro, junto às políticas de saúde e previdência social.

Apesar de ser recente tal discussão, é preciso fazer um resgate histórico a fim de conhecer os aspectos que contribuíram para que a assistência social seja o que é hoje no país; afinal, há um legado de concepções, práticas e ações de assistência social que necessita ser capturado para analisar o movimento de construção dessa política. Em muitas sociedades, inclusive no Brasil, a prática da solidariedade aos pobres, a quem estiver precisando, sempre esteve muito presente. Isso se pautava no entendimento de que na sociedade sempre existirão aqueles que precisarão de ajuda e apoio, por isso, a eles deve ser dada uma assistência.

Com o passar do tempo há uma expansão do capital e a força de trabalho é pauperizada, sendo que as práticas de benemerência foram apropriadas pelo Estado. Até 1930, no Brasil, a pobreza não era compreendida como uma expressão da questão social, mas sim como “disfunção individual”. A primeira e grande instituição de assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência Social – LBA,

que é marcada pela presença feminina e também o patriotismo. A LBA é transformada em fundação em 1969 e, em 1º de maio de 1974, a ditadura militar cria o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS – sendo que este continha uma Secretaria de Assistência Social. (LONARDONI [et al], 2010).

Nos próximos anos ocorreram grande efervescência e pressão dos movimentos sociais, visto que os brasileiros clamavam por uma assembléia constituinte, a fim de instituir um Estado democrático. Com a assembléia origina-se a Constituição Federal de 1988, fruto da mobilização popular, demonstrando a influência e contribuição dos movimentos sociais para a configuração das políticas sociais brasileiras. Em 05 de outubro de 1988 a CF/88 foi aprovada, trazendo uma concepção nova para a Assistência Social, que passa a ser incluída no tripé da Seguridade Social brasileira<sup>3</sup>. A Política de Assistência Social está presente na CF 88, nos artigos 203 e 204, sendo considerada direito do cidadão que dela necessitar independentemente de contribuição deste à seguridade social.

Em 1993 ocorre a Conferência Nacional de Assistência Social, em Brasília, e em 7 de dezembro de 1993, onde é sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. A LOAS (BRASIL, MDS, 1993) traz um novo significado para a Assistência Social, sendo esta uma Política Pública que prevê um sistema de gestão descentralizado e participativo e define:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas<sup>4</sup>.

A Assistência Social é instituída pelos artigos 203 e 204 da CF/88, regulamentada pela LOAS. A partir desta lei inicia o processo de reorganização da Assistência Social no Brasil, necessitando ainda de uma revisão dos conceitos assistencialistas que estavam permeando tal política (COUTO; SILVA, 2009, p. 31-32). É importante salientar que a LOAS foi alterada este ano, em seis de julho, pela Lei 12.435, a qual traz considerações importantes a respeito da Assistência Social no país e sobre o SUAS. Em janeiro de 2004 é criado o Ministério de

<sup>3</sup> O tripé da Seguridade Social, conforme CF/88, é composto pela Previdência Social (Política contributiva), Saúde (Política universal) e Assistência Social (Política ofertada a quem dela necessitar).

<sup>4</sup> Existe diferença entre os termos mínimo e básico. O primeiro tem a conotação de menor, que beira a desproteção social. Já o segundo expressa algo que é fundamental. Sendo assim, para que a provisão social prevista na LOAS esteja de acordo com os requerimentos das necessidades que lhe originam, deve deixar de ser mínima para se básica, essencial. Só assim pode-se falar em direitos fundamentais (PEREIRA, 2007, p. 26-27).

Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, agrupando nele seis secretarias, dentre elas a de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional. Simões (2009, p. 180) destaca que com a sua criação, “a gestão da política de assistência social tornou efetivo o programa constitucional”.

É de extrema importância conhecer a política para então intervir na realidade e propor melhoras nos atendimentos e espaços socioinstitucionais. A categoria totalidade, do materialismo histórico, contribui para compreender a realidade como um todo, pela interconexão entre os fenômenos, não os vendo de forma dissociada. O real deve ser entendido como “um todo estruturado, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1986, p. 35). Por isso, é necessário ver a Política de Assistência Social inserida no sistema capitalista, apresentando já alguns avanços, porém muitos limites.

Com isso visualiza-se a contradição presente na própria política, uma vez que contradição “sempre expressa uma relação de conflito do devir do real”, e tal relação “se dá na definição de um elemento pelo que ele não é” (CURY, 2000, p. 30). No cotidiano de estágio foi possível observar o quanto há contradição entre o que a política preconiza e o que de fato acontece. A contradição é inerente ao sistema capitalista, mas como ela é movimento possibilita superações. Só a partir dessas concepções e do conhecimento da história da política, da sociedade de modo geral, que se pode buscar uma transformação do real. A historicidade contribui para pensar que a realidade, ao mesmo tempo em que é histórica, é contemporânea, se condicionando pelas leis da sociedade. Portanto, para intervir na realidade é preciso pensar o real a partir destes movimentos, das categorias do método.

Nesse sentido, é importante destacar que a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – surge em 2004 e “propõe a consolidação da assistência social como política pública e direito social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social” (COUTO; SILVA, 2009, p. 31-32). O SUAS, conforme institui a própria NOB/SUAS, “é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira” (BRASIL, MDS, 2005, p. 82). Ele define e organiza o que é imprescindível para a execução da Assistência Social, tendo como eixos estruturantes: matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização; novas bases para a relação entre Estado e



Sociedade Civil; financiamento; controle social; desafio da participação popular/cidadão usuário; política de recursos humanos; a informação, o monitoramento e a avaliação. Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional (BRASIL, MDS, 2005, p. 39).

A proteção social apresenta-se como básica e especial, sendo esta última dividida em média e alta complexidade. A proteção especial de média complexidade é voltada para situações em que já ocorreu a violação do direito, mas ainda há vínculo familiar e comunitário, sendo de responsabilidade do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Já a de alta complexidade volta-se para a garantia de proteção integral, para os sujeitos que estão sem referência, sem vínculos familiares. Os serviços são prestados por meio dos abrigos, albergues, casas-lar, dentre outros. A Proteção Básica tem caráter preventivo, voltando-se para os sujeitos e famílias que ainda não tiveram a violação de direitos, apesar de estarem em situação de vulnerabilidade social. (SIMÕES, 2009). Tal nível de proteção objetiva prevenir situações de risco, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Tais serviços são executados nos Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – e em outras unidades de assistência social (BRASIL, MDS, 2004, p. 33). O CRAS (BRASIL, MDS, 2004, p.35) é:

Uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.

Destaca-se, ainda, que o CRAS é uma estratégia para descentralizar os serviços de assistência social, devendo estar em locais de vulnerabilidade social, próximo às famílias que demandam seus serviços. O CRAS deve ofertar, de forma obrigatória e exclusiva, o PAIF que é o principal Serviço da Proteção Social Básica, ao qual todos os demais serviços deste nível devem estar articulados, “pois confere a primazia a ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS” (BRASIL, MDS, 2009a, p. 31).

É de extrema importância compreender a trajetória histórica da Assistência Social, pois a partir deste conhecimento é possível compreender a política e verificar

inclusive o que é necessário avançar. Sendo assim, a partir da experiência de estágio desenvolvida no CRAS Harmonia, pode-se afirmar o quanto esta história se faz presente no cotidiano de trabalho profissional. A perspectiva assistencialista da Assistência Social perpassa ainda muitos serviços, inclusive a população usuária, visto que pensam na política com um caráter emergencial, de somente buscar alimento ou passagem. Ocorre, aos poucos, uma mudança de entendimento, mas ainda precisa-se avançar. Couto (2006a, p. 142) afirma que:

O período dos governos brasileiros desde 1985 vem sendo conformado por propostas democráticas, que, do ponto de vista do discurso oficial, buscavam romper com o clientelismo e com a assunção patrimonialista do Estado e propunham mudanças no sistema político, econômico e social, que teriam como consequência o crescimento e o desenvolvimento do país.

Ou seja, há um discurso por parte dos governos de que a Assistência Social deve ser garantida enquanto direito, porém existem ainda muitos desafios a serem enfrentados, como a superação do caráter assistencialista em grande parte dos serviços. A democracia e o rompimento com o assistencialismo eram tidos como objetivos no discurso oficial, mas o que se tem no concreto? Muitos serviços ainda não executam ações que visem à autonomia e ao protagonismo dos sujeitos, ao contrário, estes acabam muitas vezes exercendo ações que mais provocam a dependência que a emancipação humana.

Referente a isto, Yazbek (1999, p. 134) salienta que “as ações assistenciais podem significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo”. A partir do exposto, percebe-se o quanto um serviço pode trabalhar pela emancipação dos sujeitos ou com a tutela, e assim reforçar a subalternização que vivem. A esse propósito, Yazbek (1999, p. 155) afirma:

Múltiplas vezes ao longo dessas reflexões observamos que a pobreza não se restringe à dimensão material da existência humana, penetrando perversamente na vida espiritual dos que a vivem. Observamos que, na sociedade capitalista, os segmentos subalternizados e excluídos são privados não apenas do consumo de mercadorias e da riqueza social, mas também muitas vezes do conhecimento necessário para compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram.

Nesse sentido, os serviços de assistência social devem estar voltados para combater a subalternização, a qual não se expressa somente na questão financeira, mas em todas as formas de acesso a que os sujeitos acabam por ser privados. A

efetivação do SUAS se coloca como um desafio na realidade brasileira; a concepção da assistência social por parte da população e por parte dos próprios trabalhadores precisa ser ampliada. Referente a isso Couto (2006b, p. 36) observa que, apesar de já terem sido realizadas muitas tentativas para desmobilizar o movimento que luta pela consolidação da política, assim como em muitas experiências persistam espaços para formas despolitizadas, “há na contramão, um forte movimento para o reconhecimento desta política como política pública e asseguradora de direito social”.

A intervenção que foi realizada junto ao grupo de famílias do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, visou justamente trabalhar com as famílias sobre a situação em que elas se encontravam, seu cotidiano e condições de vida, para, a partir disso, poderem exercer autonomia. Tal programa no município apresenta suas contradições, limites e possibilidades e só se pode avançar a partir de uma real intersetorialidade entre as políticas, potencializando a proteção social. Conforme a PNAS (BRASIL, MDS, 2004, p. 42)

[...] a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos.

Portanto, a partir do exposto, é possível compreender que a política de assistência social apesar de ser uma discussão recente e apresentar muitos limites, sua própria criação já é um avanço. Atualmente, vive-se um período em que o maior desafio colocado, no que se refere a esta política, é a real efetivação do SUAS. Entende-se, também, que as políticas devem atuar de maneira a contribuir com a autonomia dos sujeitos, e será que isso ocorre realmente? Autonomia é uma construção, um processo, pressupõe uma intersetorialidade entre as políticas, pois apenas uma não dá conta de atender as demandas dos sujeitos. Neste sentido, no próximo subcapítulo aborda-se a intersetorialidade entre a Política de Assistência Social e a de Segurança Alimentar, trazendo sua importância para que as políticas realmente sejam efetivadas. A intersetorialidade possibilita que algumas barreiras possam ser superadas, e conforme a epígrafe utilizada no início deste subcapítulo, é necessário utilizar as dificuldades para avançar, “construir moinhos de vento”.

### 2.3 HÁ DIÁLOGO ENTRE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEGURANÇA ALIMENTAR? O DESAFIO DA INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Só apareço, por assim dizer/ Quando convém aparecer/ Ou quando quero/  
Quando quero/ Desenho toda a calçada/ Acaba o giz, tem tijolo de  
construção/ Eu rabisco o sol que a chuva apagou [...] (RUSSO, 1993).

A intersectorialidade é um grande desafio no que se refere às políticas sociais. Às vezes ela aparece, às vezes parece que não existe. Em alguns momentos mais específicos há um diálogo entre as políticas, mas acaba não ocorrendo de fato a intersectorialidade entre elas, algo constante e permanente, intrínseco ao trabalho profissional. Sendo assim, ela não pode acontecer conforme os interesses específicos, ou então quando convém, mas sim estar no cotidiano de trabalho, para que haja a qualidade do mesmo. Além disso, muitas vezes, quando se inicia algum trabalho nesse sentido, logo este se apaga, não perdurando muito tempo, devido à própria dificuldade de realizar ações articuladas, à precarização do trabalho com intensa demanda. Aborda-se a intersectorialidade que deve estar presente nas políticas como algo a ser efetivado, mas também porque a intervenção de estágio utilizou tal categoria.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – atualmente está presente no CRAS, devido ao fato do grupo de famílias deste programa estar realizando seus encontros no local. O PAA é um programa vinculado ao Fome Zero, do Governo Federal. O Programa Fome Zero (BRASIL, MDS, 2011a) “é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos”. Nesse sentido, objetiva buscar a inclusão social e conquista da cidadania da população que está mais vulnerável à fome. Esta estratégia insere-se na promoção de segurança alimentar e nutricional e prevê uma atuação integrada entre os ministérios que implementam políticas, possibilitando ações planejadas e articuladas, acesso à geração de renda, à alimentação, enfim, à melhoria das condições de vida. Assim, o próprio Programa Fome Zero enfatiza os princípios da intersectorialidade e da transversalidade<sup>5</sup> sendo estes necessários para desenvolver suas ações de forma qualificada e que atinja aos objetivos.

Mas antes de pensar na intersectorialidade entre a assistência social e a

---

<sup>5</sup> Transversalidade: concepções e práticas que atravessam as diferentes instâncias e ações que aumentam a comunicação intra e intergrupos, ampliando as grupalidades e refletindo em mudanças nas práticas (BRASIL, MS, 2009, p. 259).

segurança alimentar, deve-se compreender melhor o que é segurança alimentar e o que ela tem a ver com a Assistência Social. Nesse sentido destaca-se o que está presente na Lei 11.346 de 2006 (BRASIL, 2006a):

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Ou seja, segurança alimentar e nutricional sustentável referem-se ao fato de que todos têm o direito a uma alimentação acessível, de qualidade, saudável. O Projeto de Lei (LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, traz a concepção ampliada de Segurança Alimentar e Nutricional e os princípios que a orientam, os quais são a soberania alimentar e o direito humano à alimentação, dando ênfase para a intersetorialidade. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN – ainda está sendo elaborada e quando concluída terá a tarefa de dispor sobre a gestão do SISAN e regulamentará a LOSAN. (BRASIL, 2011b). Fez-se necessário explicitar um pouco sobre esta política, uma vez que o grupo de famílias atendido no CRAS, durante a intervenção da estagiária, estava vinculado ao PAA. Tal Programa foi instituído pelo artigo 19, da Lei 10.696, de 2003, e regulamentado pelos decretos 4.772 (02/07/2003), 5.873 (16/08/2006), 6.447 (07/05/2008) e, o último que substitui estes anteriores, o decreto 6.959 (15/09/2009). Sendo assim, salientamos aqui o que traz a Lei 10.696 (BRASIL, 2003):

Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

Sendo assim, este Programa objetiva garantir o acesso aos alimentos às populações em insegurança alimentar e nutricional e busca promover a inclusão social no campo, através do fortalecimento da agricultura familiar. Isso ocorre através da compra dos alimentos da agricultura familiar, com dispensa de licitação e doação destes às famílias em insegurança alimentar. Os alimentos são destinados a ações de alimentação, realizadas por entidades da rede socioassistencial e equipamentos públicos de alimentação e nutrição, dentre estes: cozinhas comunitárias, bancos de

alimentos, restaurantes populares. São destinados também às famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a formação de cestas de alimentos, distribuídas a grupos de populações específicas (BRASIL, MDS, 2011c).

O PAA é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS – e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – contribui na operacionalização do PAA, juntamente com os governos estaduais e municipais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil (BRASIL, 2011b). O grupo Gestor do Programa é coordenado pelo MDS e composto pelos seguintes ministérios: Ministérios da Fazenda; do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Educação – MEC. Conforme o Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008, o Grupo Gestor apresenta como competências: a definição das regiões prioritárias para implementação do programa; as condições de doação e venda e demais medidas necessárias para operacionalização do Programa (BRASIL, 2008).

A partir do exposto, verifica-se que este programa é bastante recente e vinculado a uma Política ainda em construção, a de Segurança Alimentar e Nutricional. Este é um dos fatores que justificam a necessidade de aprofundamento no debate. Conforme já mencionado, este programa chega até ao CRAS por meio de um grupo de famílias que necessitam de espaço para se encontrarem, famílias estas beneficiárias do PAA. Quando passaram a se encontrar no CRAS foi identificada, tanto pela coordenadora do grupo (líder comunitária no território) quanto pela equipe do CRAS, a importância de fazer um acompanhamento ou intervenções específicas com o grupo. Sendo assim, a estagiária passa a realizar atividades com o grupo e quanto mais se aproxima, mais identifica o quanto o Programa não está prevendo maiores ações junto a estas famílias.

O Relatório Síntese da Região Sul construído a partir de oficina referente ao PAA (BRASIL, 2006b, p. 13-18) na qual participaram todos os atores deste programa, foram destacados vários desafios e sugestões. Apesar de tal relatório ser de 2006, muitas questões debatidas ainda permanecem. Salientamos como pontos a serem melhorados: dificuldades de comunicação entre a CONAB e o proponente; falta de um espaço único de discussão e encaminhamento com as organizações sociais; dificuldade de cadastramento de pessoas com renda mínima; pouca divulgação do PAA; muitos consumidores dos alimentos não sabem a origem das

doações; a maioria dos voluntários que trabalham no Programa não recebeu capacitação; pouco trabalho na área de reeducação alimentar; ausência de apoio do poder público local dificulta a gestão dos projetos.

Dentre as sugestões trazidas na reunião destacam-se: a realização de atividades de capacitação a fim de os agricultores e dirigentes das organizações proponentes estarem aptos a elaborar os projetos; a capacitação de agentes voluntários que trabalham nas entidades beneficiárias e que para isso as organizações sociais empreendam esforços para capacitar estes voluntários, promovendo projetos de geração de renda e a reeducação alimentar; fortalecer a identidade do programa, divulgando o mesmo para os beneficiários e sociedade em geral; que as organizações proponentes e beneficiárias organizem seminários municipais e/ou audiências públicas para explicar e divulgar o Programa (BRASIL, 2006b, p. 15-18).

Estes pontos a serem melhorados e as sugestões vão ao encontro de como o Programa está acontecendo em Canoas, e ratificam a discussão que está sendo realizada neste trabalho assim como o trabalho desenvolvido com o grupo de famílias. No momento da realização da pesquisa sobre o PAA, não foi encontrada muita bibliografia referente à organização e operacionalização dos grupos de famílias beneficiadas pelo mesmo; existe muito material e legislação sobre o PAA, mas não específicas para os consumidores deste Programa, e sim sobre a agricultura familiar. Dessa forma, evidencia-se que há pouca bibliografia referente à intervenção com as famílias que recebem os alimentos, o que demonstra a relevância de serem realizados trabalhos sobre o mesmo.

Conforme entrevista realizada com um dos gestores do Programa no município (responsável pelo quadrante noroeste, o qual pertence o CRAS), em Canoas, há um Grupo Gestor do PAA o qual é responsável pelo Programa no município, constituído por quatro entidades, as quais são: Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Paróquia Imaculada Conceição, Associação Esportiva e Recreativa do Guajuviras – ASSOREG – e Associação das Recicladoras e Amigas Solidárias – ARLAS<sup>6</sup>. Cada entidade é responsável por um determinado território de Canoas; há quatro quadrantes, sendo que o que está localizado o CRAS Harmonia (quadrante Harmonia/Vila Cerne) é gerido pela Paróquia Sagrado Coração de Jesus. O gestor explicou que o trabalho

---

<sup>6</sup> A ARLAS atualmente passou a ser Cooperativa, ficando com a sigla COOARLAS, porém nos documentos do convênio referente ao PAA estava como ARLAS.

desse grupo é o de gerir a relação, de fazer a ponte entre as diferentes instâncias. Este programa ocorre no município desde 2007, sendo realizada renovação do convênio todo o ano com o MDS; iniciou com 500 famílias beneficiárias e na última renovação, em 2010 contava já com 700 famílias. Os alimentos são destinados a entidades, mas também a grupos os quais os gestores chamam de “autogestionáveis”, com coordenação de líderes da própria comunidade. Os gestores escolhem as pessoas que eles identificam que tenham característica de liderança para coordenar os núcleos de famílias. (FERRUGEM, 2010b).

É importante destacar ainda que, na mesma reunião realizada com o gestor, ele afirma acreditar como também o grupo gestor, que os grupos que recebem os alimentos não devem ficar somente recebendo as cestas, mas sim ser aproveitada tal situação para momento de formação, para refletir e compreender a sociedade. Sendo assim, tentam realizar um encontro por mês com um representante do grupo para tratar sobre estes assuntos. Salaria ainda que o PAA em Canoas é exemplo no país, sendo que já foram inclusive convidados a participar de encontros em Brasília e mostrarem o trabalho desenvolvido. Isso porque, em muitos locais, ocorre somente a entrega dos alimentos, diferentemente de Canoas, em que há algumas exigências, dentre elas de o grupo realizar o encontro da entrega dos alimentos e pelo menos mais um no mês. O grupo gestor criou critérios (em reunião dos gestores, em 10 de dezembro de 2009) para participação das famílias no programa e, no momento em que ingressam, devem assinar tal termo. Os critérios são: 1 - participar das reuniões propostas pelo comitê gestor; 2 - não trocar ou vender ou alimentos; 3 - não ter mais de três faltas; 4 - participar da busca de construção de alternativas de geração de trabalho e renda; 5 - dispor-se a participar na organização das sacolas de alimentos. Em Canoas, o Sindicato dos Metalúrgicos oferece o suporte logístico; e o Programa Talher assessora no que toca à formação (FERRUGEM, 2010b).

De maneira geral, esta é a organização do PAA no município. Apesar de, conforme o próprio gestor ter afirmado, Canoas ser um dos exemplos no que se refere ao PAA, ainda é possível identificar alguns limites. Destaca-se o que foi trazido pelo gestor em reunião: “pensou-se em realizar os grupos através da igreja para dar mais seriedade, não ocorrer meramente envolvimento político partidário, e também através de associações mais amplas.” (FERRUGEM, 2010b). Identifica-se nesta questão uma contradição, visto que em Canoas este programa se apresenta



com um caráter bastante político partidário, em que alguns grupos acreditam que os alimentos são “doados” por um determinado vereador. Num dos primeiros encontros com este grupo do PAA, no CRAS, a estagiária abordou acerca do programa, esclarecendo bem quem é o responsável, e que o programa está ligado ao Governo Federal. Este é um desafio a ser superado, destacado inclusive no relatório de síntese do programa na região sul do país, que “o contexto político local nem sempre é favorável, ocorrendo situações em que divergências políticas locais dificultam a operação do PAA” (BRASIL, 2006b, p. 14).

Sendo assim, por mais que não haja orientações, legislação referente a acompanhamento técnico destes grupos, ambas as políticas, de assistência social e de segurança alimentar, preveem a intersetorialidade como algo necessário para sua efetivação. Mas o que de fato é a intersetorialidade? Bom, se pode já adiantar que ela não significa simplesmente encaminhamentos realizados aos diferentes serviços, mas sim um trabalho conjunto, intersetorial. Segundo Grossi e Guilamelon (2006, p. 05):

A intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores sociais diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversos, para enfrentar problemas complexos. Ela corresponde a uma nova forma de governar, de trabalhar e de construir políticas públicas que pretende possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais [...].

A intersetorialidade deve estar presente nas políticas, de maneira que estas estejam permanentemente interconectadas, até mesmo porque uma não consegue dar conta das demandas trazidas pela população sem a outra. Nesse sentido, a Assistência Social não pode se atribuir a tarefa de realizar a proteção social de forma exclusiva, pois esta é competência, articuladamente, das políticas de saúde, previdência, transporte, habitação, emprego e também da assistência social. Todas estas são constituídas enquanto direitos sociais, conforme o art. 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), sendo assim, é necessário ser materializada a intersetorialidade entre elas, para que possam se efetivar enquanto direito (CFESS, 2009, p. 07). Para tanto, os profissionais que atuam nas políticas devem conhecer as demais políticas existentes, ter muito claro a importância da intersetorialidade, pois (CFESS, 2009, p. 06-07)

[...] é fundamental que os (as) trabalhadores(as) envolvidos na implementação do SUAS tenham clareza das funções e possibilidades das

políticas sociais que integram a Seguridade Social, de modo a não atribuir à Assistência Social a intenção e o objetivo hercúleo e inatingível de responder a todas as situações de exclusão, vulnerabilidade, desigualdade social. Essas são situações que devem ser enfrentadas pelo conjunto das políticas públicas, a começar pela política econômica, que deve se comprometer com a geração de emprego e renda e distribuição da riqueza.

Assim, compreende-se que não é a Política de Assistência Social que vai dar conta, plenamente, das demandas trazidas pelas famílias do PAA, investindo massivamente na geração de trabalho e renda, por exemplo. Ela deve sim contribuir com a superação da condição de subalternidade que as famílias se encontram, mas não conseguirá sozinha dar conta das questões que são mais específicas de outras políticas. Por isso, a intersectorialidade pressupõe a articulação, a integralidade das ações, e rompe com a lógica neoliberal de fragmentação e focalização das ações e políticas.

As políticas públicas enfrentam o desafio de construir redes intersectoriais, a partir do princípio da intersectorialidade; redes com capacidade “de responder demandas sociais numa perspectiva de garantia dos direitos fundamentais” dos cidadãos (BOURGUIGNON, 2001, p.8). Articulada à discussão da intersectorialidade está a rede, como estratégia metodológica fundamental ao trabalho profissional. Faleiros (1999, p. 179-180) conceitua rede como:

[...] um processo democrático de tomada de decisões e de implementação de ações, fundado no compartilhamento de valores e de propostas, onde é indispensável negociar as diferenças e combater as formas manifestas e larvares de autoritarismo. O compartilhamento é uma construção em processo que se define pela expressão de valores comuns por parte dos envolvidos, convocados por uma liderança, e que vai se ancorando na mobilização dos atores e na discussão e superação dos conflitos. O trabalho em redes por envolver mudança ou deslocamento de poder, interfere no poder existente, e alguns certamente perderão poder ou terão essa sensação ao atuar em rede. Envolve a manifestação pública das dificuldades dos atores e a colocação de seus recursos para compartilhamento. O compartilhamento é, portanto conflituoso e supõe a construção de contratos ou pactos para a ação, e, por isso mesmo, temporários, implicando uma rediscussão periódica.

Identifica-se, assim, a importância da rede no cotidiano profissional, contribuindo para que o trabalho seja qualificado. Neste ano iniciou em Canoas a reunião de rede nos territórios, com a coordenação dos CRAS, o qual é muito positivo ao mesmo tempo em que é um desafio à participação dos serviços. Um dos motivos é a própria precarização do trabalho, que faz com que as pessoas não disponham de tempo para uma real articulação entre os serviços.

No CRAS Harmonia muitas vezes tentou-se realizar um trabalho em rede, porém sempre foi difícil. Exemplo disso foi a situação de uma usuária do CRAS que tinha sofrido violência doméstica: saiu de casa com seus filhos, realizou denúncia na delegacia e buscou atendimento no CRAS. Foi realizado contato com serviços de outras áreas para buscarmos coletivamente alternativas possíveis para a família e, simplesmente, disseram que não havia o que fazer nesta situação.

Neste sentido se pode identificar a importância de os serviços estarem integrados desde o seu planejamento e as políticas caminharem juntas para terem efetividade. A PNAS (BRASIL, MDS, 2004 p. 44-45) institui que:

A concepção da assistência social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersetorialidade aqui expressos. Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada.

Da mesma forma que a Política de Assistência Social enfatiza a questão da intersetorialidade, as demais políticas também trazem tal entendimento, conforme já abordado, sobre a segurança alimentar e nutricional neste capítulo. Exemplifica-se a Política de Saúde que destaca a intersetorialidade em saúde como “uma estratégia política complexa, cujo resultado na gestão de uma cidade é a superação da fragmentação das políticas nas várias áreas onde são executadas” (BRASIL, MS, 2009, p. 193).

Tal política tem como desafio a articulação dos diferentes setores, na busca pela garantia dos direitos, permitindo que haja espaços em que se compartilhem as decisões entre instituições e variados setores do governo. Destaca-se, ainda, que as Políticas de Saúde e de Assistência Social consideram o “cidadão na sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas” – o sujeito de forma integral e não fragmentado.

Identifica-se como grande desafio a materialização efetiva da intersetorialidade entre as políticas, garantindo uma visão integral do sujeito. No tocante ao grupo de famílias do PAA, que se encontravam no CRAS, pode-se destacar que, por mais que não haja uma orientação prevista na política direcionada a estes grupos, pelo fato de serem famílias em extrema situação de vulnerabilidade

social, demandam um atendimento e intervenção técnica.

Sendo assim, se a intersectorialidade existe nos serviços como algo intrínseco ao trabalho, a Política de Segurança Alimentar encaminharia tais famílias para atendimento da Política de Assistência Social, integrando ações, otimizando recursos e resultados.

Por fim, identifica-se que a intersectorialidade deve estar presente em todas as políticas e ser o eixo orientador do trabalho desenvolvido nas mesmas. O que não pode acontecer é materializar-se, conforme o trecho da música no início deste capítulo “só apareço, por assim dizer, quando convém aparecer, ou quando quero” (RUSSO, 1993). Deve ter carácter permanente para que o trabalho desenvolvido possa realmente atingir seus objetivos.

Deste modo, quando se realiza um trabalho e aparentemente esgotam-se as possibilidades naquele determinado serviço, ou seja, quando “acaba o giz, tem tijolo de construção”, busca-se sua complementação no outro. Acredita-se, portanto, que é possível a construção ou fortalecimento da rede, com as demais políticas que também desenvolvem seu trabalho para dar conta do real.

## **2.4 O PAPEL CONTRADITÓRIO DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA**

Não posso aceitar como tática do bom combate a política do quanto pior melhor, mas também não posso aceitar, impassível, a política assistencialista que, anesthesiando a consciência oprimida, prorroga, “sine die”, a necessária mudança, a necessária mudança da sociedade (FREIRE, 2007, p. 80).

Esta frase de Freire faz pensar sobre as políticas e seu papel na sociedade atual. A partir dela se pode refletir sobre o carácter contraditório das políticas, as quais por vezes reforçam o capital, mas também possibilitam espaços de superação, de mudanças. Freire destaca muito bem o quanto não se pode ficar neutro a práticas assistencialistas e opressoras, mas sim lutar e trabalhar pela autonomia dos sujeitos, instigando processos emancipatórios. Conforme já discutido neste estudo, a sociedade capitalista é contraditória, e seus reflexos se fazem presentes nas relações e nas políticas. O cotidiano do trabalho do Assistente Social é permeado pelas contradições presentes na sociedade capitalista, disputas por diferentes projetos societários e uma permanente e constante luta pela efetivação da garantia de direitos. Neste âmbito surgem as políticas sociais, as quais são carregadas de um carácter

contraditório, pois ao mesmo tempo em que possibilitam espaços de luta, vêm também para conter os ânimos das reivindicações e lutas da classe trabalhadora. As políticas sociais estão diretamente ligadas ao trabalho do Assistente Social, da mesma forma que apresentam a família como principal norte de intervenção.

Para compreender as políticas sociais, deve-se utilizar a categoria historicidade, visto que esta ajuda a problematizar a realidade, sendo ao mesmo tempo, histórica, contemporânea e está condicionada pelas leis que regem a sociedade, que como é processo, produz novas regras. Esta compreensão busca ir à origem dos fenômenos e considerar as transformações no seu curso de conformação. Sendo assim, só é possível analisar um fato tendo conhecimento de sua história. O usuário que chega aos serviços carrega uma história consigo, e esta é fundamental para compreender o sujeito na sua particularidade (cotidiano, vivências) e num contexto mais amplo (influências econômicas, culturais e sociais), para poder intervir com mais propriedade.

Sendo assim, ser histórico é ser processual, estar em movimento, até mesmo porque a realidade não é estanque. Esta é a concepção que a dialética tem a respeito da realidade, na qual esta é concebida como num constante movimento e transformação, explicado pela luta dos contrários, em que tudo é interação e se relaciona. Assim, entende-se que para compreender as políticas sociais e seu papel na sociedade atual é necessário enxergá-la no real, concreto e compreendê-la a partir da historicidade. A história é processo sempre em modificação, o sujeito sempre terá possibilidades de superação (gênese, transformação e evolução). Da mesma forma acontece com os processos sociais, com as políticas, com as pessoas e as instituições, sofrem mudanças no decorrer do tempo. A partir deste entendimento entra-se no debate da política social para compreender o quanto conhecer sua gênese pode contribuir para explicar o presente.

Behring e Boschetti (2008, p. 63-64) apontam que as primeiras iniciativas de políticas sociais ocorrem na relação de continuidade entre os Estados Liberal e Social. Esta mudança no modelo de estado se deu muito em função da mobilização da classe trabalhadora, no final do século XIX, início do século XX. Destacam que as políticas sociais foram surgindo de forma gradual e de acordo com o contexto social, histórico e econômico, sendo a promulgação da Constituição Federal de 1988 um marco importante, no que se refere às políticas sociais no Brasil. Neste sentido salienta-se o que segue (DEGENNSZAJH, 2000, p. 59):

Desde a década de 80, é possível observar mudanças decorrentes da atuação de novos interlocutores no campo das políticas sociais. O cenário político dos anos 90 introduz inflexões importantes neste movimento, relacionadas à participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, gestão e controle social das políticas públicas.

Assim, o debate referente às políticas sociais, na perspectiva de democratização, origina-se nesta década devido ao surgimento de algumas lutas contra a ditadura; vem à perspectiva dos direitos sociais, e da mesma forma articula a seguridade social. E o mais importante, surge a partir da reivindicação do movimento dos trabalhadores e movimentos sociais. Com a institucionalização do *Welfare State*, a política torna-se um meio possível com legitimação concreta dos direitos sociais de cidadania (PEREIRA, 2009a, p. 86). O Estado de Direito, conforme Bobbio, Matteucci e Pasquino (apud COUTO 2006a, p. 59), funda-se “sobre a liberdade política e sobre a igualdade da participação dos cidadãos frente ao poder, mas gerenciado pela burguesia como classe dominante”. Assim, apresenta dentre suas principais características a estrutura formal, material, social e política do sistema jurídico. Couto (2006b, p. 59) afirma, ainda, que “a conformação do estado moderno em Estado de direito é fundamental para o estabelecimento dos direitos civis e políticos, pois a enunciação desses direitos é base de sustentação desse tipo de Estado”.

Sendo assim, o Estado de Direito materializa-se nas Políticas Sociais, estas que apresentam um caráter muito contraditório e envolvem diversos atores. Primeiramente é preciso salientar que, falar em Políticas é falar em direitos; estas políticas são constituídas e se materializam em serviços para responder a necessidades humanas coletivas, identificadas como direitos. Couto (2006a, p. 60) aduz que “se o Estado de Direito caracteriza-se pela conformação dos direitos individuais formulada por um sistema jurídico, o Estado Social apresenta a resposta em forma de Políticas Sociais”. Desta forma, quando o capital necessita de grandes massas de trabalhadores cria políticas para manter vivo o exército industrial de reserva (o qual atualmente é discutido se ainda existe, uma vez que muitas pessoas nem chegam a acessar o mercado de trabalho). A Questão Social pressiona o Estado e este responde com a Política Social. As Políticas Sociais surgem, então, para evitar a convulsão social, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil (refilantropização). Referente a isso, Behring e Boschetti (2008, p. 51) afirmam que:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho.

A partir do que as autoras expuseram compreende-se a relação entre o Assistente Social e as políticas, visto que seu objeto de trabalho está diretamente relacionado com a própria gênese das políticas. Da mesma forma, entende-se que as políticas fazem parte do instrumental de trabalho deste profissional, por isso o Assistente Social deve conhecer bem as políticas, o sistema de proteção social, para executá-las de forma coerente e com qualidade, suprimindo as necessidades humanas coletivas, identificadas como demandas.

Atualmente presencia-se uma regressão de direitos e destituição do legado das conquistas dos trabalhadores, em nome da defesa do mercado e capital. Há um aumento do ataque a todos que dependem de um lugar neste mercado restrito e seletivo, o que faz crescer as desigualdades e os “dstituídos” de direitos civis, políticos e sociais (COUTO, 2006a). Tais questões caracterizam a proposta neoliberal que se faz presente atualmente, de refilantropização da Assistência Social, privatização dos serviços públicos e estado mínimo. Contraditoriamente, há a Constituição Federal de 1988 a qual orienta a questão dos direitos e da seguridade no país, e esta apresenta como proposta a política social como direito do cidadão e dever do Estado, primazia do Estado na condução das políticas.

Sendo assim, Couto (2006a, p. 60) afirma que as políticas sociais são um “campo contraditório, onde as demandas dos trabalhadores e sua disputa por ampliar direitos sociais ganham visibilidade, introduzindo aí a idéia de que elas se constituiriam numa conquista”. Da mesma forma, o capitalismo utiliza-se delas para, de certa forma, legitimar o sistema. As políticas resultam da luta contra a desigualdade no contexto da sociedade capitalista madura, sendo constituídas para responder às necessidades humanas coletivas, identificadas como direitos. O fato é que a política social é um tema em pauta e que demanda estudo e aprofundamento, apesar de todo o material já existente sobre. Pereira (2009a, p. 163) afirma:

Nunca se falou tanto de política social como nos últimos tempos. Nas sociedades contemporâneas, a menção a esse tipo de política, associado aos conceitos de políticas públicas, necessidades sociais e direito de cidadania, tornou-se uma recorrente tendência intelectual e política. No entanto, o que chama a atenção nessa tendência é que o destaque dado ao *social* e à dimensão *pública* da *política* está ocorrendo numa época regida

pela ideologia neoliberal, em que a política como indicação de governo socialmente ativo e responsivo tornou-se um anacronismo.

A autora mostra o quanto o debate sobre as políticas se faz necessário, principalmente se ao considerar o contexto atual, permeado de contradições e de regressão dos direitos. Há diferentes definições de política social, utilizando a perspectiva de Pereira (2009a, p.166): “política refere-se ao produto da relação entre história e estrutura, estando presentes as relações antagônicas e recíprocas”. A política é, portanto, complexa e contraditória, podendo assumir vários papéis; está diretamente relacionada com o Serviço Social conforme já citado, da mesma forma que as políticas hoje têm como foco a família, a qual também foi foco de intervenção no estágio durante cada atividade.

Ao analisar as agendas governamentais, estas preveem medidas de apoio familiar, isso porque a família ocupa um espaço importante, além do que vem sendo redescoberta como relevante agente privado de proteção social. Sendo assim, “a instituição familiar sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social dos brasileiros” (PEREIRA, 2009b, p. 29). A partir destas falas compreende-se que a família apresenta relação com as políticas, considerando que tanto as políticas quanto as famílias objetivam dar conta da proteção social e reprodução de seus grupos (CARVALHO, 2005, p. 267-268).

As políticas sociais têm no seu centro a família, sendo assim suas ações devem ser voltadas à família. Isso traz o entendimento de que os sujeitos devem ser atendidos de forma integral, ou seja, compreendendo-os como um complexo de muitas determinações. Porém, uma coisa é poder contar com a família e prestar atendimentos voltados a ela, outra coisa é jogar para a família a culpa ou a responsabilidade única de si pelas situações que surgem. Referente a isso Carvalho (2003, p. 19) destaca:

Não se trata, porém de desresponsabilizar o Estado em sua função de garantir e assegurar as atenções básicas de proteção, desenvolvimento e inclusão social de todos os cidadãos (e, particularmente, daqueles mais vulneráveis na sociedade contemporânea). Assim, outra questão fundamental é entender que a revalorização da família não pode significar um recuo da proteção social destinada pelo Estado.

No modelo de Estado atual foram reduzidas várias das atribuições da família, desde o pós-guerra, as políticas públicas parecem “descartar a família” e privilegiar o indivíduo. Porém, nas décadas mais recentes, “a família retorna a ser pensada como



corresponsável pelo desenvolvimento dos cidadãos”. Destaca-se, ainda, que a família e o Estado apresentam algumas características em comum, como instituições imprescindíveis para que as sociedades capitalistas funcionem, pois regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, deveres. A família e as políticas públicas apresentam funções semelhantes no que se refere à proteção social dos sujeitos (CARVALHO, 2005). Carvalho (2003, p. 18) destaca esta questão quando afirma que a família “é ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-se dizer uma ‘miniprestadora’ de serviços de proteção e inclusão social”. Porém, quando não consegue garantir a proteção social dos seus integrantes, acaba sendo culpabilizada nos serviços. Mito (2009a, p. 45-46) afirma:

Muitos autores vêm afirmando que, apesar do reconhecimento da centralidade da família no âmbito da vida social, têm existido uma prática e uma negação de tal reconhecimento, havendo mesmo uma penalização da família por parte daquelas instituições que deveriam promovê-la.

É possível identificar tais aspectos no estágio que foi desenvolvido no CRAS, visto que os grupos de famílias atendidos eram chamados de “autogestionáveis”. Por um lado havia o fator positivo, de que os grupos tinham certa autonomia na sua forma organizativa, porém com qual suporte as famílias podem contar para tocarem adiante seu grupo? E para, além disso, eram penalizadas quando algo não ocorria da forma esperada. Exemplo disso é a fala de um gestor, o qual em uma reunião afirmou: “aqueles núcleos que não estão representados, isso pesa na hora de renovar o contrato” (sic) e ainda “se o líder não participa, sinto muito” (sic) (FERRUGEM, 2010-2011). Identifica-se aí a pura contradição, pois ao mesmo tempo em que o programa possibilita um espaço de discussão de luta, por outro lado apresenta práticas assistencialistas as quais não caminham em direção à autonomia e à emancipação social.

Pereira (2009b, p. 26-29) ressalta que desde a crise mundial, do final de 1970, a família passa a ser repensada como importante agente privado de proteção social, e não se pode deixar de destacar que a instituição familiar esteve sempre presente nos arranjos de proteção social brasileiros. Salienta-se ainda que “o desenho das políticas sociais brasileiras sempre foi profundamente influenciado por uma tradição de relacionamento do Estado com a sociedade, que exige desta autoproteção” (PEREIRA, 2009b, p. 29). Assim, a família e a sociedade passariam a ter que

compartilhar a responsabilidade pelo que seria dos poderes públicos; ocorre um afastamento do Estado que cada vez mais se desresponsabiliza de suas atribuições.

Mioto (2009a, p. 46) aborda a relação contraditória e conflituosa entre o Estado e a família e destaca que, a partir desta relação, instaura-se uma cultura predominantemente assistencialista, no que se refere às políticas e aos serviços voltados a dar sustentabilidade à família. Salienta, ainda, que há linhas para interpretar esta relação no debate contemporâneo, mas “ambas as vertentes reconhecem que o Estado é o agente mais importante na definição das normas e regras às quais a família está vinculada” (MIOTO, 2009a, p. 48). Yazbek (1999, p. 42) reforça que “o Estado, ao fornecer um fluxo de bens e serviços necessários a sobrevivência dos subalternos, busca reforçar sua capacidade de impor à sociedade, como um todo, os interesses políticos e sociais das classes hegemônicas”.

Assim, é preciso compreender que a contradição é inerente a este sistema e conseqüentemente, está presente nas relações, no cotidiano. Yazbek (1999, p. 40) afirma que “as políticas governamentais no campo social, embora expressem o caráter contraditório das lutas sociais, acabam por reiterar o perfil da desigualdade no país e mantêm essa área de ação submersa e paliativa”. Ou seja, não se pode ver apenas o lado positivo ou negativo das políticas, mas sim um olhar por contradição, a fim de trabalhar na superação dos limites e desafios postos ao trabalho profissional. Por isso, a contradição é necessária, pois ela é o motor que dá movimento, é o conflito que provoca a superação.

Nesse sentido, a partir do que foi exposto neste capítulo, referente às políticas e programas que envolvem o estágio, há que se refletir e problematizar, para então procurar superar tais situações.

Acredita-se que na sociedade capitalista não é possível uma autonomia e emancipação plena, mas de que forma conquistar isso? Só poderá ocorrer uma real transformação ou revolução se os sujeitos construírem uma consciência de classe, compreenderem a realidade e o caráter de exploração do capitalismo para, então, superar esse modo de produção que condiciona toda a organização social.

Interpretando a epígrafe de Freire (2007, p. 80), não se pode ficar inerte às práticas assistencialistas, que anestesiam a consciência oprimida e que de nada contribuem para a emancipação humana. É imperativo sim trabalhar pela construção da autonomia dos sujeitos, mas sem deixar de olhar os processos por contradição.

Dessa forma, os assuntos trazidos neste estudo caracterizam o cotidiano do trabalho do Serviço Social, explicitando o quanto a realidade é complexa; logo, não é possível apreendê-la de imediato, só a partir de sucessivas aproximações, demonstrando a necessidade de os profissionais estarem realmente capacitados para desocultá-la e nela intervir.

### 3 OS DESAFIOS NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM GRUPO DE FAMÍLIAS NO CRAS

Eu tropeço no possível, e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível (ANDRADE, 2006, p. 82).

Neste capítulo objetiva-se apresentar o que é o trabalho do Assistente Social, sua particularidade no CRAS. O trecho de Drummond serve para pensar sobre o trabalho do Assistente Social, visto que tal profissional tem no seu cotidiano de trabalho inúmeros desafios. Apesar disso, deve permanecer na luta, “não desistir de fazer a descoberta”, e mesmo que, por vezes, seu trabalho esteja condicionado, deve procurar sempre o que “tem dentro da casca do impossível”.

A partir desta compreensão, se faz necessário analisar os limites e possibilidades do trabalho deste profissional, compreendendo a realidade atual e o quanto os reflexos da sociedade do capital estão presentes nos espaços de trabalho. Aborda-se, então, de forma mais específica, o trabalho do Assistente Social no CRAS, identificando a contribuição deste nos processos de trabalho nos quais se inscreve. Após, explicita-se como ocorre tal trabalho junto aos grupos de famílias, considerando que a intervenção se deu com este público.

Na sequência, abordam-se as expressões da Questão Social, identificadas no período de estágio, as quais deram origem ao projeto de intervenção e trabalho junto ao grupo de famílias.

Por fim, afirma-se que o trabalho do Assistente Social nos dias de hoje é um desafio, mas há que se tropeçar no possível para chegar a descobrir o “impossível”.

#### 3.1 CONDICIONANTES ESTRUTURAIS E POLÍTICOS: LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Significa reconhecer que somos seres *condicionados*, mas não *determinados*. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de *determinismo*, que o futuro, permita-se-me reiterar, é *problemático* e não inexorável (FREIRE, 2007, p.19, grifos do autor).

Materializar o trabalho do Assistente Social nos dias de hoje não é tarefa fácil, pois tal profissional apresenta um projeto ético-político contrário a ordem social vigente capitalista neoliberal. Assim, o profissional precisa ser criativo, competente e ter embasamento teórico para materializar tal projeto profissional. A frase de Freire, citada

no início deste subcapítulo, serve para mostrar o quanto o trabalho do Assistente Social é permeado de desafios, de condicionantes que implicam diretamente nas intervenções. Porém, isso não deve ser motivo para se acomodar e deixar de desenvolver o trabalho. Precisa-se reconhecer que a contradição é o que gera movimento, ela é necessária para ocorrerem as superações, por isso a realidade não é perfeita, estática, e sim movimento. Com isso, entende-se que somos por vezes condicionados, mas não determinados, da mesma forma a realidade não é inexorável.

Pensando na forma como o CRAS está organizado, é possível notar que existe uma hierarquia, em que há uma coordenadora, Assistente Social. A equipe também é composta por outros técnicos: (uma assistente social e uma psicóloga); além dos demais trabalhadores do CRAS (uma pessoa responsável pela limpeza e outra pelos lanches); estagiários (três de Serviço Social, sendo duas de 30 horas e uma de 9 horas); oficinairos (dança, música, capoeira, artesanato); dois facilitadores de atividades lúdicas e um orientador social. A gestão é feita de maneira democrática, onde todos os integrantes da equipe têm garantido o seu direito de opinar, sugerir, criticar. O CRAS apresenta objetivos que orientam o trabalho e os diversos serviços oferecidos à comunidade. Há sempre uma constante busca para atender ao que a PNAS e o SUAS trazem como requisitos do trabalho. Atualmente, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS – contratou uma empresa para prestar assessoria no que se refere à implementação do SUAS no município. De um tempo para cá vêm ocorrendo algumas capacitações, com vistas a qualificar o trabalho.

O órgão responsável pelo CRAS é a Prefeitura Municipal, mais especificamente a SMDS. Na Secretaria há uma pessoa que é gestora de todos os CRAS de Canoas, os quais atualmente são cinco: CRAS Harmonia, CRAS Guajuviras, CRAS Mathias Velho, CRAS Niterói e CRAS Sudoeste, e uma unidade móvel de apoio aos CRAS. Destaca-se que a primeira gestora dos CRAS era uma Assistente Social, porém após colocar-se frente a algumas questões que lhe estavam exigindo, passou a ser gestora do Programa Bolsa Família, e no seu lugar ficou uma pessoa que ocupa um Cargo de Confiança – CC. Superior a gestora dos CRAS está a Diretora da Proteção Básica, que responde por todos os serviços deste nível de proteção e após, a Secretária da SMDS. De maneira geral esta é a hierarquia existente, a qual acaba também limitando algumas decisões, uma vez que, por diversas vezes, os trabalhadores do CRAS tiveram algumas ideias e não puderam executá-las devido ao fato de ter que passar por um cargo superior e o

retorno não ocorrer ou ocorrer após longo tempo.

Salienta-se como ponto positivo a grande presença de Assistentes Sociais na implementação e materialização do SUAS do município, desde cargos de execução da política até cargos de gestão. Porém a grande quantidade de CC's, muitas vezes, dificulta o trabalho a ser desenvolvido. Isso porque, de modo geral, tais pessoas não têm formação e conhecimento para atuar nos espaços para os quais são designadas; são chamadas devido a questões partidárias. O caráter político partidário se faz muito presente nos espaços públicos de Canoas, em que CC's ocupam cargos de gestão sem muitas vezes terem condições de gerir tais processos, prejudicando o trabalho. A criação dos CRAS no município é algo a ser problematizado. O CRAS Harmonia foi criado em 2007, os demais foram criados do ano de 2010 a 2011. Nesse sentido deve-se pensar o porquê de criar tantos CRAS, uma vez que nenhum deles foi instalado segundo as normas do SUAS, orientadas pelo MDS. Identifica-se assim, a contradição, visto que ao mesmo tempo em que poderiam ser aprimorados os CRAS que já existiam, por outro lado, enfrentar os vazios de atendimento em algumas localidades onde os índices de vulnerabilidade são elevados, é também importante.

Observa-se que se iniciou um tipo de competição entre os CRAS. Por vezes se ouvia “tudo vai para o CRAS...”, ou “a salinha que o CRAS ... organizou está muito melhor que a do CRAS ...”. Este tipo de comentário faz com que, ao invés de as equipes se unirem e trabalharem juntas por um mesmo objetivo, acabam disputando entre si. Por quê? Esta também é uma característica da lei da mercadoria, a competência exacerbada, a fragmentação, o individualismo. É preciso que todos os serviços se enxerguem como indispensáveis para o andamento da Política e que só será possível a construção desta política com a participação de todos. A união das equipes faz com que se tenha mais força para conquistar os objetivos.

O espaço físico do CRAS está há um bom tempo para ser ampliado, aprimorado, mas isso não ocorre. Os trabalhadores não podem decidir muito sobre isso, a não ser pressionar para que as decisões não tardem tanto. Por ser um espaço público há muita burocracia, o processo é moroso, precisando ser tudo protocolado. Exemplo disso é a padaria comunitária que está para ser construída no CRAS, porém isso não ocorreu devido à falta de um profissional e a necessidade de

encontrar o processo de uma antiga conveniada<sup>7</sup>, a fim de que o CRAS tenha os equipamentos para uso próprio. Devido a esses entraves, a padaria ficou na promessa. A última resposta dada ao CRAS sobre esta questão é que seria complicado ter uma padaria no CRAS, pois quem seria o responsável? Ela seria geração de renda? Espaço para desenvolver atividades e de uso da comunidade? Como fazer isso? Assim, pelo fato de não saberem como proceder nesta situação, os materiais serão retirados do CRAS.

Identifica-se isso como um retrocesso, uma vez que poderia se investir em algo que a comunidade gosta e tem necessidade que é a geração de renda com produção de alimentos. Ao invés disso, permanecem as antigas formas de atividades de geração de renda, como o artesanato, de pouca efetividade. Porém, a Política apresenta, dentre seus serviços de proteção básica de assistência social, o programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento a pobreza. Desse modo, evidencia-se o quanto tal Política deve desenvolver e potencializar a inserção produtiva de fato, possibilitando a geração de renda, e não uma inserção precária no mundo do trabalho. Calvete e Couto (2009, p. 202) afirmam:

O campo da assistência social, ao aceitar como imponderável o papel de inserir no trabalho parcela de população que não tem acesso às políticas de trabalho e emprego, tem realizado experiências que reiteram a subalternidade da população e sua desqualificação para o mercado, uma vez que os cursos são construídos na ótica da ocupação do tempo, sem vinculação com a política produtiva local e como arremedo de inclusão em trabalhos, muitas vezes precarizados e sem qualidade.

Os autores evidenciam o quanto é necessário ampliar o olhar e pensar na construção de alternativas que realmente possibilitem um acesso ao mercado de trabalho, a garantia de uma renda suficiente para suprir as necessidades básicas. Para tanto, a Política de Assistência Social deve estreitar a relação entre as demais políticas, conforme debatido no capítulo I, a respeito da intersectorialidade, neste caso com a Política do Trabalho. Outro limite identificado no trabalho no CRAS é sua estrutura física, sendo muito complicado desenvolver todas as atividades que são exigidas. Deve-se salientar que cada vez mais são exigidas novas metas, mais atendimentos e grupos, porém, os recursos físicos e humanos não são suficientes para desenvolver plenamente o que é exigido. Exemplo disso é o fato de o CRAS ter

---

<sup>7</sup> Esta instituição que era conveniada com a Prefeitura utilizava o maquinário da padaria, o qual pertence à prefeitura. Tal entidade cedeu para o CRAS utilizar e a prefeitura não encontra o documento deste convênio para dar baixa.

apenas um salão para desenvolvimento dos grupos e ser exigido uma maior quantidade de grupos o que acabará por ocasionar a colisão de horários.

Outra questão é a pouca quantidade de salas para atendimento, o que faz com que, muitas vezes, seja necessário realizar atendimentos no corredor, dentro do salão (quando não está ocorrendo grupo), o que compromete a qualidade do atendimento. A própria Política traz, dentre seus serviços socioassistenciais, a defesa social e institucional, e esta explicita que os usuários devem ter direito ao atendimento digno, respeitoso e atencioso, uma oferta qualificada de serviço (BRASIL, MDS, 2004). Complementa-se, ainda, que dentre os direitos dos usuários do CRAS<sup>8</sup> está o de “dispor de locais adequados para seu atendimento, tendo o sigilo e sua integridade preservados” (BRASIL, MDS, 2009a, p. 14). Considerando estas questões de extrema importância, elaborou-se um cartaz com todos os direitos das famílias usuárias do CRAS de modo a dar visibilidade ao que as famílias deveriam dispor. Este cartaz foi trabalho com o grupo de famílias e após exposto na sala de recepção do CRAS.

A Política enfatiza ainda que o CRAS deve assegurar a acessibilidade a pessoas com deficiência e idosas (BRASIL, MDS, 2009a, p. 48). Porém, o CRAS Harmonia não garante acessibilidade, sendo de difícil acesso desde a rua na qual está localizado até mesmo dentro da instituição. Outro fator é a sala de atendimento, a qual não garante a possibilidade de abrigar até dez pessoas e muito menos possibilita segurança plena para que as famílias possam relatar suas situações. Isso porque, devido ao espaço físico limitado, muitos materiais ficam na sala de atendimento, fazendo com que sempre haja a necessidade de alguém entrar na sala durante o atendimento, o que compromete o sigilo (BRASIL, MDS, 2009a, p. 48-56).

Referente aos recursos humanos é importante salientar primeiramente que Canoas é um município de grande porte, pois segundo a PNAS (2004) estes apresentam uma população entre 100.001 a 900.000 habitantes; e os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011a) afirmam que Canoas tem 323.827 habitantes, sendo 155.936 homens e 167.891 mulheres. Dessa forma, a equipe de referência dos CRAS em municípios de médio e grande porte, assim como em metrópoles e Distrito Federal, segundo a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS – é de quatro técnicos de nível superior,

---

<sup>8</sup> Ver em Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social. MDS, Brasília, 2009a. Na página 14 constam os Direitos das Famílias Usuárias do CRAS.



sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, assim como 4 técnicos de nível médio (BRASIL, MDS, 2005).

Ainda sobre os recursos humanos, destaca-se que não há um auxiliar administrativo no CRAS. O que a SMDS faz é colocar estagiários de ensino superior, geralmente de Serviço Social, a executarem tal função. Deste modo, ocorre um debate bastante tenso em que o CRAS e os estagiários buscam que a lei do estágio seja cumprida. Por outro lado, na falta de profissionais técnicos, os estagiários passam a ter que desenvolver o trabalho de um técnico. Identifica-se, a partir de tal explicação, que o próprio estagiário fica sobrecarregado de funções, tendo que ser por vezes técnico, assim como auxiliar administrativo. Atualmente, os profissionais do CRAS estão todos sobrecarregados, e isto acaba por dificultar o trabalho oferecido, não sendo tão qualificado quanto poderia ser e ainda afetando a saúde do trabalhador. É importante destacar que o sobretrabalho é uma característica do tempo presente, mas não pode ser naturalizado, ao contrário precisa ser desocultado e mediado para o cotidiano de cada espaço sócio-ocupacional.

As relações no CRAS ocorrem na sua maioria de forma interdisciplinar, em que todos os trabalhadores dialogam uns com os outros, a fim de garantir a qualidade do atendimento. Porém, nem sempre é possível dar conta deste trabalho interdisciplinar, em função das condições de trabalho. Por diversas vezes a Assistente Social e a Psicóloga tentaram realizar atendimento em conjunto, mas isto não foi possível pela sobrecarga de trabalho, da mesma forma que não houve tempo para planejamento dos grupos. A precarização do trabalho, portanto, acaba impactando no seu produto que perde substância e qualidade.

Como trabalhar pela garantia de direitos desta forma, onde não há tempo de refletir sobre o que se está fazendo? As condições de trabalho no CRAS expressam a precarização do trabalho que se vive atualmente no país, uma vez que, conforme já citado, faltam recursos materiais e recursos humanos para desenvolver as atividades com maior qualidade. É um desafio falar em direitos sociais, quando se vive um contexto sócio-histórico contemporâneo permeado por desigualdade social, caracterizado pela criminalização dos movimentos sociais, precarização do trabalho e mercantilização do ensino. Cada vez mais há a transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil, por meio do voluntariado, das Organizações Não Governamentais – ONGS –, de parcerias com terceiro setor e entidades privadas, tratando os direitos conquistados como uma mercadoria ou bem-estar.

As reuniões de equipe que ocorrem no CRAS acabam sendo muito administrativas, discutindo apenas questões organizacionais. Não há, em nenhum momento da reunião, uma discussão teórica sobre determinado assunto ou debate, sobre algumas situações que mais estão demandando atuação dos profissionais, a fim de, em equipe, encontrar soluções e encaminhamentos efetivos. Após muito sugerir e levantar a importância de ampliar o espaço da reunião ocorreu, certo dia, a apresentação do projeto de intervenção da estagiária e discussão sobre seu trabalho, assim como aconteceu também discussão de caso na reunião, em busca de um melhor atendimento e intervenção.

É importante salientar que a estagiária foi uma das que mais lutou para garantir um espaço de maior debate e reflexão sobre o trabalho na reunião de equipe. Isso evidencia o quanto o Serviço Social está voltado para a efetivação dos direitos, buscando a melhoria dos serviços prestados e a qualidade do trabalho. Percebem-se, através do convívio com as diferentes áreas que atuam no CRAS, os mais diversos olhares, diferentes opiniões. Seria necessário haver maior discussão entre a equipe sobre o que deve ser o CRAS, que objetivo tem, esclarecendo bem que Assistência Social não se caracteriza mais como ajuda, mas sim como direito. Isso deve ser levado para debate, um debate fraterno, a fim de em equipe construir novos conceitos, superar entendimentos equivocados ou reducionistas

Apesar de todos os limites e dificuldades trazidos, há que se destacar que existem possibilidades. Por mais que o espaço físico não esteja devidamente adequado, não significa que o usuário não receberá seu atendimento e de forma qualificada (mesmo que com alguns limites). O Assistente Social, pela sua própria formação, apresenta uma leitura crítica da realidade, compreende que ela não é perfeita e que apresenta sim muitas adversidades e contradições. Sendo assim, no próximo subcapítulo aborda-se de mais especificamente o trabalho do Assistente Social no CRAS, mas conforme o CFESS (2009, p. 17):

A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo (a) profissional, de um papel que aglutine: leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos (as) trabalhadores (as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os (as) trabalhadores (as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.

Portanto, a frase citada anteriormente serve para demonstrar por onde o Assistente Social deve conduzir seu trabalho e que há sim possibilidades na intervenção. Enfatiza-se, pois, a necessidade de olhar por contradição, enxergando a totalidade, os múltiplos fatores interconectados, refletindo sobre o acesso à Assistência Social no Brasil e no CRAS Harmonia. Com certeza há questões a se aprimorar, demandando a problematização sobre estas e o trabalho pela autonomia dos usuários, para que eles possam lutar por seus direitos. Isso é de fato ter a compreensão de que a realidade é sim “problemática”, mas apresenta também possibilidades, pois ela e os sujeitos não são imutáveis (FREIRE, 2007, p. 19).

### **3.2 A DIFERENÇA ENTRE VER E ENXERGAR: A PARTICULARIDADE DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS**

*A gente vai contra a corrente/ Até não poder resistir/ Na volta do barco é que sente/ O quanto deixou de cumprir/ Faz tempo que a gente cultiva/ A mais linda roseira que há/ Mas eis que chega a roda viva/ E carrega a roseira prá lá [...] (BUARQUE, 2003).*

O trecho da música “Roda Viva” traz algo que o Assistente Social realiza no seu cotidiano de trabalho, ou seja, “ir contra a corrente”. Conforme será debatido, tal profissional apresenta um projeto ético-político com valores contrários à sociedade atual, capitalista neoliberal. No seu cotidiano de trabalho depara-se com os mais complexos desafios e demandas que emergem dos sujeitos que sofrem as repercussões deste sistema. Da mesma forma, o Assistente Social também é afetado por estas repercussões, uma vez que não está a parte desta sociedade. Apresenta-se neste subcapítulo o que é esta profissão, sua particularidade em enxergar o real, ao invés de aparentemente ver, e o seu trabalho no CRAS.

Tal profissional apresenta a diferença entre ver e enxergar, pois através de sua formação amplia o olhar para além do senso comum, analisa a sociedade de forma crítica por meio do materialismo dialético e histórico, para nela intervir. Quanta vez já se ouviu, ou até já falou: “esta família é desestruturada, não consegue se organizar”; “já investimos tudo, não tem jeito”. No dia-a-dia ouvem-se frases como: “ele não trabalha porque não quer”; “pra que ter tantos filhos? Estes são apenas alguns dos exemplos de senso comum que convivem conosco. É exatamente aí que se visualiza a diferença entre ver e enxergar, uma vez que o Assistente Social deve ampliar seu olhar e realmente ir à essência de tais situações.

Primeiramente, para falar sobre a materialização do Projeto Ético-Político da profissão é necessário refletir sobre o que é este Projeto. O Projeto Ético-Político de uma profissão, segundo Netto (2006, p. 4), apresenta a autoimagem da mesma, diz respeito aos valores que a legitima socialmente, saberes, escolhas teóricas, dentre outros. Assim, um Projeto de Profissão deve fazer a interlocução crítica com o movimento da sociedade em que a profissão faz parte. O Projeto Ético-Político do Serviço Social tem o compromisso com a justiça social, a democracia, a equidade e a liberdade como valor ético central. Já se pode identificar que efetivá-lo na sociedade atual não é tarefa fácil, visto que a mesma apresenta valores opostos ao que a profissão defende. Netto (2006, p. 8, grifo do autor) assevera que tal projeto apresenta uma direção político-profissional e valores éticos que orientam o trabalho:

Os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.

Sendo assim, a materialização deste projeto só pode acontecer se o Assistente Social tiver clareza sobre o que é este projeto e uma postura ética frente à realidade e no seu cotidiano profissional. Pode-se entender melhor isto ao pensar no que significa ética, a qual conforme Sung e Silva (2004, p. 13), é a “reflexão teórica que analisa e critica ou legitima os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral”, ou seja, é estranhar o que está posto e questionar a moral vigente. Barroco (2008, p.16) afirma que esta: “diz respeito à prática social de homens e mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana”.

É por isso que o Serviço Social apresenta um código de ética que orienta a profissão, além de outros documentos. O significado social da profissão se materializa em documentos que orientam o ensino e o trabalho profissional: Araxá, Teresópolis, Sumaré, em outros momentos históricos, atualmente conta com o Documento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996) que orienta a formação; Documento do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – que trata das atribuições privativas e competências (2002); o Código de Ética Profissional (1993a); e a Lei de Regulamentação da Profissão (1993b), que também sofreram alterações historicamente (PRATES, 2008).

A regulamentação legal do projeto profissional é de extrema importância,

visto que “a legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que tem força de lei, sendo judicialmente reclamáveis” (IAMAMOTO, 2008a, p. 224). Esse projeto se realiza em diferentes dimensões do universo do Serviço Social, como: nos seus instrumentos legais; nas expressões e manifestações coletivas da categoria; nas articulações com outras entidades de Serviço Social; no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais; no ensino universitário (IAMAMOTO, 2008a, p. 224-225).

Entende-se, assim, que “o Serviço Social é uma das especializações do trabalho, parte da divisão social e técnica do trabalho social” (IAMAMOTO, 2008a, p. 415). Com isso, é necessário compreender que tal profissional sofre as repercussões do mundo do trabalho e é pertencente à classe trabalhadora, dispondo de uma relativa autonomia. Referente a isso lamamoto (2008a, p. 415) ressalta:

O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução de suas ações profissionais, socialmente legitimada pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais).

Esta relativa autonomia que autora aborda é claramente visualizada no CRAS Harmonia, visto que muitas vezes por mais que o profissional tenha objetivos claros e ações planejadas, acaba tendo dificuldade de executá-las plenamente; isso porque depende do seu empregador, não podendo simplesmente realizar seu trabalho de forma autônoma. É necessário ter sempre muito claro o que se quer transformar e para isso precisa-se compreender que o objeto profissional são as expressões da questão social, as quais serão mais bem trabalhadas no subcapítulo 3.4. Porém, é importante já conceituá-la para seguir no debate do trabalho do Assistente Social no CRAS. lamamoto (2009b, p. 27-28) conceitua:

Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. [...]  
Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem.

Este conceito é fundamental para que o profissional possa realizar seu

trabalho e ver nele as possibilidades, pois o objeto profissional não se manifesta somente nas desigualdades, mas também nas resistências. Significa dizer que é preciso é trabalhar também com as possibilidades dos sujeitos e não só com as fragilidades – enxergar a potência, contribuindo para que possam realizar um processo de construção de consciência crítica frente à realidade em que vivem e a ela resistir. É devido a esta formação profissional que o Assistente Social tem seu olhar sobre a realidade e seu objeto profissional se torna amplamente requisitado a trabalhar na Política de Assistência Social, uma vez que a NOB/SUAS (BRASIL, MDS, 2005) preconiza que os CRAS devem ter em seus quadros Assistentes Sociais. Assim, é necessário debater sobre o trabalho deste profissional nesses espaços, para contribuir com a materialização da Política enquanto direito.

A Política de Assistência Social vem se expandindo e demandando a inserção de assistentes sociais, que se comprometam com a consolidação do Estado democrático de direito, a universalização das políticas públicas e o fortalecimento dos espaços de controle social. Para tanto, há que se fortalecer a intervenção profissional, de forma a ser crítica, ética, autônoma e politicamente comprometida com a classe trabalhadora (CFESS, 2009, p. 02). O Assistente Social desenvolve atribuições para trabalhar na avaliação, execução e elaboração das políticas públicas, da mesma forma que assessorar movimentos sociais populares (CFESS, 2009, p. 09). Precisa-se reconhecer que a experiência, formação e intervenção histórica dos Assistentes Sociais, junto à Política de Assistência Social, os habilitam a compor as equipes de trabalhadores e atribui um papel importantíssimo na consolidação desta política enquanto direito (CFESS, 2009, p.11). Para isso, tais profissionais devem ter uma formação de qualidade e que contemple a discussão das políticas sociais e o trabalho profissional.

Ao participar da pesquisa “Condições ofertadas pela IES de Porto Alegre para qualificação de profissionais com vistas a sua inserção no SUS e no SUAS, a partir da integralidade”, construiu-se um aprendizado sobre a importância da formação profissional e da interface entre SUS e SUAS, compreendendo que o ensino superior deve garantir a formação de competências, de modo que os profissionais possam responder aos requisitos a eles demandados pelas políticas. Avaliou-se, ainda, que, embora tais Políticas sejam de extrema relevância para o Serviço Social, era pequeno o percentual de produções em nível de pós-graduação, cuja temática

as tinha como central, o que reitera a necessidade de maior atenção da formação sobre estes temas (FERRUGEM; PRATES, 2009).

A experiência no CRAS possibilitou visualizar o quanto os cursos superiores ainda não estão investindo na formação destas competências, na medida em que ao conversar com colegas do CRAS estas afirmaram que na sua formação não trabalharam sobre as políticas, sobre o SUAS. Dessa forma, o trabalho desenvolvido é pautado muito no que buscaram por si próprias, o que constitui um limite, pois os recursos humanos precisam estar capacitados para que ocorra o desenvolvimento das políticas.

Nesse sentido, pode-se destacar que a formação em Serviço Social contempla a discussão das políticas sociais, formando profissionais com competências para atuar em tais espaços. Afirma-se isso pelo fato de que no currículo do curso havia disciplinas de políticas sociais e seguridade social. A intervenção deste profissional, orientada por uma perspectiva crítica, pressupõe um papel que articule a leitura crítica da realidade e a capacidade de identificar as condições materiais de vida, reconhecimento e fortalecimento dos espaços de luta dos trabalhadores, na defesa de seus direitos, assim como estratégias políticas e técnicas para contribuir na modificação da realidade, com vistas a ampliar o acesso aos direitos. (CFESS, 2009, p. 17).

No que se refere à intervenção profissional, visando ao fortalecimento dos espaços de luta e acesso aos direitos dos trabalhadores, identifica-se a contradição presente. Isso porque o Assistente Social trabalha no seu cotidiano contribuindo para o acesso dos usuários aos seus direitos e mobilizando-os a participarem dos espaços de luta e reivindicação. Porém, será que os direitos do trabalhador Assistente Social estão sendo garantidos? Será que tais profissionais estão exercendo sua autonomia nos espaços de trabalho, participando dos espaços de luta do ramo de atividade? A precarização do trabalho, consequência do contexto atual de flexibilização e reestruturação produtiva, repercute diretamente na qualidade do trabalho profissional. Estas repercussões influenciam na vida, na saúde dos trabalhadores, fazendo com que percam seu potencial de organização e mobilização. “Presencia-se a volta do tecnicismo, com nova roupagem, fazendo com que o trabalho fique mecanizado e cause impactos desastrosos” (PRATES, 2009, p. 18).

Verificamos no CRAS Harmonia que a precarização do trabalho influencia diretamente o trabalho profissional desenvolvido. A equipe reduzida e a excessiva

demanda fazem com que os trabalhadores fiquem sobrecarregados de tarefas, o que influencia diretamente na qualidade do serviço oferecido. No CRAS não havia cadastradores do Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO, sendo assim, todos os trabalhadores do local faziam tais cadastros. Isso porque o município apresentava como demanda aumentar o número de famílias no CADÚNICO. O que acontece é que no mesmo mês chega a demanda de que o CRAS precisa realizar mais grupos. Tal fato, que acontecia no espaço de estágio, serve para mostrar o quanto os trabalhadores acabam fazendo diversas atividades, tendo de dar conta de muitas demandas prioritárias, as quais, muitas vezes, nem seriam de sua competência e tendo que atender a várias demandas sem ter condições mínimas para isto.

Desse modo, o trabalhador muitas vezes acaba fazendo muito mais do que deveria realizar enquanto seu trabalho e com péssimas condições, tendo inclusive muitos de seus direitos tolhidos. O próprio direito de livre expressão, por vezes, não era respeitado, visto que a pessoa que questionava muito ficava tachada como “questionadora”, e lhe sugeriam a ir “mais devagar”. Com isso, como trabalhar para que os usuários tenham acesso aos seus direitos se os próprios trabalhadores não o têm? Esta é a contradição inerente ao capital, a qual é inclusiva; ocorre pelo tensionamento entre a superação, a ruptura e a continuidade dos processos sociais. O primeiro nível de alienação destacado por Marx, na obra *O capital* é exatamente do produtor em relação ao produto, pois não tem acesso ao que produz.

Assim, identifica-se que “ir contra a corrente”, conforme o trecho da música no início deste subcapítulo, não é tarefa fácil, por isso o profissional deve construir competências que possibilitem o desenvolvimento do seu trabalho em meio a tantas contradições. O CFESS (2009, p. 17-18) destaca algumas competências e atribuições dos Assistentes Sociais, a partir do Documento da ABEPSS (1996), para trabalhar na Política de Assistência Social:

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do Capitalismo no País e as particularidades regionais;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.



Os profissionais de Serviço Social devem ter muito claras tais competências, o que contribui para que o trabalho seja qualificado e responda às requisições exigidas pela política. É necessário que os profissionais trabalhem coletivamente, objetivando apoiar e contribuir para que as famílias possam superar as situações de vulnerabilidade e terem suas potencialidades fortalecidas. No que se refere às atribuições da equipe de referência do CRAS, da qual o Assistente Social faz parte, destaca-se: acolhida, oferta de informações assim como encaminhamento às famílias; planejamento e implementação do PAIF; realização de atendimentos e visitas domiciliares; mediação de grupos de famílias; realização de busca ativa no território de abrangência do CRAS; articulação de ações; participação das reuniões; dentre outros (BRASIL, MDS, 2009a, p. 62-63).

Ainda, identifica-se que muitas das atribuições requisitadas, para atuar nos CRAS o Assistente Social tem contemplado, na sua formação profissional, como o trabalho nas políticas, com famílias, com processos coletivos/grupos, visitas domiciliares, dentre outros. O SUAS em Canoas conta com grande participação de Assistentes Sociais, na SMDS, no conselho municipal, nas conferências, no CREAS e CRAS. No CRAS Harmonia a participação do Serviço Social é fundamental, considerando que este está presente desde sua criação em 2007.

No que se refere ao trabalho do Assistente Social no CRAS, verificam-se três níveis de planejamento na instituição: operacional, tático e estratégico. Percebe-se que há a execução de projetos e programas de curto, médio e longo prazo, abrangendo, assim, os três níveis de planejamento. O Serviço Social está na coordenação do CRAS, planejando ações de longo prazo e participando da construção das Políticas Sociais – é o Planejamento Estratégico, caracterizando-se como mais amplo e abrangente. O nível tático é intermediário, sendo projetado em médio prazo, durando geralmente um ano e envolvendo instâncias mais específicas da instituição. Já o nível operacional é um tipo de planejamento feito para cada atividade ou tarefa desenvolvida, tendo como característica ser projetado para curto prazo, tendo em vista o alcance de metas específicas.

Em meio a tudo isso, entende-se que as relações de trabalho que ocorrem nos processos são determinantes para as demais relações. Assim, é preciso estar atento ao fato de que o Assistente Social é chamado a responder demandas das instituições (que detém os recursos materiais, humanos e financeiros), que

viabilizam o trabalho do profissional, porém devem responder às demandas dos usuários. Sendo assim, a demanda que chega num primeiro momento é aparente, devendo ser realizada a reelaboração do objeto, a fim de chegar à essência do que é posto. Tal demanda, além dos atravessamentos do senso comum, carrega em si um “falso dilema”, pelo fato de, em diversas situações, a instituição demandar algo e a população usuária demandar outra intervenção. Nesse sentido, Baptista (2007, p. 33) afirma que é necessário “re-estruturar essa demanda, medindo interesses diversos, numa determinada direção ético-política, o que significa re-construir o objeto da intervenção”.

Dessa forma, origina-se a tensão constante entre o empregador e o empregado. Iamamoto (2008a, p. 421) destaca que “o assistente social é proprietário da sua força de trabalho especializada a qual só se transforma em atividade quando aliada aos meios necessários para sua realização”. Porém, tais meios geralmente estão nas mãos dos empregadores. Assim, o Assistente Social se insere nas instituições empregadoras integrando “um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais” (IAMAMOTO, 2008a, p. 421).

A partir do que foi exposto identifica-se a necessidade de uma formação de qualidade e permanente, de modo que o profissional possa construir uma competência crítica, a qual, segundo Iamamoto (2009c, p. 17), supõe: diálogo crítico com a herança intelectual que é incorporada pela profissão; “redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento”, de maneira a ultrapassar aqueles promulgados pela “racionalidade da burocracia e da organização”; competência técnica e estratégica “que não reifica o saber fazer”. Tal perspectiva possibilita recusar tanto o messianismo utópico quanto o fatalismo<sup>9</sup>.

Portanto, observa-se que o trabalho do Assistente Social é extremamente importante na Política de Assistência Social, no SUAS, e mais especificamente no CRAS. Existem muitos limites que dificultam o trabalho e que nem tudo que está previsto legalmente ocorre de fato. Porém, a formação profissional orienta o trabalho e possibilita a construção de competências para intervir em tal realidade, contraditória e

---

<sup>9</sup> O messianismo utópico apresenta uma visão ingênua e heróica do trabalho profissional, acreditando que o assistente social pode “transformar o mundo”. O fatalismo, pelo contrário, apresenta uma visão perversa da profissão, em que não se vislumbram as possibilidades no trabalho profissional (IAMAMOTO, 2008b).

complexa. Apesar de imersos em meio a tantos desafios não se pode deixar de “cultivar a mais linda roseira que há”, conforme o trecho da música Roda Viva. Ou seja, não ser fatalista nem messiânico, mas intervir com competência e qualidade, sem deixar de vislumbrar as possibilidades existentes na realidade e na vida dos sujeitos.

### 3.3 O SERVIÇO SOCIAL E A INTERVENÇÃO COM GRUPO DE FAMÍLIAS

Sinto-me múltiplo. Sou como um quarto, com inúmeros espelhos fantásticos que torcem para reflexões falsas. Uma única e anterior realidade que não está em nenhuma e está em todas. Sinto-me vários seres. Sinto-me viver vidas alheias, em mim, incompletamente, como se o meu ser participasse de todos os homens [...] (PESSOA, [1970?])

Fernando Pessoa, no trecho anteriormente citado, contribui para pensar o que são os grupos e famílias, uma vez que ambos representam um conjunto de pessoas entrelaçadas, em que há uma relação entre os sujeitos. Por isso “sinto-me múltiplo”, “sinto-me vários seres”, uma vez que tanto nas famílias quanto nos grupos há uma relação, uma troca de saberes. Neste item do trabalho aborda-se a questão da família e do grupo, da mesma forma discute-se a importância do trabalho do Assistente Social neste âmbito e a riqueza de trabalhar com tais processos.

Primeiramente, deve-se compreender que a família acompanha as mudanças da sociedade, não está estagnada no tempo e em um tipo único de estrutura familiar; assim como a realidade, ela também se modifica, está em constante evolução e transformação através da recíproca relação de influências que estabelece com o contexto. Tais mudanças relacionam-se às alterações vividas no contexto político, jurídico, cultural, social e econômico em que a família está inserida. Destaca-se, ainda, que as famílias no Brasil são marcadas, além dos arranjos familiares, por uma enorme diversidade sociocultural. (BRASIL, 2006c, p. 31).

Na trajetória histórica já houve diferentes tipologias de famílias, dentre as quais se destacam: Família na antiguidade (materlinear, deusas, paternidade deuses); Família Aristocrática/patriarcal; Família camponesa dos séculos XVI e XVII; Família da classe trabalhadora do início da Revolução Industrial; Família nuclear/burguesa de meados do século XIX; Família Moderna – até meados dos anos 50; Família Contemporânea (SILVEIRA, 2011).

Conforme Bilac (2003, p. 31) “a variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito geral de família”, considerando que apresenta diferentes concepções. “Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas

referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares”, ou seja, não entender que a família apresenta apenas um único modelo. (PNAS, 2004, p. 35). Sendo assim, dentre as configurações familiares destacam-se: famílias reconstituídas depois do divórcio; famílias monoparentais; famílias adotivas; famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações; família nuclear; casais; famílias homoafetivas; várias pessoas vivendo juntas com compromisso mútuo, mas sem laços legais (KASLOW apud SZYMANSKI, 2002, p. 10).

É necessário ter a compreensão destas diferentes configurações familiares, a fim de não intervir, compreendendo família a partir do senso comum, respeitando a diversidade e as particularidades de cada grupo. Conforme é destacado na PNAS (BRASIL, MDS, 2004, p. 20), a referência da família brasileira foi alterada; da década passada até 2002 ocorreu um crescimento de 30% da participação da mulher como sendo a referência familiar. Identifica-se este fato a partir dos questionários utilizados com as famílias do grupo no CRAS, nas quais 100% era a mulher responsável por representar a família no grupo.

Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2011b), a média de pessoas por domicílio em Canoas é cerca de 3. O levantamento das entrevistas realizadas, as quais foram diretas com uso de formulários semiestruturados (Apêndice B), demonstrou que a média de pessoas que residem juntas é de 5 a 8 pessoas. A faixa etária dos participantes que representavam a família no grupo variava de 17 a 64 anos, sendo que a maioria estava entre 27 e 37 anos. Verifica-se que a maior concentração da população feminina, em Canoas, está na faixa etária dos 25 aos 29 anos com 14770 mulheres e na sequência dos 20 aos 24 e dos 30 aos 34 anos, portanto adultos jovens (IBGE, 2011b). O levantamento dos formulários evidencia que todas as entrevistadas têm filhos, que variam em número de 2 a 8 por participante, porém a maior concentração está na faixa dos 4 a 5 filhos. Destaca-se ainda que, para a grande maioria, no que se refere ao projeto de vida, aparecem expectativas ou o desejo de melhorar as condições de vida, conseguir uma casa própria e um trabalho

A utilização desses dados demonstra que se contempla uma abordagem quanti-qualitativa, pois uma dimensão complementa a outra. A superação da dissociação entre quantitativo e qualitativo é feita pelo próprio método dialético-crítico. Esta abordagem permite trabalhar com a realidade em movimento, reconhecendo além dos dados quantitativos a singularidade e experiência social dos sujeitos,

trabalhando, desta forma, com o conceito de sujeito coletivo, buscando significados atribuídos pelos indivíduos às experiências sociais (MARTINELLI, 1999).

Portanto, compreende-se que quantidade e qualidade são indissociáveis, como afirma Lefévre (1991. P. 210) “tão somente a quantidade permite que nosso mundo qualitativo tenha uma estrutura definida, sem deixar de ser qualitativo”.

Pode-se identificar também que cada vez mais a família está presente, enquanto público central das políticas públicas, destacada na legislação nacional vigente. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) traz, no seu artigo 226, a importância da família, destacando que esta é “a base da sociedade”; tal conceito apresenta diversas interpretações e debate teórico na categoria, porém não será possível abordar neste pequeno espaço. A LOAS (BRASIL, MDS, 1993) “define a família como eixo estratégico” e traz no seu artigo 2º que “a proteção à família é um dos objetivos da Assistência Social” e, no artigo 4º, está garantido legalmente o direito à convivência familiar.

Isso revela a importância de garantir à família uma política que objetive e efetive a prevenção dos riscos e a redução das vulnerabilidades. Conforme já abordado no item 2.4 deste trabalho, a centralidade da família nas políticas, ressalta-se que para a Política de Assistência Social pensar a proteção social e o princípio da matricialidade sociofamiliar, parte de uma concepção abrangente de família. Ou seja, entende a família como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (BRASIL, NOB/SUAS, 2005, p. 86). Amplia o olhar a respeito da família, pois:

Supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero (NOB/SUAS, 2005, p. 86).

Tal conceito possibilita problematizar sobre a família nos dias de hoje. Os questionários utilizados com o grupo demonstraram que pouco tempo sobra para ela (a mulher integrante do grupo) cuidar de si, ou fazer algo que realmente tenha vontade, ter direito ao lazer. Isso explica suas dificuldades em expressar o modo como a família realiza atividades de lazer, quando questionadas a respeito. As famílias do grupo do PAA não estão fora deste contexto, evidenciado em uma atividade grupal realizada em 03 de setembro de 2010. Foram desenvolvidas atividades lúdicas no grupo com as mulheres e seus filhos, a fim de trabalhar os processos de exclusão e preconceito. No

momento de avaliação do grupo, dentre os comentários trazidos estava o seguinte: “foi bom o grupo, pois pudemos fazer aqui o que não fazemos em casa” (sic), ou seja, um momento de lazer, de descontração, pois como muitas mulheres declararam, “foi muito divertido” (sic) (FERRUGEM, 2010b).

Estes fatores evidenciam o quanto as condições de vida destas famílias acompanhadas no grupo influenciam suas vidas de maneira geral, e que o fato de estarem em situação de vulnerabilidade social dificulta terem acesso a vários outros serviços, atividades e espaços de lazer e cultura.

Dentre os Serviços que devem ser ofertados pela Proteção Social Básica de Assistência Social está o PAIF, o qual, segundo o MDS, é o principal serviço em tal nível de proteção do SUAS. Deve ser “desenvolvido na unidade do CRAS para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”, de maneira que contemple os serviços socioeducativos, socioassistenciais e de “convivência e projetos de preparação para a inclusão produtiva direcionados às famílias, seus membros e indivíduos, de acordo com as necessidades identificadas no território” (PRATES, 2009, p. 21). Desta forma (PRATES, 2009, p. 21):

Devem ser construídos com as famílias planos de ação que concretizem projetos de vida, valorizem a cultura do diálogo e dos direitos, combatendo as formas de violência, discriminação e estigmatização e estimulem práticas participativas e solidárias. Devem ser adotadas metodologias participativas e interdisciplinares de trabalho com as famílias fortalecendo direitos de cidadania, bem como conhecimentos específicos no caso de trabalhos realizados com famílias indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

A partir desta reflexão é possível pensar o quanto é necessário trabalhar a questão da participação com as famílias, de modo que estas possam expressar o que pensam sobre suas vidas, os projetos que têm para si mesmas, a fim de exercerem a cidadania. Assim, percebe-se que este público está sujeito a situações de vulnerabilidade e risco social, o que reitera a importância de se pensar em estratégias de enfrentamento a esses fatores. Para que o trabalho se efetive e realmente vá ao encontro dos sujeitos é necessário ouvi-los e articular os fatores.

Para tanto, precisa-se enxergar a família no seu movimento de organização-reorganização, evitando a naturalização da mesma, compreendendo-a como grupo social que tem relação estreita com o contexto sociocultural (CARVALHO, 2003, p. 15). Dessa forma, Pereira (2009b, p. 28) reforça que se deve olhar para a família como uma instituição contraditória “que, a par de suas características positivas,

poderá funcionar como um fator de reprodução de desigualdades e perpetuação de culturas arcaicas”. Isso contribui para pensar no cotidiano de trabalho profissional com famílias, em que não raras vezes se escutam profissionais falarem que estão decepcionados com as famílias que atendem, visto que depositam toda a confiança nelas e não há uma aceitação ou “adesão” do que é proposto pelo profissional. Muitas vezes, parece mesmo que os profissionais esperam que a família seja “uma ilha de virtudes e de consensos” (PEREIRA, 2009b, p. 36). Muito do trabalho do Assistente Social é desenvolvido com famílias, principalmente quando inserido em espaços de políticas públicas. No cotidiano, por mais que o Assistente Social trabalhe com um sujeito, está trabalhando com a família, visto que deve ter um olhar amplo, enxergando aquele sujeito no contexto social. Conforme Baptista (2005, p. 124):

Constata-se a importância fundamental da unidade familiar, seja qual for o entendimento que dela se tenha, em qualquer processo de mudança social. Por ela passam as decisões e a maioria dos processos culturais básicos que podem contribuir para mudanças ou enraizar procedimentos.

Não adianta trabalhar apenas com um integrante, mas sim com a sua família, compreender os processos que afetam diretamente o âmbito familiar, os quais dificultam que sua autonomia seja exercida. Guimarães e Almeida (2005, p. 129) observam o quanto a crise no mundo do trabalho influencia na abordagem sobre os temas de família. Afirmam que “famílias inteiras veem-se abaladas pelo desemprego estrutural” (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2005, p. 131). Assim, identifica-se o quanto o contexto atual, de grande desigualdade social e desemprego, reflete nas famílias, no que diz respeito à garantia de suas necessidades básicas, o que reforça a relevância do trabalho do Assistente Social neste âmbito. Tal fato pode ser identificado no trabalho realizado com famílias no CRAS, visto que elas expunham ao grupo a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e o quanto a sociedade capitalista neoliberal é excludente. O extrato do diário de campo, citado no subcapítulo 2.1 deste trabalho, evidencia estas questões, pois apresenta os processos de exclusão destacados pelas próprias famílias do grupo.

Tal trabalho demanda uma postura crítica e investigativa, pois para intervir é preciso conhecer, ir à essência. Caso contrário a intervenção acaba sendo focalista, tarefa e impregnada de senso comum que, ao invés de contribuir na construção da autonomia das famílias, irá reiterar à lógica do capital e culpabilizá-las (GUERRA,

2009). Identifica-se, nesse sentido, a importância da práxis, em que não é possível realizar o trabalho profissional sem o conhecimento; da mesma forma que de nada vale a teoria sem a prática, elas são indissociáveis. Neste sentido, Guimarães e Almeida (2005, p. 131, grifo do ator) afirmam que:

[...] é preciso, em primeiro lugar, afastar a idéia de que o trabalho com famílias pode ser conduzido de maneira pragmática, aleatória ou voluntarista. É necessário compreender, também, que o fato de as pessoas estarem juntas não concretiza, *per se*, um procedimento grupal que possa conduzir seus membros a processos de autonomização e mudanças da realidade familiar e social.

Portanto, não deve ser encarado como um trabalho a ser desenvolvido “no tempo livre”, conforme destacado pela gestão do PAA. Da mesma forma, não se pode entender que inserir famílias em situação de vulnerabilidade social, nos programas assistenciais, é algo para um leigo realizar, conforme um gestor do PAA abordou em reunião: “não precisa ser um Assistente Social para saber o que é uma família em situação de vulnerabilidade social” (sic)<sup>10</sup>. A partir dos estudos sabe-se que não é tão simples assim e que vulnerabilidade é um conceito que apresenta interpretações distintas. Segundo a PNAS (BRASIL, 2004, p. 33) significa:

Perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Deste modo, entende-se que vulnerabilidade é um conceito amplo e, para avaliar famílias que estão nesta situação, é necessário sair do aparente e realmente ir à essência do fenômeno, compreendendo os processos sociais mais amplos que afetam na particularidade dos sujeitos.

Verifica-se, também, que trabalhar com as famílias a partir de grupos pode ser uma forma importante de enfrentar as situações de vulnerabilidade social e criar mecanismos de resistência. Trabalhar com grupos rompe com a lógica neoliberal individualista, de que “cada caso é um caso”, como se, mesmo apresentando particularidades, as situações vivenciadas pelos sujeitos não tivessem condicionantes

<sup>10</sup> Esta resposta foi dada pelos gestores do PAA a órgãos superiores a eles no Programa, quando certa vez eles, gestores do PAA, em Canoas, foram questionados sobre como avaliavam as famílias para ingressarem no programa sem ter um Assistente Social.



estruturais comuns. É possível ver determinada situação trazida em grupo semelhante às situações das demais famílias, relacionada a vários outros fatores conjunturais. Além disso, é importante para o Assistente Social trabalhar com grupos devido à ideia do coletivo que a profissão defende; o fato de que é necessário unir forças, ideias para contribuir com a construção de uma nova ordem societária.

O trabalho realizado objetivou também contribuir com a constituição do grupo. Nesse sentido Lapassade (1989) afirma que os grupos surgem no momento em que a necessidade de cada um passa a ser percebida como “comum a mais pessoas”, ou seja, o sujeito percebe que não é só ele que está naquela situação, mas há outras pessoas que vivenciam a mesma questão, e assim podem unir-se e trocar experiências, construir estratégias de resistência. Nos grupos desenvolvidos junto às famílias do PAA, sempre foram levadas informações e o próprio grupo deu retorno do aprendizado construído no processo. Exemplo disso é a fala de uma usuária: “eu era leiga em muitas coisas... agora eu sei o que é o PAA” (sic); também a resposta de uma usuária à pergunta: Sua participação contribuiu com algo em sua vida? A usuária respondeu: “sim, no conhecimento, porque eu não tinha acesso às informações que tenho hoje” (sic) (FERRUGEM, 2011a).

Nesse sentido, é importante destacar que se elaborou uma cartilha informativa (Apêndice C), a qual foi entregue às famílias no final do trabalho desenvolvido. Tal cartilha trazia informações referentes aos serviços da assistência social ofertados no CRAS, sobre o programa que participaram, assim como os processos desenvolvidos pelo grupo e alguns contatos importantes. Tais reflexões levam a pensar sobre os deveres do Assistente Social em relação à população usuária, e a importância de assumir o compromisso com a democratização das informações, trabalhando pela autonomia dos usuários e efetivação dos direitos. Salientam-se, para tanto, alguns aspectos presentes no Código de Ética (CFESS, 1993a, p. 30):

Art. 5º - São deveres do assistente social nas suas relações com os usuários:  
[...]

- b) garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais, resguardados os princípios deste Código;
- c) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários.

É possível constatar o dever do profissional com a socialização das informações, assim como possibilitar que o grupo seja “um espaço de troca, reflexão, interação e aprendizagem. É nos grupos, na relação grupal que nos reconhecemos enquanto sujeitos, que tomamos consciência e reivindicamos direitos” (RODRIGUES, 2008, p. 37-38). Assim, entende-se que o processo grupal não pode ser algo construído “de cima para baixo”, mas sim em conjunto com todas as famílias. Evidencia-se que os processos sociais emancipatórios sempre foram privilegiados na intervenção que ocorreu no CRAS Harmonia. Danuta Luiz (2009, p. 70) ressalta que “a emancipação é constituída de várias dimensões humano-sociais, dentre elas a formação profissional, o acesso ao trabalho e remuneração dignos, a vida social e política, cultural, dentre outros aspectos”. Há também a “dimensão sociopolítica de participação e de envolvimento crítico e ativo de grupos e segmentos sociais”, o que não descarta as demais dimensões anteriormente apontadas. Afirma ainda (LUIZ, 2009, p. 78-79) que emancipação social é:

Processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas. A elevação de uma situação de subalternidade a de protagonismo social (que desencadeia ações políticas de caráter crítico democrático no espaço público) é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político e cultural de sociedade.

Nessa esteira, entende-se que alcançar a emancipação plena na sociedade atual é praticamente impossível, porém se pode contribuir com processos sociais emancipatórios, a fim de que as famílias lutem contra a situação de subalternidade. A dinâmica grupal pode contribuir neste processo, uma vez que possibilita a troca, o fortalecimento, a reflexão crítica. A partir do exposto fica evidente a relevância do trabalho com grupos para o Assistente Social. Referente a isso Vasconcelos (1985) afirma que as relações grupais e o trabalho com grupos são por excelência o instrumento de trabalho de organização. Dessa forma, é fundamental romper com a relação de submissão, de dependência, de autoridade e controle que existia entre o Assistente Social e a população usuária.

Referente à abordagem grupal, Mito (2009b, p. 507-508) afirma que “a formação de grupos é altamente recomendável porque permite, por meio da reunião de diferentes sujeitos, a realização do processo educativo de forma coletiva”. Aborda ainda a questão dos dilemas e desafios que se colocam na proposição das ações

educativas, destacando que se relacionam a questões de natureza ética e técnica: ética, pois “se referem aos dilemas que o próprio processo educativo impõe sobre a natureza das mudanças a serem efetuadas”; técnica, no sentido de que, na maioria das vezes, os processos educativos são construídos em situações muito adversas (MIOTO, 2009b, p. 509).

Para isto, o Assistente Social precisa ter presente no seu cotidiano profissional a articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, assim como uma intencionalidade muito clara, pautada no projeto ético-político profissional. Fernandes (2006) destaca que o dispositivo grupal é um ótimo instrumento e possibilita um espaço do debate, participação social e reflexão, assim como é essencial para um trabalho que busque analisar e problematizar com os sujeitos o contexto em que os mesmos vivem. Para explicitar a importância da abordagem coletiva, Fernandes (2006, p. 145) destaca que “reconhecer a dimensão coletiva da vida social, do processo de trabalho do Serviço Social e de cada indivíduo com os quais estaremos em interlocução é o que poderá conduzir à coerência entre fundamento ético, teoria, método e técnica profissional”.

Mesmo que o trabalho profissional não seja realizado com grupos, a dimensão do coletivo deve estar presente, pois o sujeito se constitui a partir das relações que estabelece com os grupos, com a família, o que o caracteriza como um ser social. Marx (2006, p. 141, grifos do autor) afirma que “embora se revele como indivíduo *particular*, e é exatamente esta peculiaridade que dele faz um indivíduo e um ser comunal individual, o homem é igualmente a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade como pensada e sentida”.

A partir do exposto, considera-se que o trabalho com o grupo de famílias, no CRAS, pode ser considerado uma ação educativa, visto que esta, segundo Miotto (2009b, p. 502), se estrutura com base na socialização de informações e no processo reflexivo desenvolvido na relação entre os usuários e o profissional. Ambos os elementos estiveram constantemente presentes, tanto na elaboração quanto execução do projeto de intervenção. As ações educativas também demandam que haja um reconhecimento das demandas dos usuários, assim como o conhecimento do território, questões que sempre foram consideradas durante o projeto de intervenção (MIOTO, 2009b, p. 506). Nas ações educativas, há a participação de sujeitos, de famílias e grupos de sujeitos que se referenciam entre si, conforme Miotto (2009b, p. 507):

[...] quando um indivíduo participa de encontros com o assistente social, muito provavelmente ele está referenciado numa família ou num grupo. Ou, quando os indivíduos participam de grupos caracterizados por uma determinada situação (por exemplo: gestantes, idosos) além de estarem conectados entre si, também estão vinculados a diferentes famílias. Essa condição de co-referencialidade imprime às ações socioeducativas um efeito multiplicador.

Por fim, entende-se que é necessário dar ênfase ao exercício da autonomia dos sujeitos, enquanto unidade coletiva. Da mesma forma, julga-se que o trabalho com famílias é importante e, além disso, algo exigido pela Política de Assistência Social. Vasconcelos (1985) afirma ainda que este processo não é fácil, exigindo dos profissionais a utilização de técnicas para apontar contradições e fazer a relação entre cotidiano com a realidade social. Portanto, é possível compreender o quanto as dimensões da competência são indispensáveis no trabalho do Assistente Social, sendo estas as norteadoras das intervenções propostas. Com isso, conclui-se que o trabalho com grupos e com famílias se coloca como um desafio à intervenção profissional, ao passo que privilegia um olhar integral do sujeito, sendo também significativo para a participação e controle social da população usuária.

### **3.4 DESIGUALDADES E RESISTÊNCIAS: AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CRAS**

‘O que fazer com os desempregados?’ Enquanto se avoluma, cada ano, o número deles, não há ninguém para responder a essa pergunta; e quase podemos prever o momento em que os desempregados perderão a paciência e encarregar-se-ão de decidir seu destino, com suas próprias forças (ENGELS, 1989, p. 29).

Conforme já abordado no segundo capítulo deste trabalho, os reflexos da sociedade capitalista estão no nosso cotidiano, permeando todas as relações sociais. O trecho utilizado de Engels demonstra o quanto tais reflexos influenciam na vida da classe trabalhadora, gerando cada vez mais desemprego, desigualdade. Graças à contradição, há também a resistência, reconhecida por Engels (1989, p. 29) quando afirma que: “quase podemos prever o momento em que os desempregados perderão a paciência e encarregar-se-ão de decidir seu destino”. Neste item do trabalho apresenta-se de que forma a questão social se expressa no CRAS Harmonia, e que tem relação direta com os reflexos da política neoliberal implementada na contemporaneidade. Iamamoto (2008a, p. 155, grifos do autor)

afirma que “a *questão social* é indissociável da sociabilidade capitalista e, particularmente, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital”.

Sendo assim, a partir do conceito de questão social, utilizado no subcapítulo 3.2, sabe-se que esta é objeto do trabalho profissional e constitui-se por expressões de desigualdades e mecanismos de resistência frente a estas desigualdades. Sua origem se dá na tensão capital/trabalho, em que há uma minoria detentora dos meios de produção e uma maioria que não se reconhece em seu trabalho e é explorada. Como explicita Iamamoto (2008a, p. 156, grifos do autor):

[...] a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. As configurações assumidas pela *questão social* integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção histórica. Ela expressa, portanto, *uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários*, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais.

A partir deste entendimento sobre a questão social, como resultante do modo de produção capitalista, pode-se pensar de que forma se expressa no local de estágio, mesmo entendendo que o CRAS Harmonia, assim como a equipe e usuários do mesmo, é atravessado pelo contexto. Assim como se identifica a presença da questão social, é possível também destacar a “moralização da questão social”, pois o conservadorismo reforça a ideia do senso comum, de julgamento de valores e comportamentos a partir da moral estabelecida pela sociedade. Conforme afirma Barroco (2003, p. 82) as forças conservadoras não têm o objetivo de derrubar a ordem burguesa, mas reformá-la, reatualizar tradicionais modos de vida e valores. Isso “propicia uma identidade com a ordem burguesa, em face de um inimigo comum: os movimentos de cunho socialista [...]” (BARROCO, 2003, p. 82).

Esta reflexão de Barroco faz pensar o quanto o conservadorismo presente na sociedade apregoa seus valores e reforça um ideário de não participação, de subalternização e percepções preconceituosas. O senso comum carrega e dissemina estes valores, que perpassam as relações, parecendo ser invisíveis, naturais. O que chega de demanda ao Serviço Social está carregado por estes fatores, o que algumas vezes é reproduzido pelas equipes de profissionais, ou mesmo por nós que sofremos também interferências dos processos de alienação.

Sendo assim, a demanda que chega num primeiro momento é aparente, devendo ser realizada a reelaboração do objeto, a fim de chegar à essência.

Os desafios postos ao trabalho do Assistente Social no CRAS Harmonia são vários: com certeza a ruptura ou a luta contra o conservadorismo é um dos principais desafios. Conforme já abordada, a importância do trabalho como categoria central no método materialista dialético e histórico, reforça-se que se os homens precisam suprir suas necessidades básicas para fazerem história, o trabalho é essencial, visto que, é por meio dele que será possível garantir o atendimento a essas necessidades e ser agente na história.

Na comunidade da Vila Fátima, local em que foram desenvolvidos os dois primeiros níveis de estágio (CEUVF/PUCRS), assim como no bairro Harmonia, cidade de Canoas, no qual se situa o CRAS, identifica-se a questão do desemprego de forma bastante significativa. Muitas pessoas estão desempregadas ou em trabalhos precários e informais e apresentam dificuldades para se manter, suprir as necessidades básicas. Identifica-se, também, a violência, principalmente devido ao tráfico de drogas, além de outras formas, como a verbal, a psicológica, dentre outras. As famílias se encontram em vulnerabilidade social, expressando pobreza, dependência química, fragilização de vínculos, trabalho infantil, ausência de informações sobre direitos, dentre outras.

Dessa forma, os usuários que chegam aos serviços do CRAS expressam estas questões como parte de seu cotidiano. Muitos que chegam ao Serviço Social buscam informações sobre como encaminhar seus documentos, ter acesso aos benefícios eventuais, dentre outras demandas. O advento do *crack* é algo novo, no sentido de que está tendo maior visibilidade agora, porque neste momento todas as classes sociais estão sendo afetadas por esta mazela, e não mais somente as classes populares. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de os profissionais estarem preparados e capacitados para lidar com esta realidade. O atendimento à comunidade é um espaço no qual surgem diversas demandas, muitas delas a serem resolvidas de forma mais imediata. Porém, mesmo em um atendimento rápido é possível trabalhar questões como a garantia de direitos, a importância da participação. Destaca-se o que Baptista (1998, p. 116, grifos do autor) afirma:

O importante é ter claro que, muito embora a ação profissional se efetive por aproximações, desvios, soluções precárias para resolver dificuldades imediatas, isto não significa que o saber construído pelo serviço social seja

necessariamente utilitarista ou imediatista; significa sim que, seja qual for seu objeto, mediata ou imediatamente, o profissional deverá procurar superar estas limitações, encaminhando suas reflexões e seus resultados em um sentido histórico, social, político e técnico de *produção de conhecimentos*, tendo em vista um *saber* e uma *prática* mais conseqüentes.

Resta claro que é necessário buscar superar os desafios colocados ao trabalho profissional e não ficar na demanda aparente. Apesar de várias demandas terem emergido no período de estágio, dentre as que mais se destacaram e demandaram intervenção estão: a falta de informação e acesso aos direitos; as condições precárias de sobrevivência; e a subalternização. Nesse sentido, Vasconcelos (1997, p. 134) destaca a importância da prática reflexiva para o trabalho do Assistente Social e afirma que tal prática tem como base a socialização da informação, um instrumento de indagação e ação sobre a realidade. Salienta ainda que “a socialização da informação no trabalho profissional é determinante numa prática que priorize as demandas da população usuária. E socializar a informação implica uma competência teórica, política, ética e técnico-operativa” (VASCONCELOS, 1997, p. 138-139).

O sistema capitalista que vigora hoje é completamente contrário à justiça, à igualdade social, reprimindo todo e qualquer tipo de organização popular que vá ao encontro de princípios contrários aos seus. Hoje em dia, o próprio contexto dificulta que os processos coletivos se fortaleçam e que haja participação. Dentre os motivos destaca-se a criminalização destes espaços, assim como o próprio fato de as pessoas terem seus dias inteiros abarrotados de trabalho e afazeres. Esta dificuldade de participação e o fato de os usuários não terem condições de exercer sua autonomia, identificado tanto no CEUVF quanto no CRAS Harmonia, fez com que surgisse uma proposta de intervenção no CRAS. Tal proposta será mais bem abordada no capítulo 4 deste estudo. Mas pode-se adiantar que a demanda era tanto do grupo de famílias, de modo a contribuir com a organização coletiva, como da própria instituição, executando ações do PAIF no grupo.

À medida que aumentava a aproximação com o grupo, identificavam-se demandas e questões a serem problematizadas, da mesma forma que o objeto foi sendo reelaborado. Destaca-se, ainda, que o próprio fato deste grupo passar a se encontrar no CRAS levanta muitas problematizações. A primeira delas é o fato de este grupo ser vinculado a um Programa não diretamente relacionado à Assistência Social e estar sendo acompanhado praticamente por esta política. Outra questão é o fato de

ser um programa do Governo Federal, mas desenvolvido no seio da Igreja Católica, visto que duas entidades gestoras do PAA no município são igrejas católicas.

Apesar dessas questões, cabe ressaltar a importância de estas pessoas, moradoras do território, estarem se fazendo presentes no CRAS. Um dos motivos é muito claro, o CRAS deve atender as famílias em situação de vulnerabilidade social referenciadas do território. Sendo assim, aquelas famílias encontravam-se nesta situação, até mesmo porque estavam inseridas num programa que tem como benefício uma sacola de alimentos. Outro fator importante é o de que o CRAS é “a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma entidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social” (BRASIL, MDS, 2009a, p. 9). Com isso, iniciou-se um trabalho com estas famílias, desenvolvendo ações do PAIF e contribuindo com as demandas do grupo.

Elaborou-se o projeto de intervenção que tinha como objetivo contribuir com a organização coletiva das famílias do grupo PAA, promovendo espaços de participação, de autonomia grupal e protagonismo social das famílias (FERRUGEM, 2010c). Identificou-se que o grupo tinha como objetivos gerar renda e construir autonomia; no entanto, ainda não estavam constituídos enquanto grupo, e um dos motivos que evidenciava a dificuldade de ser um grupo e de exercer a autonomia eram os processos de subalternização que os afetavam. O enfrentamento da pauperização das classes subalternas se faz cada vez mais importante, no âmbito das políticas públicas, conforme salienta Yazbek (1999, p.36):

Sem dúvida, questões relacionadas às políticas estatais de corte social e ao enfrentamento da crescente pauperização das classes subalternas vêm se constituindo em temática cada vez mais presente nas análises e nos estudos de pesquisadores e profissionais envolvidos no campo das políticas sociais públicas.

As famílias do grupo faziam parte das classes subalternas, estavam em situação de vulnerabilidade social, expressando pobreza, condições precárias de sobrevivência, dependência química, fragilização de vínculos, trabalho infantil, ausência de informações sobre direitos, desemprego, violência, falta de participação, subalternização, dentre outras, ou seja, eram público para atendimento no CRAS. Frente a essas situações de desigualdade social as famílias resistem, através de estratégias de sobrevivência, buscando orientação e informações sobre seus direitos.

Durante o trabalho com o grupo de famílias foi possível identificar que estas criam sim mecanismos de resistência frente à realidade. A própria participação no



grupo era, por diversas vezes, uma forma de resistência. Isso porque várias pessoas afirmavam que participar nos grupos auxiliava a pensar em outras coisas, e ajudava até na depressão, conforme expressou uma usuária numa das reuniões do grupo: “eu era bastante deprimida, agora não to mais” (sic) (FERRUGEM, 2010-2011). Tal fala remete à importância deste grupo enquanto espaço onde os sujeitos realizavam trocas, encontravam solidariedade de classe e compreendiam que sua situação não era única e isolada. Exemplo disso é a fala que segue: “Aprendi a conviver mais em grupo, a entender a minha necessidade e a das minhas colegas. Aprendi a ajudar” (sic) (FERRUGEM, 2011a).

O trabalho do Assistente Social deve buscar fortalecer tais mecanismos de resistência, identificar as potencialidades das famílias que atende e não somente visualizar as dificuldades. Yazbek (1999, p. 44-45) afirma que “os trabalhadores pobres, as classes subalternizadas e submetidas à espoliação engendrada pela sociedade capitalista reagem à sua situação de pobreza de diferentes formas, que muitas vezes se combinam”. A partir da identificação destas expressões da questão social elaborou-se uma proposta de intervenção que tinha como objeto de intervenção a subalternização que as famílias viviam, fazendo com que estas não se sentissem protagonistas de suas vidas, deixando de exercer sua autonomia.

Yazbek (1999) aborda o quanto as políticas apresentam um caráter clientelista e as intervenções pautadas neste modelo não reconhecem os direitos dos subalternizados. Muitas vezes identifica-se este aspecto na execução do PAA, por parte dos gestores, que consideravam as sacolas de alimentos como uma ajuda e as famílias deviam ficar gratas ao governo e a eles. A autora afirma ainda que este “padrão arcaico de relações fragmenta e desorganiza os subalternos ao apresentar como favor ou vantagem aquilo que é direito” (YAZBEK, 1999, p. 41). A respeito disto Vasconcelos (1997, p.134) destaca que:

[...] a maioria absoluta dos segmentos populares não tem acesso a conhecimentos e informações na mesma proporção do que é produzido a seu respeito e, ainda que tenha contato com essas produções, não tem condições de utilizá-las enquanto para pensar e agir sobre a realidade, na busca de sua transformação para uma nova ordem social, sem dominação de classe, etnia e gênero.

Desenvolveu-se o trabalho buscando contribuir para a construção do conhecimento e socialização das informações, dando um retorno às famílias sobre o trabalho desenvolvido coletivamente, a partir da cartilha elaborada (Apêndice C). É

importante sempre ter presente no cotidiano profissional o entendimento sobre a questão social, ampliando o olhar para as potencialidades, para as resistências, não se limitando às desigualdades, às dificuldades do trabalho profissional. Entende-se que o cotidiano de trabalho muitas vezes é árduo, porém não se pode deixar que ele absorva totalmente o trabalho, pois assim corre-se “o risco da banalização da vida humana”. Não se pode perder a “capacidade da paixão, da indignação” (BAPTISTA, 1998, p. 118), de maneira que a intervenção não se torne mecânica e tarefaira.

## **4 TRILHANDO PELO CAMINHO DO GRUPO DE FAMÍLIAS DO PAA: DA SUBALTERNIDADE à AUTONOMIA**

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos (PESSOA, [1986]).

Apesar de durante todo o trabalho ter sido articulada a intervenção profissional realizada no período de estágio, neste capítulo será abordada de forma mais específica. Tal intervenção foi o início de uma nova caminhada, visto que a estagiária já havia realizado estágio curricular obrigatório em outro espaço. Além disso, o grupo de famílias do PAA inicia uma nova caminhada no CRAS, com uma proposta diferente da anterior. Sendo assim, partiu-se para novos caminhos, ousando inovar, a fim de alcançar lugares novos, saberes novos. Inicia-se o capítulo abordando o compromisso ético-político do Assistente Social e a importância da categoria participação, dos processos coletivos e o quanto contribuem para processos sociais emancipatórios. No próximo subcapítulo trata-se da intervenção propriamente dita, o que levou a desenvolvê-la e o que se conseguiu realizar no período de estágio. Após, faz-se uma discussão sobre o que se conseguiu colher no final desta caminhada de estágio no CRAS, a partir dos indicadores construídos, utilizando-os para aportar reflexões sobre alguns resultados, abordando os limites e possibilidades identificadas.

### **4.1 COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO ASSISTENTE SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO E OS PROCESSOS SOCIAIS EMANCIPATÓRIOS**

No fundo, o essencial nas relações [...] é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia (FREIRE, 2007, p. 94).

A frase de Freire ajuda a refletir sobre estar em constante transformação, assim como a identidade profissional, e destaca que os sujeitos se constroem “no aprendizado de sua autonomia”. Tal autonomia só pode ser construída a partir das relações que se estabelece a partir dos processos sociais emancipatórios. Neste subcapítulo aborda-se a importância da participação e o quanto ela contribui para processos sociais emancipatórios, com a convicção de que uma transformação societária não ocorre de um dia para o outro e muito menos a partir de apenas uma profissão. Porém, acredita-se que a partir da participação e dos processos sociais emancipatórios que ela instiga,

da construção de consciência crítica e de classe, é possível sim a construção progressiva de uma nova ordem societária. Para tanto é necessário condições históricas, como destacava Marx e Engels (1987), mas o autor já salientava que isso devia ser construído pelos homens “em carne e osso” (MARX, 1980) em sua atividade prática, com clareza de finalidade ou na práxis (MARX; ENGELS, 1987).

Durante toda a graduação em Serviço Social o projeto ético-político profissional é problematizado e a sua efetivação colocada em debate, frente à sociedade capitalista atual. Conforme mencionado no subcapítulo 3.2, o projeto ético-político do Serviço Social tem o compromisso com a justiça social, a equidade, a democracia e a liberdade como valor ético central. A partir disso, percebe-se o quanto ele vai de encontro com a sociedade capitalista atual. Compreendendo tal projeto e a postura ética do profissional no seu cotidiano de trabalho, há que se questionar: De que forma trabalhar estes temas na sociedade atual? E mais, como ter uma postura ética e efetivar um projeto que é contrário a ordem vigente?

No modo de ser capitalista há a contradição inerente ao capital de que existe “a universalização das forças produtivas, mas impede a apropriação universal da riqueza humana desenvolvida” (BARROCO, 2008, p. 157). É nesta tensão entre o capital e o trabalho que se origina o objeto de intervenção profissional – a questão social. A partir da categoria participação, do trabalho desenvolvido, vinculado à informação e trabalhando temas que emergiam do grupo, buscou-se contribuir com a autonomia das famílias atendidas.

A participação é abordada neste trabalho como um dos principais motores para a construção de processos transformadores, que incluem desde as condições de vida dos sujeitos, até uma mudança no seu modo de vida e na sociedade. Não é possível haver uma real transformação a partir de uma voz, são necessárias muitas vozes, entoando demandas coletivas para se caminhar em direção a uma transformação societária – processo que deve ser alimentado, instigado para ganhar vida.

A sociedade capitalista não valoriza efetivos processos de participação, embora se aproprie do conceito e o reduza a mera presença dos sujeitos para legitimar-se. Pelo contrário, mesmo de modo dissimulado, tenta reprimir todo e qualquer tipo de manifestação que possa mobilizar a população a reivindicar e lutar por seus direitos. Assim, cada vez mais reprimem os movimentos sociais, transformando a imagem da luta por direitos em “badernas”, “arruaças”, ou seja, criminalizam os movimentos que põem em cheque a ordem vigente ou dão

visibilidade às mazelas dela decorrentes. Nesse sentido, Gohn (2008, p. 72) afirma que, na década de 1970, “participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência civil e de resistência ao regime político predominante”. Dessa forma, é possível perceber que apesar de atualmente o país contar com a Constituição Federal (1988), que garante alguns direitos (mesmo que muitos apenas legalmente), ainda permanecem práticas de repressão e criminalização aos movimentos sociais.

Ao participar no Movimento Estudantil de Serviço Social – MESS – durante a graduação no curso foi possível vivenciar claramente esta criminalização, e o quanto a sociedade não é a favor das manifestações, da luta por direitos. Por diversas vezes, ao realizar manifestações, por buscar uma realidade mais democrática na própria universidade a resposta dada pelo capital foi a de que os estudantes devem estudar e que universidade não é lugar para manifestações. Participando da gestão do CADEL – Centro Acadêmico Democracia e Luta – um dos maiores desafios era a participação dos estudantes. Por mais que fossem realizadas reuniões para buscar conhecer as demandas dos estudantes, em diferentes dias e horários, proporcionar atividades, não se conseguia atingir a grande maioria. Isso porque a realidade não contribui para que tais processos aconteçam. Assim, não se pode pensar que os estudantes não participam porque não querem, mas sim ampliar o olhar para compreender que há muito por trás desta não participação, e a partir disso pensar em estratégias.

Podem-se destacar como fatores para esta dificuldade de participação a precarização da vida do estudante, as exigências cotidianas de trabalho, estudo, polivalência, os quais acabam reduzindo significativamente o tempo dedicado a outros espaços, igualmente fundamentais à formação do sujeito integral. Conforme Marx (2006) o homem se afirma no mundo objetivo a partir de todos os sentidos, não apenas no pensamento. Salienta ainda referente a isso que: “a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária para humanizar os sentidos do homem e criar a sensibilidade humana correspondente a toda riqueza do ser humano e natural” (MARX, 2006, p. 144).

Apesar da importância do sujeito educar seus sentidos, desenvolver a razão e a sensibilidade, a sociedade atual não possibilita de forma plena a possibilidade de todas as pessoas terem acesso a espaços de cultura, lazer, seja por falta de condições financeiras ou falta de tempo. Porém, é enriquecedor o estudante participar do movimento estudantil, contribuindo muito na formação profissional e na

construção enquanto ser social e coletivo. Participar do MESS possibilitou ampliar o olhar e articular diversos fatores estudados em sala de aula, com o que se vivencia no movimento, exercitando assim a práxis.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que é um desafio é também possibilidade, uma vez que, ao participar dos processos coletivos, há identificação com os objetivos e luta de tal movimento e assim amplia-se o olhar. Vê-se a participação como de extrema importância no trabalho do Assistente Social e também um importante mecanismo de transformação societária. Por isso, e por se colocar como demanda, foi utilizada na intervenção, durante o estágio, a participação em processos coletivos.

A partir dos espaços nos quais a aluna participou, enquanto estagiária do CEUVF, como as pré-conferências da criança e do adolescente e de Assistência Social (região leste de Porto Alegre), as próprias reuniões de rede, grupo de mulheres, é possível destacar que poderia haver maior participação dos usuários dos serviços. Porém, há uma cultura muito forte de não participar, fazendo com que isso acabe se reproduzindo nos espaços que podem ser de luta por direitos sociais, por uma sociedade diferente. Também é algo característico da cultura ideológica capitalista, que estimula o individualismo, o egocentrismo e a competição ao invés da cooperação. Assim, participação para Souza (2004, p. 81):

É processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo.  
[...] é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais [...] é um processo dinâmico e contraditório. [...] A participação não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal; é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência.

Dessa forma, torna-se visível a importância da participação para os sujeitos de forma geral, não só os mais vulnerabilizados, que enfrentam maiores dificuldades de obter as condições básicas para sua sobrevivência e acessar aos direitos. A participação deve ser pensada não só pelo usuário, mas também pelo profissional, considerando que está inserido na divisão sociotécnica do trabalho e sofre os rebatimentos do mundo do trabalho também. O que se passou a perceber, a partir do estágio realizado no CEUVF, vai diretamente ao encontro do que Souza (2004) afirma, em que nos espaços destinados a se discutir aspectos voltados à criança e ao adolescente, por exemplo, na pré-conferência, este era o menor público presente.

Não é por outra razão que este é um dos maiores desafios apontados pela PNAS e pelo SUAS, ampliar a efetiva participação do usuário em todas as instâncias de controle social. Esta dificuldade de participação verificada pela estagiária, no processo de estágio I e II (realizados no CEUVF), não ocorre tão somente na região leste de Porto Alegre. A partir da experiência desenvolvida no CRAS Harmonia é possível perceber o quanto a participação se coloca como desafio para o profissional de Serviço Social.

Da mesma forma, se coloca como desafio, pois o Assistente Social tem no seu código de ética este compromisso com os usuários, de “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993a, p. 26-27).

Mas como destacado por Souza (2004, p. 84) participação é um processo social, e se é processo demanda um tempo para ocorrer; é um “processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta”. É importante explicitar melhor tais fatores, pois foram utilizados para avaliar a participação do grupo desenvolvido com as famílias no CRAS, em que se construiu um quadro com todos os encontros do grupo, tema e como foi a participação em cada um deles – os resultados obtidos. Sendo assim, a conscientização diz respeito ao processo contínuo de compreender a realidade de forma crítica, de elaborar a visão de mundo do homem a respeito das coisas. A organização social supõe ações coletivas, é entendida como articulação permanente, consciente, dinâmica, de uma população com objetivos em comum. A capacitação contínua diz respeito ao processo em que a população, coletivamente, descobre formas novas de reavaliação social, iniciam a assumir paulatinamente seu processo de conscientização e organização (SOUZA, 2004). É importante considerar a história de nosso país marcada pelo colonialismo, escravismo, ditadura, populismo, o que contribuiu para a reprodução da passividade. Precisa-se ter este entendimento para não reiterar o discurso moralizador de que a população é desorganizada e despolitizada, mas compreender o solo histórico onde gesta essa subalternidade.

Dessa forma, no momento em que os sujeitos compreenderem sua situação e souberem o porquê desta realidade concreta poderão lutar por algo diferente. É compromisso do Assistente Social trabalhar com os usuários a questão da participação, problematizar e incentivar para que lutem por seus direitos,

reconhecendo a liberdade como um valor ético central. Por isso, este profissional apresenta um Código de Ética e um Projeto Ético-Político que prima por estes valores, tendo como um de seus princípios fundamentais o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993a, p. 27).

Ao problematizar a importância deste processo subentende-se que o profissional deverá trabalhar pela autonomia do sujeito, para que ele possa caminhar por si. Sendo assim, cabe destacar que o Código de Ética (CFESS, 1993a, p. 26) traz dentre os princípios fundamentais: o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”.

Nesse sentido, a experiência desenvolvida no CRAS Harmonia contribuiu para compreender a importância dos processos participativos, que trabalhem pela autonomia. Ao realizar a intervenção com o grupo de famílias do PAA, identificou-se a dificuldade que existe em haver participação de todos envolvidos no processo (integrantes do Programa). A participação aqui citada se refere à participação consciente, ou seja, as pessoas participando do processo por reconhecerem como importante, saberem claramente o objetivo, e não participar somente para não ter falta nos encontros ou para não perder o direito a receber uma cesta de alimentos no final do mês. É a partir desta participação que, muitas vezes, constrói-se consciência crítica. Segundo Yazbek (1999, p. 160) é na organização que surge “um conhecimento mais crítico e articulador do mosaico das carências que vivenciam”. A mediação profissional serve de apoio para o enfrentamento da condição subalterna. Assim, é necessário que os alimentos que as famílias recebem do PAA sejam sim um acesso ao direito à alimentação, mas que este acesso não seja um fim em si mesmo. O próprio grupo de famílias explicitou a importância de se organizarem. Uma das usuárias expressou, em uma das reuniões: “não adianta quereremos fazer algo se o grupo não está organizado... eu nem conheço algumas das pessoas que vem no grupo... Primeiro precisamos nos organizar, ter participação, para depois queremos fazer pão, ou outra coisa” (sic) (FERRUGEM, 2010-2011).

A autonomia, conforme salienta Doyal e Gough (apud PEREIRA, 2007, p. 70-71), está diretamente ligada à “capacidade de eleger opções informadas sobre o que se tem que fazer”. A população que chega ao CRAS demanda informação, de todos



os tipos, sendo assim, percebe-se que para exercer a autonomia é necessário que a população esteja informada, saiba onde buscar e lutar por seus direitos. Para sentir-se autônomo também é necessário “eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável por suas decisões e por seus atos”. Chauí (1998 p. 338) conceitua o que é ser um sujeito autônomo:

[...] é ativo ou virtuoso aquele que controla interiormente seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros, o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros. Numa palavra é autônomo.

A partir deste conceito reflete-se sobre o quão difícil é ser autônomo nos dias de hoje, de forma plena. Marx (2006) salienta que a vida acaba presa a grosseira necessidade, ou seja, as necessidades passam a ser muito imediatistas, o desejo é sobreviver, os sujeitos não constroem mais planos, e pensam apenas no hoje. Assim, “o trabalhador deve apenas ter o que lhe é necessário para querer viver e deve querer viver unicamente para isso ter” (MARX, 2006, p. 152). Pensando nisso, Marx (2006, p. 154) destaca que “a necessidade grosseira do trabalhador é uma fonte muito maior de lucro do que a necessidade refinada do rico”, com isso, fica perceptível a desigualdade presente neste modo de produção capitalista.

Percebe-se que há dificuldade de grande parte das pessoas atendidas no CRAS explicitarem seus projetos de vida, Muitas vezes, quando indagadas sobre isto referem “não tenho projeto de vida” (sic) ou retornam questionando “como assim?” (sic). Certa vez, uma usuária tinha como projeto de vida morrer, só estava viva por causa de sua filha, e devido a tudo que já tinha passado não havia mais nada que quisesse, que lhe desse ânimo na vida. Todas estas expressões da realidade concreta servem para demonstrar o quanto a população em vulnerabilidade social precisa cada vez mais apropriar-se de seus direitos, da importância da participação e o quanto precisam exercitar a autonomia e acreditar na possibilidade de lutar por condições melhores de vida, precisam não perder a esperança. Referente a isto, Freire (1992, p 177) ensina sobre a necessidade de ter “esperança, almas antes proibidas simplesmente de falar gritam e cantam; corpos proibidos de pensar discursam e arrebatam as amarras que os prendiam”.

O grupo de famílias do PAA, que realiza seus encontros no CRAS, está permeado por estes processos de subalternização, que se expressam ao sentirem-se inferiores, assim como há toda uma questão de dependência deste grupo, dificuldade em exercer sua autonomia, de as famílias serem protagonistas de suas vidas. O grupo enfrentava o desafio de andar sozinho, de se constituir enquanto grupo, para, a partir disso, alcançar seus objetivos. No momento em que entenderam o porquê de participar, que se reconheceram como integrantes do grupo é que conseguiram exercer a participação consciente e a autonomia. A questão da participação está muito relacionada com a autonomia, pois conforme Pereira (2007, p. 68) “existem somente dois conjuntos de necessidades básicas universais e objetivas, a saúde física e a autonomia”. Estas necessidades não se constituem como um fim em si mesmo, e sim como condições para que sejam alcançados os objetivos universais de participação social.

Com base no exposto, entende-se que não é possível discutir participação desconectada da autonomia, pois estão diretamente inter-relacionadas. Sendo assim, muitas vezes é no momento em que há um sentimento de pertencimento, de autonomia que as pessoas passam a participar efetivamente. A esse propósito Gohn (2008, p. 30) afirma que:

Entendemos a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

A participação é processo social, dinâmico e contraditório e pressupõe diversos fatores. Os processos de participação, desde que tenham em si este objetivo, promovem autonomia, despertam a necessidade de enfrentamento às desigualdades sociais vivenciadas. Souza (2004, p. 82) afirma que a participação “passa a ser questão social à medida que as próprias contradições sociais desafiam o homem como ser criador e este toma consciência da sua realidade social e assume posições de desafio e enfrentamento”. Tais contradições possibilitam que os grupos não privilegiados se descubram e, assim, reajam. O processo que se almejou construir junto ao grupo do PAA é exatamente este, um processo participativo em que o grupo se constitua enquanto tal, e assim possa enfrentar os obstáculos que surgirem de forma consciente e autônoma.

Autonomia, segundo Gohn (2008, p. 33) é quando o sujeito é “sujeito histórico, que sabe ler e re-interpretar o mundo”. É quando adquire uma linguagem que possibilita a participação, podendo compreender os processos e se expressar por si mesmo. Então, buscou-se contribuir para que o grupo construísse uma autonomia crítica, esta que segundo Pereira (2007, p. 74) “constitui um estágio mais avançado, diz respeito à capacidade dos sujeitos saberem criticar e mudar as regras e práticas da cultura que fazem parte, e não somente saber eleger e avaliar as informações”.

Depois de certo tempo de acompanhamento do grupo, foi possível perceber um maior engajamento dos integrantes enquanto grupo. Algumas pessoas que não participavam muito começaram a participar; outras afirmaram que, quando começaram a participar dos grupos do CRAS, passaram a falar mais o que pensam, demonstrando assim que a intervenção do Assistente Social, no processo de participação, pode contribuir para a construção da autonomia e protagonismo. Gohn (2008, p. 09, grifos do autor) afirma que:

A palavra *protagonismo* vem do grego e o termo designava o *lutador principal de um torneio*. Depois a palavra passou a ser usada para designar os atores principais de um enredo teatral ou os personagens principais de uma trama literária. Recentemente, as ciências humanas não só se apropriou do termo *ator* como passaram a utilizar o próprio termo *protagonismo* para os atores que configuram as ações de um movimento social. No Brasil, o protagonismo ampliou-se não somente entre vários setores da sociedade civil como invadiu a sociedade política, realizando parcerias com o Estado, desenvolvendo uma nova esfera pública.

Assim, é preciso trabalhar com as famílias a questão de que realmente podem e devem ser protagonistas de suas vidas. O trabalho realizado objetivou, a partir da participação, instigar processos sociais emancipatórios. Ao utilizar o termo “processos emancipatórios” sentiu-se a necessidade de conceituá-lo. Sendo assim, processos emancipatórios são os que informam, instigam consciência crítica, estimulam reação e organização, problematizam a passividade, instigam a busca por novas possibilidades, não de forma abstrata, mas concreta.

Por fim, percebe-se que a participação é algo a ser instigada e melhor trabalhada com os sujeitos, estimulando a sua autonomia, construindo e fortalecendo o protagonismo, a fim de que possam lutar por seus direitos. A luta por uma nova ordem societária demanda a participação de todos – uma consciência de classe, de sujeito coletivo – e é isto que este trabalho objetiva fomentar. É necessário que o Assistente Social esteja capacitado a trabalhar nos espaços

socioinstitucionais, com as políticas, em específico neste trabalho com a assistência social, tendo como luz o projeto ético-político profissional e demais legislações profissionais, pois estas guiarão seu trabalho e possibilitarão mudanças, ação frente à realidade. A partir disso, guiará seu trabalho sempre pelo caminho da participação dos usuários, trabalhando na perspectiva de sua autonomia e emancipação.

#### **4.2 CONSTITUIÇÃO DE GRUPO PARA RESISTIR: CONSTRUINDO CONSCIÊNCIA CRÍTICA E AUTONOMIA**

A gente quer ter voz ativa/ No nosso destino mandar/ Mas eis que chega a roda viva/ E carrega o destino prá lá ... /Roda mundo, roda gigante/ Roda moinho, roda pião/ O tempo rodou num instante/ Nas voltas do meu coração [...] (BUARQUE, 2003).

O trabalho desenvolvido com o grupo de famílias no CRAS tinha como principal objetivo contribuir com a construção da autonomia das famílias, a partir da participação, dos processos sociais emancipatórios. O objetivo geral do projeto era: contribuir com a organização coletiva das famílias do grupo PAA, núcleos Porto Belo e Sagrada Família, promovendo espaços de participação, com vistas à construção de um processo de autonomia grupal e protagonismo social das famílias (FERRUGEM, 2010c).

Neste subcapítulo apresenta-se um pouco do que foi a intervenção com este grupo e o trabalho desenvolvido na busca de que as famílias pudessem ter “voz ativa” conforme a música, e não serem apenas dependentes e recebedores passivos dos programas e políticas. É fundamental que os sujeitos possam participar ativamente nos processos, construindo juntos. Assim, podem decidir sobre seu próprio destino e sobre as políticas as quais devem ter acesso e fazer o controle social.

O processo de estágio curricular obrigatório em Serviço Social é o momento principal para o estudante conhecer e aprender de fato de que forma o Assistente Social atua e deve atuar. Esta intervenção é acompanhada durante um ano e meio, através das disciplinas de estágio, podendo assim ir problematizando o trabalho do Assistente Social com os colegas e professor. A estagiária realizou estágio obrigatório I e II, no CEUVF, em 2009. Quando realizaria o estágio III, trocou de local de estágio e ficou um semestre no CRAS Harmonia como estágio não obrigatório, porém, já estava se aproximando das atividades e de seu futuro projeto de intervenção. Em 2010/2 matriculou-se em estágio III e realizou seu último nível de estágio obrigatório. Porém,

permaneceu no CRAS Harmonia até final de 2011, enquanto estágio não obrigatório, acompanhando o grupo de famílias até setembro de 2011.

Nesse sentido, explicita-se de que forma foi desenvolvido o projeto de intervenção: Subalternização ou autonomia? A construção do protagonismo com as famílias do grupo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A partir da experiência, nos dois primeiros estágios curriculares obrigatórios e da experiência no CRAS Harmonia, foi possível destacar uma questão a ser trabalhada e realizada uma intervenção, conforme segue abaixo a ilustração elaborada para demonstrar a justificativa de tal projeto e de onde ele surge:

**Figura 1 - Justificativa do Projeto de Intervenção CRAS Harmonia**



Figura 1 – Fonte: Elaborada pela autora (2010).

A partir da ilustração acima é possível identificar a origem do projeto e que ele traz a experiência do estágio realizado no CEUVF, assim como a demanda que foi emergindo no CRAS, a partir dos atendimentos, aproximação com a realidade da comunidade, da instituição e do grupo de famílias. Identifica-se, ainda, na ilustração, em ambos os espaços institucionais a dificuldade da participação, a subalternização vivida pelos usuários, e neste sentido a importância de se trabalhar com estes fatores. O trabalho do Assistente Social apresenta um objeto de trabalho e toda uma instrumentalidade para orientar o trabalho, constituída pelos instrumentos. Conforme afirma Iamamoto (2009b, p. 62-63) os instrumentos não são somente um arsenal de técnicas, correspondem às entrevistas, reuniões, encaminhamentos, mas para, além

disso, abrangem o conhecimento. Este é essencial para que o profissional possa desenvolver seu trabalho, de maneira qualificada e competente. Nesse sentido, a autora afirma que “as bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam” (IAMAMOTO, 2009b, p. 62-63).

O projeto de intervenção sobre o qual se está problematizando neste momento foi elaborado e executado a partir de um referencial teórico, sempre pautado na perspectiva teórico-crítica do materialismo dialético-histórico. Sendo assim, o projeto foi construído a partir do processo de desvendamento da realidade, através de sucessivas aproximações. A proposta visou à intervenção em um grupo que já realizava encontros semanais (todas as sextas-feiras) no CRAS, mas que estava com dificuldade de constituir-se enquanto grupo, de ultrapassar os muros da subalternização e exercer sua autonomia.

Primeiramente é necessário explicitar como este grupo chegou ao CRAS e porque se iniciou um trabalho junto ao mesmo. Conforme mencionado, o PAA em Canoas beneficia também grupos da comunidade que são, segundo os gestores do programa, “autogestionáveis”. A Coordenadora do CRAS foi convidada por uma líder comunitária, líder de dois núcleos do PAA no território, a falar sobre o CRAS para as famílias. Esta coordenadora havia sido escolhida pelo comitê gestor do Programa, e sua função era coordenar o grupo, não recebia a sacola de alimentos. Como ela era coordenadora de dois núcleos (núcleo Porto Belo e Núcleo Sagrada Família), muito próximos um do outro e do CRAS, reuniu os dois enquanto um mesmo grupo no CRAS. No total os dois núcleos somavam 40 famílias inscritas, porém nunca havia participação de todas. Já no final do convênio os núcleos somavam 34 famílias inscritas. Neste dia tal líder solicitou o espaço do CRAS para o grupo desenvolver suas atividades, uma vez que estavam se encontrando em uma igreja e passavam algumas dificuldades para utilizá-la. Outro fator seria o de que queriam gerar renda e tinham escolhido a produção alimentos, os quais seriam num primeiro momento pães. Sendo assim, poderiam utilizar a cozinha do CRAS para começarem a produzir, mesmo que para consumo do próprio grupo primeiramente. A coordenadora do CRAS aceitou a solicitação do grupo, visto que aquelas famílias eram do território do CRAS o que favoreceria a aproximação com as mesmas.

A estagiária, desde que ingressou no estágio, identificava como necessário um grupo voltado para as famílias, uma vez que a própria Política de Assistência Social destaca o PAIF como serviço central na proteção básica e o eixo da matricialidade sociofamiliar, porém até então as atividades eram muito voltadas a crianças e adolescentes. Quando as famílias do PAA passam a se encontrar no CRAS, sem acompanhamento mais específico, surge o projeto de intervenção. As famílias ficavam, às vezes, uma tarde inteira, paradas, sem atividade, só compareciam mesmo para ganhar a cesta básica de alimentos no mês, pois não poderiam ter mais de três faltas ou perderiam o recurso. O Projeto de Intervenção apresentou uma proposta metodológica, a qual constituiu quatro etapas. A primeira etapa dizia respeito às primeiras aproximações e combinações para execução do projeto. Primeiramente, foi preciso aproximar-se do grupo, conhecê-lo melhor, assim foram realizadas reuniões com a coordenadora do grupo naquele momento e o gestor do programa (no que se refere ao território do CRAS). Estes encontros possibilitaram identificar questões a serem trabalhadas com o grupo, assim como ampliou o olhar sobre o programa no município de Canoas.

A coordenadora destes núcleos explicou como ocorriam os encontros, a necessidade de o mesmo gerar renda, a expectativa quanto à padaria e à horta comunitárias, dentre outras questões. Afirmou que gostaria que o CRAS contribuísse para que o grupo “se soltasse mais”, pudesse se ver como grupo, a partir das diferenças de cada um. Ressaltou ainda a importância de o grupo poder contar com o CRAS para atendimentos a suas demandas. Assim, este grupo cada vez mais demandava o acompanhamento da equipe do CRAS, uma vez que eram famílias referenciadas no território, muitas destas nem conheciam o CRAS até então e estavam em situação de vulnerabilidade social. Além disso, o grupo precisava se organizar coletivamente para que pudesse fortalecer-se e atingir seus objetivos. Tal proposta de intervenção estava alinhada com as competências do Assistente Social na Política de Assistência Social, visto que uma dimensão, conforme a cartilha do CFESS (2009, p. 18) é a

[...] de intervenção coletiva junto a movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, mobilização e organização popular, que tem como fundamento o reconhecimento e fortalecimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo na luta pela ampliação dos direitos e responsabilização estatal

Este olhar sobre o grupo e de reconhecimento da importância do coletivo só é

possível se o profissional tiver de forma clara a dimensão teórico-metodológica, uma vez que é necessário ter a capacidade de manter a postura investigativa, questionar, indagar a realidade socioinstitucional, tendo sempre como referência as categorias teóricas reflexivas do método. A partir disso foi possível propor o projeto de intervenção, uma vez identificadas novas demandas institucionais e dos usuários, reconhecendo as contradições presentes.

O projeto respondeu à demanda institucional, na medida em que a estagiária passa a atuar no grupo por ser necessário alguém da equipe acompanhar tais famílias. Da mesma forma, atende a uma demanda dos usuários, quando a intervenção junto ao grupo é uma solicitação da coordenadora e o atendimento às demandas das famílias do programa; no que se refere à Assistência Social era algo demandado pelo grupo em si.

Estes movimentos estão diretamente ligados à categoria mediação – muito necessária no trabalho do Assistente Social. Segundo Pontes ([s/d], p. 3) “a mediação é categoria central da articulação entre as partes de uma totalidade complexa, e é responsável pela possibilidade da passagem entre o imediato e o mediato”. Sendo assim, a demanda que chegou de forma aparente era de que o grupo não conseguia se organizar, que as famílias estavam se encontrando por se encontrar e era necessária uma intervenção técnica. A mediação consiste em compreender o porquê das famílias não estarem desenvolvendo a atividade que “deveriam estar”; porque estavam “desorganizadas”. É necessário remeter todas estas questões às leis gerais, às políticas, compreendendo estas famílias na divisão social do trabalho e permeadas pelas relações capitalistas. A partir desta compreensão, o olhar sobre o aparente é ampliado e assim é possível reelaborar o objeto, chegar à particularidade e propor uma intervenção, entendendo que estas famílias vivem processos de subalternização o que dificulta maior organização coletiva, assim como sua autonomia.

É necessário ter constantemente a capacidade de reconhecer a diversidade de expressões particulares dos sujeitos sociais, assim como suas formas de participação e organização. Isso evidencia a dimensão ético-política, a qual deve estar sempre presente na intervenção. No que se refere ao grupo, nas reuniões tinha-se o cuidado de reconhecer as singularidades de cada um e a forma como se organizavam; ao mesmo tempo em que tais questões sempre foram remetidas à compreensão da realidade como um todo. Referente à questão ética é importante citar que o grupo



sempre foi informado sobre as atividades que estavam sendo realizadas e assinaram uma autorização para fotografar e utilizar as fotos para divulgar o trabalho. As relações estabelecidas sempre estiveram pautadas na horizontalidade, no respeito e na busca pela autonomia dos usuários, conforme a dimensão técnico-operativa. A partir disso, percebe-se o quanto a execução de um projeto deve estar pautada nas dimensões da competência, e o quanto isso constitui um desafio.

Após estas primeiras aproximações com o grupo, iniciou-se de forma mais direta a intervenção junto ao mesmo. O trabalho com o grupo começou em 30 de abril de 2010, a partir de reuniões e algumas intervenções. A segunda etapa do projeto de intervenção diz respeito às combinações feitas com o grupo, ou seja, a realização do contrato grupal e a proposta de trabalho junto às famílias. A primeira atividade grupal realizada de fato com o grupo, a qual foi planejada pela equipe do CRAS (com a estagiária), referiu-se ao “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual das crianças e adolescentes”.

A partir de então as atividades grupais passaram a ser organizadas e ter uma continuidade. A proposta inicial era de realizar grupos mensais, mas como o grupo não tinha organizado as atividades para os demais dias de seus encontros, ficou acordado que as atividades seriam quinzenais num primeiro momento. Ao todo foram realizadas 31 atividades grupais com intervenção do CRAS junto a este grupo, desde maio de 2010 até setembro de 2011, conforme consta no quadro referente aos grupos desenvolvidos, mas que, por falta de espaço, não será possível apresentá-lo aqui. Realizaram-se várias reuniões referentes ao grupo do PAA, dentre elas com as coordenadoras dos núcleos, com gestores e com a secretária de desenvolvimento social do município de Canoas, buscando a garantia da intersetorialidade.

Nos cadernos de registro das atividades do grupo há 14 reuniões formais registradas. Foram desenvolvidos 10 grupos com a nutricionista da SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – no período de agosto de 2010 a setembro de 2011, nos quais a estagiária participava. Importante esta parceria com a nutricionista, visto que as famílias recebiam a sacola de alimentos e muitas vezes não sabiam como fazer um melhor aproveitamento dos alimentos: como manter uma alimentação mais saudável e não tão cara.

Percebe-se que foram desenvolvidas muitas atividades com estas famílias, por isso não é possível explicitar todas elas. Assim, resgatam-se algumas das atividades e pontos mais importantes, alguns dos temas trabalhados: combinações

do grupo e contrato grupal; debate sobre o PAA, assim como sobre a assistência Social, serviços do CRAS; violência contra a mulher; preconceito e exclusão social; dia da mulher; coordenação do grupo e do programa; economia solidária, saúde da mulher; atividades de geração de renda; dentre outras.

A estagiária iniciou sua intervenção mais diretamente com o grupo no dia 11 de junho de 2010, quando foi construído em conjunto o caminho do mesmo. O cartaz utilizado apresentava no centro um caminho com obstáculos e ao redor foram fixadas imagens e palavras que o grupo escolheu e explicou o porquê de ter escolhido para simbolizar o grupo, o que esperavam que fossem os encontros. A cada reunião de grupo realizada foi fixado neste caminho um papel com a data e o tópico principal trabalhado no dia, a fim de que no final do ano fosse possível visualizar o que foi construído neste período e auxiliar na constituição do grupo. Muitos comentários interessantes sobre o que caracteriza um grupo emergiram, dentre eles: “é preciso haver o respeito às opiniões diferentes, às diferenças entre as pessoas” (sic) ou então “o grupo é um espaço importante para os integrantes falarem e se ouvirem” (sic) (FERRUGEM, 2010b). Todas as técnicas utilizadas tinham o objetivo de fortalecer a dinâmica, tendo sempre um planejamento sobre a atividade a ser realizada, pautando-se na dinâmica grupal de forma sistemática.

No contrato construído neste dia, ficou acordado que os encontros com a estagiária seriam quinzenais e que nas outras duas sextas-feiras restantes o grupo poderia realizar a atividade que achasse interessante, utilizando o tempo para se organizar. Isso porque o grupo, conforme orienta o comitê gestor, deve buscar alternativas de geração de trabalho e renda, assim como a coordenadora deve informar ao grupo o que os gestores informaram a ela. Uma das tarefas que o grupo precisava desempenhar era a organização das sacolas de alimentos. Os alimentos chegavam dos pequenos agricultores e cada grupo precisava ter pelo menos um representante para ajudar a descarregar o caminhão, montar as sacolas de alimentos e carregar novamente para o caminhão. Voltando ao contrato grupal, foi acordado também que seriam feitas reuniões com as coordenadoras do grupo, avaliação no final de cada encontro e firmada a importância do sigilo estar presente no grupo, dentre outras questões. Após este contrato feito com o grupo, pode-se afirmar que se encontrava na terceira etapa da metodologia do projeto de intervenção, que se refere à realização dos grupos, da intervenção propriamente dita junto às famílias.

Iniciou-se a intervenção buscando contribuir com a constituição de grupo, a qual ainda não existia de fato, apenas serialidade<sup>11</sup>. Sendo assim, muitas atividades desenvolvidas tinham como objetivo trabalhar a constituição de grupo, a importância do processo coletivo. Conforme Fernandes (2002) o grupo, por meio de um processo de diálogo, reflexão, congregação, poderá significar momento de abertura para que aconteça um processo de conscientização da potência que o sujeito tem. O grupo contribui para que o sujeito se redescubra e assim haja a possibilidade de romper com a alienação.

Depois de firmado o contrato e traçados alguns objetivos era necessário trabalhar sobre o programa que as famílias estavam inseridas e evidenciar que as sacolas de alimentos são um acesso ao *direito* à alimentação, e não ajuda. Primeiramente, realizou-se uma reunião com o gestor do programa deste território para conhecer melhor o programa no município e após desenvolver um grupo sobre o Programa, levantando, num primeiro momento, o entendimento de que as famílias tinham (técnica tempestade de ideias). Seguiu-se trabalhando sobre o programa: origem dos alimentos, quem são os beneficiados, objetivos, famílias, entidades gestoras, critérios para participar, dentre outros. Tal atividade foi de extrema importância, pois muitos ainda não tinham clareza sobre o programa, conforme relato do grupo: “uma das integrantes disse ter gostado de aprender sobre as regras, os critérios para participar do programa, pois ainda não tinha conhecimento deles” (FERRUGEM, 2010b).

Após esta atividade planejou-se uma referente à violência contra a mulher, visto que no município estavam ocorrendo atividades alusivas a Lei Maria da Penha. Neste dia alguns homens participaram da discussão, algo que é muito difícil de acontecer no CRAS, considerando que o maior público atendido são as mulheres. O debate foi muito interessante, visto que a participação dos homens e mulheres foi bem intensa. A atividade iniciou com discussão de reportagens sobre violência contra mulher no território onde moram e foi passado um vídeo sobre o trabalho feito com os “agressores”. Muitas falas emergiram do grupo como: “a mulher precisa ficar mais atenta, às vezes não se conhece bem as pessoas” (sic); ou: “às vezes, as

---

<sup>11</sup> Lapassade (1989, p. 228) aborda a questão da serialidade e afirma que diz respeito à “dispersão dos homens” e ainda que “o contrário da série é o grupo”, pois enquanto a série é a massificação, o grupo é a “totalização, se não totalidade”.

mulheres provocam, por isso o homem responde desta forma, com violência” (sic) (FERRUGEM, 2010b).

Tais falas podem sugerir que a maior responsabilidade seria da mulher, assim trabalharam-se tais afirmativas. O debate teve como luz as categorias do método, utilizando a contradição, a alienação para demonstrar o quanto tais afirmações estão pautadas no senso comum. Porém, muitas falas de crítica à realidade atual surgiram como, por exemplo: “antes a mulher não votava, não tinha voz” (sic); “a lei vale só para o pobre, ou para o rico também?” (sic). Identifica-se que muitos assuntos emergiram e salienta-se o quão positivo foi terem emergido expressões pautadas no senso comum para debater e ampliar o olhar, um olhar crítico sobre o fenômeno (FERRUGEM, 2010b).

A partir do desvendamento das demandas, foram feitas as propostas para os próximos grupos. O grupo já estava começando a se organizar melhor, mas muitas questões ainda faltavam. Em supervisão, a estagiária e a supervisora tiveram a ideia de convidar a nutricionista da SMDS a participar uma vez por mês do grupo. Assim, poderia desenvolver atividades orientando, inclusive, sobre o melhor consumo dos alimentos que as famílias recebem nas sacolas proveniente do PAA. A nutricionista aceitou e a partir do mês de agosto de 2010 passou a participar do grupo uma vez por mês. Os grupos desenvolvidos pela nutricionista sempre levaram muito em consideração o conhecimento que o grupo tinha. Isso pode ser exemplificado com um dos encontros do grupo quando foram feitos pães; a nutricionista utilizou receitas do próprio grupo e as mulheres puderam ensiná-la e as demais colegas a fazerem seu pão. Aqui não apenas se socializava o conhecimento que tinha origem na experiência vivida, mas se trabalhava a autoestima, a valorização dos membros do grupo.

Sendo assim, restava apenas um dia no mês para o grupo organizar alguma atividade por conta própria, conforme orientações dos gestores. Contudo, ainda se fazia necessário o grupo se ver enquanto tal, por isso realizaram-se diversas atividades para trabalhar a questão do coletivo, da participação enfatizando a potência que há nestes processos sociais emancipatórios. Desenvolvendo tais atividades percebeu-se do que o grupo gostava e o que funcionava melhor. Então, as atividades passaram a ter sempre algo lúdico, músicas, pequenos vídeos, pois assim tudo ocorria muito bem, conforme relatam os usuários: “foi bom porque fizemos aqui coisas que não fazemos em casa” (sic); “os grupos deveriam ser sempre assim” (sic) (FERRUGEM, 2010b).

A vida sobrecarregada pela luta para sobreviver guarda poucos espaços para o lúdico, a cultura, a partilha e isso também é fundamental ao desenvolvimento humano, afinal como diz o trecho da música “Comida”: (FROMER; ANTUNES; BRITTO, 1987) “A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída, para qualquer parte...”. Ainda, sobre isso, Marx (2006, p. 144) afirma:

[...] O homem sufocado pelas preocupações, com muitas necessidades não tem qualquer sentido para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas seu valor comercial, e não a beleza e a natureza própria do mineral; encontra-se desprovido do sentido mineralógico.

Dessa forma e a partir de tais atividades muitos temas eram debatidos, tais como: preconceito, processos de exclusão social, neoliberalismo, individualismo. Ao desenvolver estas atividades o grupo começa a de fato ser um grupo e verbalizar isso: “sempre aprende algo com o outro” (sic); ou então “antes eu vinha só por causa da sacola, agora não mais, também aprende” (sic) (FERRUGEM, 2010b). Verifica-se, a partir destas falas, que já existia o que Lapassade (1989) chama de “espírito de corpo”, ou seja, etapa onde o grupo supera a mera serialidade e se reconhece como uma unidade. Concomitantemente com as atividades grupais, eram realizadas também reuniões com as coordenadoras do grupo. Isto porque logo que iniciamos a acompanhar o grupo a coordenadora do mesmo saiu de seu cargo e deixou no seu lugar as duas pessoas que eram suas ajudantes, integrantes das famílias que recebiam os alimentos. Estas estavam com muita dificuldade em liderar o grupo, até mesmo porque não lhes foram passadas as devidas informações, assim como não estavam ocorrendo capacitações por parte dos gestores. Nos grupos, não foram poucos os comentários e reivindicações referentes à coordenação; o grupo não estava satisfeito com a maneira como estavam sendo coordenados, conforme explicita a fala: “a outra coordenadora não participa” (sic) (FERRUGEM, 2010b). Diversas vezes ocorreram conflitos no grupo, o que foi trabalhado no próprio grupo.

Sempre se solicitava às famílias sugestões para desenvolver as atividades, mas estava difícil levantar ideias. Então, elaborou-se um instrumento para coletar sugestões; as opções mais destacadas foram: saúde da mulher, planejamento familiar, geração de trabalho e renda, bolsa família, educação. A partir disso, buscou-se contemplar tais sugestões, realizando atividades sobre o que é o CRAS, os programas sociais, a PNAS, debatendo o próprio conceito de Assistência Social. No

final dos encontros evidenciou-se o aprendizado construído. Exemplo disso foi quando do debate sobre a assistência social ser ajuda ou direito, em que afirmaram ser ajuda, mas após a discussão a entenderam como direito (FERRUGEM, 2010-2011.).

Após diversas atividades realizadas o grupo passa a ser um grupo, a mostrar-se insatisfeito com o que não está bom, a querer lutar por seus objetivos. Uma destas lutas diz respeito à padaria e horta comunitárias, objetivos de geração de renda das famílias. Havia equipamento para a padaria e espaço para a horta, mas devido às questões burocráticas ambas não foram concretizadas. Tais fatores desanimaram o grupo, ao mesmo tempo em que foram buscando outras possibilidades; passaram a fazer artesanato, fuxico, tapetes como forma de gerar renda. Algumas das pessoas relataram que aprenderam tais atividades no grupo e estavam fazendo em casa para vender; estas atividades começaram em 11 de março de 2011.

Ao final do ano de 2010 era hora de retornar ao caminho do grupo e analisar o que foi construído e o que ainda era obstáculo. Sendo assim, utilizando o cartaz do caminho do grupo, fez-se esse resgate. Destacaram-se os desafios a serem enfrentados, dentre eles: “cumprir com o programado” (sic); “mais responsabilidade” (sic); “se unir para fazer no próximo ano o que não foi feito em 2010” (sic). O fato de o grupo não se acomodar e identificar que há questões a serem melhoradas já é resultado de que estão se vendo enquanto grupo. Além disso, muitas questões positivas foram levantadas pelos participantes, dentre elas: “conhecemos muitos direitos que não sabíamos” (sic); “aprendemos a nos comunicar e participar mais” (sic); “ a gente só se comunica quando a Renata tá aqui” (sic) (FERRUGEM, 2010-2011).

Esta última fala tem tanto um sentido positivo quanto negativo, visto que é bom o fato de o trabalho da estagiária proporcionar melhor comunicação no grupo, ao mesmo tempo em que isso deve acontecer sem a presença dela também (FERRUGEM, 2010-2011).

Devido ao fato de ter ocorrido muitos problemas com as entregas das sacolas de alimentos, com falta de diversos produtos, mesmo com o término do convênio, ainda seriam entregues sacolas de alimentos até metade do ano de 2011 a este grupo. Posteriormente, o comitê gestor avaliaria os grupos e, caso se renovasse o convênio, pensaria sobre a continuidade das mesmas famílias. Portanto, o grupo continuou a ser atendido durante 2011, até setembro, quando concluíram o convênio e criaram novos grupos de famílias.

Em 2011 o grupo já estava mais fortalecido, unido. Conforme Lapassade (1989) a necessidade individual dos sujeitos passa a ser sentida como comum, a terceira pessoa representa o que cada um totaliza nas reciprocidades relacionais. A mediação destas reciprocidades constitui o grupo, e o outro passa de um número a um significado. Destaca-se que bem no início do ano uma das coordenadoras faleceu e foi realizada uma votação do próprio grupo para a nova coordenadora. Passou-se a realizar grupos quinzenais, pois a partir do entendimento da estagiária e do grupo estavam se organizando melhor e tendo mais atividades próprias, como de artesanato.

Um caminho já havia sido trilhado pelo grupo em 2010, sendo assim foi construída uma árvore dos objetivos do grupo em 2011, para, no final, ser possível analisar o que poderia colher e o que ainda não estaria “maduro”. Atingidos, então, os objetivos de assuntos demandados pelo grupo: saúde da mulher; geração de renda com visita à cooperativa; e integrantes vindo ao grupo trocar experiências. Debateram-se também sobre os programas sociais, bolsa-família e condicionalidades (saúde, educação e assistência social).

Ressalta-se que o grupo passou a exercer as atividades com maior autonomia, visto que tiveram participação nas conferências de segurança alimentar e nutricional sustentável e de assistência social em Canoas. Para ambas houve participação em discussões prévias para levar sugestões nas conferências. Para a de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável o grupo levou consigo as sugestões escritas, destacam-se algumas: maior acesso aos alimentos; refeitório em todas as escolas; mais ações que promovam alimentação saudável, como a realizada com a nutricionista no grupo, dentre outras.

Utilizaram-se questionários para avaliar o trabalho junto ao grupo. O primeiro deles (Apêndice A) foi utilizado em 14 de janeiro de 2010, com o objetivo de avaliar os grupos que foram mais atrativos, com o que a participação nos grupos contribuiu na vida das famílias, pontos positivos e negativos, assim como sugestões para 2011. Realizou-se um levantamento deste questionário, elaborando um quadro referente às questões e respostas, a fim de analisar melhor as questões e resultados possíveis. O formulário semiestruturado (Apêndice B) foi utilizado após término do grupo em visitas domiciliares e atendimentos no CRAS, por meio de entrevistas diretas, no mesmo momento foi entregue a cartilha elaborada (Apêndice C).

Enfatiza-se a importância da atitude investigativa para qualificação do trabalho profissional. A realização de levantamentos e da avaliação possibilita mais

consistência ao trabalho realizado, e isso é viabilizado pela formação do estudante de Serviço Social na área da pesquisa. A estudante, além da formação em sala de aula e a participação no MESS, teve a oportunidade de realizar a formação via iniciação científica e registra aqui a importância deste espaço pedagógico para a formação profissional.

As pesquisas, das quais a estudante participou, contribuíram muito para sua formação profissional e para a intervenção nos estágios. Isso porque ambas as pesquisas traziam o debate acerca da formação profissional e a última abordava a formação de profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde – SUS – e no SUAS. Esta pesquisa estava diretamente relacionada com os estágios, visto que a estudante realizou estágio na área da saúde e da assistência social. Outro fator importantíssimo na experiência em iniciação científica é a apresentação nos eventos de exposição de trabalhos, possibilitando desenvolver maior capacidade de argumentação, de expor ideias e desenvoltura para apresentar um trabalho. A participação nesta pesquisa possibilitou a premiação de destaque na apresentação no Salão de Iniciação Científica da PUCRS, no ano de 2009.

A quarta etapa da metodologia do projeto de intervenção traz a avaliação como um fator importante. Cabe destacar que a avaliação ocorreu em todos os encontros, estando presente em todas as etapas, apesar de ser efetivada com maior ênfase na quarta etapa da metodologia. Nesta etapa, ou seja, no final do ano, foi revisitado todo o caminho construído pelo grupo (simbolizado a partir de um cartaz) e realizada a avaliação de todo o processo. Isso possibilitou visualizar os avanços conquistados nestes meses e os desafios para o próximo ano, subsidiando o planejamento de novas propostas. Foi socializado pela estagiária para a equipe, o trabalho desenvolvido, no intuito de ouvir críticas, sugestões e aprimorar tal trabalho bem como estimular sua continuidade, mesmo após o término do estágio.

Com a avaliação de políticas, projetos sociais e programas buscou-se comprovar o grau de resultados e contribuir para a tomada de decisões. Tal atitude investigativa mobilizou a realizar pesquisa com as famílias, a fim de conhecer melhor o grupo e pensar propostas de intervenção. Os levantamentos realizados mostram que o grupo constituiu-se basicamente por mulheres; a participação de homens era apenas esporádica. As famílias tinham uma média de 5 a 8 pessoas residindo juntas, sendo que a maioria das mulheres que participavam nos grupos tinha entre 5 e 8 filhos; a maioria não é natural do município e tinha a faixa etária de 17 a 64 anos.



Portanto, é um desafio articular, durante a intervenção, a teoria e a prática (práxis), porém é esta articulação que norteia o trabalho realizado. Sem a teoria, a prática não existe. Referente a isto Cury (1986, p. 44) afirma que “[...] as mediações abrem espaço para que as teorias se concretizem, tornando-se guias das ações. Nesse sentido, sem as mediações as teorias se tornam vazias e inertes, e, sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas”. Por fim, executar um projeto de intervenção que tenha como objetivo uma transformação societária não é tarefa fácil. É necessário estar sempre em direção à ultrapassagem da percepção simplificada à consciência crítica da realidade socioinstitucional e social. A partir da orientação do projeto ético político profissional, e demais legislações que orientam a profissão, assim como a teoria social crítica, é possível, apesar das dificuldades, desenvolver um projeto de intervenção de forma propositiva e coerente, reelaborando, sempre que preciso, as estratégias de enfrentamento diante das contingências apresentadas no contexto de estágio

#### **4.3 AONDE CHEGAMOS AO FINAL DA CAMINHADA? COLHENDO OS FRUTOS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL COM O GRUPO DE FAMÍLIAS**

“Se não houver frutos, valeu a beleza das flores; Se não houver flores, valeu a sombra das folhas; Se não houver folhas, valeu a intenção da semente” (HENFIL, [1984]).

O projeto de intervenção é elaborado a fim de causar alguma transformação na realidade que foi observada e melhor apropriada pela estagiária. É preciso destacar que a intervenção ocorreu por bastante tempo no grupo, o que faz com que se tenham muitas questões a serem trazidas, porém em um espaço insuficiente para tanto se precisa fazer opções e sínteses. Entende-se que durante todo o processo este produto vai sendo construído. Processo de trabalho que, segundo Marx (1989) é composto pela atividade adequada a um fim, ou seja, o trabalho; o objeto de trabalho, o qual é a matéria que se aplica o trabalho, e por fim os meios de trabalho, ou seja, o instrumental.

Marx (1989) esclarece que os meios de trabalho são um conjunto de coisas ou uma coisa que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho, o que lhe serve para dirigir sua atividade sobre este objeto estando de acordo com o fim que tem em foco. Acrescenta que, apesar de os meios não participarem diretamente do processo de trabalho, o trabalho fica parcial ou totalmente impossibilitado de

concretizar-se quando não se conta com eles. Assim, se pode compreender porque que o produto vai sendo construído no decorrer do processo e que implica muitos fatores. Conforme Marx (1989) o trabalho incorpora-se ao objeto sobre o que atuou, em que ele teceu e o produto é um tecido.

Portanto, por menos ou mais difícil que seja visualizá-lo, é possível destacar algumas questões. A intervenção frutificou, muitos frutos puderam ser colhidos e outros ficaram para amadurecer. O importante de fato neste processo é “a intenção da semente” e a avaliação e problematização a respeito da intervenção – a própria reflexão e a não concretização de algumas questões já são resultados. O produto só pode ser evidenciado a partir da avaliação que se faz do processo. Sendo assim, entende-se ser importante retomar os indicadores construídos, a fim de, a partir dos mesmos levantar o produto do trabalho desenvolvido. Falando em produto, cabe destacar que o Assistente Social tem sim um produto do seu trabalho. Afinal, o trabalho deste profissional é demandado, logo tem algum significado e resultado no que faz.

Nesse sentido, Iamamoto (2009b, p. 67, grifo do autor) afirma que “o trabalho do Assistente Social tem um efeito nas condições *materiais* e *sociais* daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho”. Prates (2010) define indicadores como unidades que permitem medir o alcance de um objetivo específico, relativo a um projeto ou a uma avaliação diagnóstica de determinada realidade ou fenômeno. Assim, são fundamentais no que se refere ao processo de avaliação das políticas sociais, projetos e programas. Deste modo, o “Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre as questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora” (IAMAMOTO, 2009b, p. 67). O trabalho do Assistente Social tem um “efeito no processo de reprodução da força de trabalho” (IAMAMOTO, 2009b, p. 67). Por mais que o trabalho deste profissional não produza riqueza social, ele é parte de um trabalhador coletivo, tendo sim um produto. Neste sentido cabe destacar (IAMAMOTO, 2009b, p. 69-70):

O assistente social não produz diretamente riqueza – valor e mais-valia –, mas é um profissional que é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica do trabalho. Assim, a análise das características assumidas pelo trabalho do assistente social e de seu produto depende das características particulares dos processos de trabalho que se inscreve.

Sendo assim, cabe destacar que antes mesmo de ser iniciado o estágio no CRAS Harmonia, um produto já havia sido construído pela estagiária. Nos dois

primeiros semestres de estágio obrigatório, realizados no CEUVF/PUCRS, houve muita dificuldade em concretizar de fato o projeto de intervenção elaborado. O projeto se propunha a organizar um grupo com adolescentes, trabalhando justamente a questão da autonomia e participação. Apesar de todas as tentativas feitas, o grupo não ocorreu devido a vários fatores, dentre eles a dificuldade de participação das famílias – a subalternização que afetava suas vidas. A estagiária foi ampliando seu olhar a partir da dificuldade enfrentada para que o grupo pudesse acontecer, e as aproximações sucessivas que foram ocorrendo com o fenômeno que se apresentava.

Desse modo, a intervenção feita no CEUVF não foi em vão, ou seja, se obteve um produto. A estagiária pôde evidenciar a dificuldade de trabalhar com a participação no atual contexto, no qual cada vez mais se dificultam as formas de organização e participação daqueles que buscam lutar por um mundo diferente. Identificou-se o quanto os processos de subalternização influenciam no exercer da autonomia, visto que os usuários são atravessados pelas condições concretas, muitas vezes, impostas, as quais não possibilitam que seja possível o exercício da autonomia nas suas vidas. A partir deste aprendizado, construído no CEUVF, iniciou-se um processo novo de estágio no CRAS Harmonia, onde a estagiária passa a perceber os processos de subalternização vividos pelos usuários do serviço e perceber o quanto estes processos afetam o direito dos sujeitos a serem protagonistas de suas vidas.

Tanto os desafios quanto os resultados positivos do processo são vistos como um produto do que vem sendo construído no grupo. Nesse sentido, é importante identificar o produto, a partir dos indicadores de avaliação. O primeiro indicador de avaliação diz respeito à participação dos sujeitos, conforme segue:

*Indicador 01:* Nível de participação e comprometimento das famílias: famílias participando efetivamente do processo grupal, construindo e engajando-se nos objetivos do grupo, a partir de sugestões e elaboração de propostas. Superação da presença passiva por uma atitude ativa nas reuniões de grupo, o que pressupõe uma participação consciente, a compreensão de o porquê participar, processo que não se reduz ao entendimento “participar para não ter falta” (FERRUGEM, 2010c).

A partir da análise deste indicador, percebe-se que ocorreram sim algumas mudanças. Do início dos grupos até seu término identifica-se um maior comprometimento das famílias com o próprio grupo, evidenciado a partir dos relatórios do grupo, nos quais se percebe uma nítida alteração do engajamento das famílias em

torno de um objetivo comum. Em uma das reuniões do grupo foi discutido sobre o andamento do mesmo, avaliando o que se teve de avanço e retrocesso, o grupo explicitou o quanto visualizam a necessidade de estarem organizados, participando para alcançarem seus objetivos (como a geração de renda).

No momento em que a estagiária questionava o que o grupo gostaria de fazer, nos dias de atividades coordenadas pelo próprio grupo, alguns integrantes trouxeram ideias de confeccionar tapete, dentre outras; um integrante afirmou que antes de fazerem alguma atividade, precisavam se organizar. (FERRUGEM, 2010b). A partir da fala desta usuária, outros do grupo reconheceram a importância de primeiro se organizar, se conhecer, para então partir para algo mais, para gerar renda. Isso evidencia a maneira como o grupo é visto, ou se “constituiu”, sem priorizar a organização, ou seja, como serialidade e não como grupo (LAPASSADE, 1989).

Após realizar algumas atividades evidenciou-se muito claramente a necessidade de estarem organizados, de terem maior clareza do processo para atingirem seus objetivos. O grupo participou também de outros espaços, como as conferências de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Canoas e a de Assistência Social. Na primeira, o grupo preparou-se para levar suas sugestões; listaram várias questões e os representantes utilizaram as discussões da plenária, reivindicando que suas contribuições fossem consideradas. Em grupos posteriores aos das conferências, as pessoas que participaram levaram ao grupo o aprendizado e deram retorno – afirmando o quanto foi possível aprender nestes espaços.

Entende-se que no decorrer das reuniões, os integrantes passaram a ter uma participação mais consciente no que se refere à participação no próprio grupo. Ou seja, percebe-se que para muitos participar não significa mais somente ir até o CRAS e passar 1h e 30min. A verbalização de uma das integrantes em uma das reuniões é esclarecedora: “sinceramente, antes eu participava só por causa da sacola de alimentos, agora não mais, a partir das palestras, dos encontros, a gente também aprende” (FERRUGEM, 2010b).

O primeiro indicador está muito relacionado com o terceiro indicador:

*Indicador 03:* Qualificação do processo de organização grupal e autonomia do grupo: valorização das famílias do processo grupal, participando efetivamente das atividades; nível de satisfação das famílias em relação ao processo; maior organização das atividades de responsabilidade do grupo, com divisão de tarefas e responsabilidades (FERRUGEM, 2010c).

Houve uma qualificação grupal, assim como ocorreram manifestações do exercício da autonomia, visto que as famílias passaram a valorizar o processo grupal, participando efetivamente dos encontros. As famílias trazem agora o que estão aprendendo neste processo, assim como levantam a importância de organizar o grupo. Certa vez quando questionados sobre o que esperavam deste processo, uma das coordenadoras afirmou: “ah, eu não quero que este grupo acabe, quero que a gente consiga continuar, cada vez melhorar, mais... fazer o nosso pão...” (sic). Ou seja, grupo, a partir das falas das integrantes passa a ter um sentido nas suas vidas (FERRUGEM, 2010b).

Numa das reuniões, quando foi realizado um processo de avaliação, pensando no que precisava melhorar assim como no que se teve de avanço, uma das integrantes afirmou: “agora aqui no CRAS está mais organizado” (sic). Muitas vezes (antes de acompanhar o grupo) as famílias iam até o CRAS nada acontecia e acabavam indo embora. Como já citado, uma das integrantes afirmou não ser possível exercer alguma atividade sem se organizar primeiro, portanto, é neste sentido que a intervenção se voltou a contribuir com a organização coletiva. Isso tudo evidencia o quanto as famílias estavam cada vez mais expondo suas ideias no grupo, exercendo a autonomia na tomada de decisões.

É claro que autonomia não é algo que se conquista de imediato, mas é uma construção, neste caso totalmente coletiva, portanto, é processo, demanda tempo para acontecer. Porém, foi possível identificar algumas manifestações de autonomia, de participação, em que muitas pessoas que quase não se expressavam no início das reuniões do grupo passam a se colocar. Os questionários utilizados com as famílias contribuem para identificar tais questões. Várias participantes citaram que conseguiram amizades no grupo, aprenderam a conviver, conversar, dentre outros aspectos. Segue duas falas de usuárias referentes a esta questão: “Contribui muito. Eu era muito tímida em relação a falar, conversar, expressar ideias, hoje eu me sinto mais tranquila” (sic); e “Sim, no conhecimento, porque eu não tinha acesso às informações que tenho hoje” (sic) <sup>12</sup>.

O *Indicador 04* refere-se a: melhoria dos vínculos familiares e comunitários; impactos das atividades de grupo no cotidiano das famílias, nas suas relações; partilha de vivências, experiências particulares que podem ser mediadas com o coletivo;

---

<sup>12</sup> Falas extraídas dos questionários utilizados com as famílias do grupo.

reconhecimento da totalidade (condicionantes e possibilidades); expressões de apoio e solidariedade no grupo, respeito à diversidade (FERRUGEM, 2010c). Percebe-se que há uma mudança nos vínculos comunitários e familiares, entre os integrantes do grupo, a partir de falas como as que seguem: “acrescenta conhecimento, diálogo com a família em casa...” (sic); “conheci mais pessoas, que vem até me visitar na minha casa”; “a conviver mais em grupo, a entender a minha necessidade e a das minhas colegas. Aprendi a ajudar” (FERUGEM, 2011a). As famílias trazem experiências suas para o grande grupo, assim como têm atitudes solidárias.

Os questionários utilizados para levantamento apresentam também resultados diretamente relacionados a este indicador. A questão número 3 do questionário 1 era se o sujeito sentia-se diferente depois que iniciou a participação nos grupos, se sim em que, e se sua família percebeu tais modificações. Destacam-se a seguir algumas respostas: “Sim/Em comunicação com as pessoas. Agora falo mais com os outros” (sic); “Sim/No jeito de cuidar a minha família, aprendi a cuidar da alimentação da família/Todos” (sic); “Aprendi que não só eu tenho problemas, mas várias dessas mulheres do grupo tem problemas piores que os meus e esqueço os que tenho e tento ajudar com os delas” (sic); “Sim/Acho que aprendi a me relacionar melhor com meu próximo (sic); Sim/meu marido, inclusive ele comentou que agora eu sei sobre direitos e deveres” (sic).

A partir destas falas verifica-se que houve uma qualificação a partir do processo grupal e uma melhoria nos vínculos familiares e comunitários, este que é um dos grandes objetivos do trabalho desenvolvido nos CRAS. Os indicadores 2 e 6 dizem respeito ao conhecimento e apreensão da política de assistência social e os direitos dos usuários, conforme segue:

*Indicador 02:* Apreensão pelas famílias de uma concepção ampliada da política de Assistência Social; compreensão de que assistência social não é caridade, assistencialismo, mas é direito do cidadão e dever do Estado. Entender o que é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

*Indicador 05:* Apreensão por parte dos usuários acerca de seus direitos; reconhecimento de seus direitos; conhecimento sobre como buscar o acesso aos direitos; encaminhamento do usuário para a busca de seus direitos; iniciativa por parte do usuário de buscar seus direitos, verbalizando inclusive os mecanismos de resistência; atendimento das demandas dos usuários (FERRUGEM, 2010c).

Realizou-se um encontro especificamente sobre o PAA, debatendo sobre seu significado e os grupos ligados a este programa dentre outros aspectos. Noutra reunião tratou-se especificamente sobre a Política de Assistência Social, debatendo sobre o conceito ampliado de Assistência Social, sendo bastante enfatizada a diferença de assistência social e assistencialismo, caridade. A partir de todo o debate foi possível visualizar que houve uma apreensão dos sujeitos acerca de seus direitos.

Referente a isso, destaca-se a fala de uma integrante do grupo, quando esta, no final do encontro, dirige uma resposta à estagiária. A estagiária estava falando sobre os profissionais do CRAS, que os mesmos devem atender a população, mas é claro que nem sempre é possível atender a demanda que chega, a equipe nem sempre é suficiente, e nisto uma integrante interrompe, falando: “é, mas é dever de vocês, vocês têm que prestar um atendimento a população, são pagas para isto” (sic) e riu (FERRUGEM, 2010b). Esta fala emergiu no encontro após ter sido feito um debate sobre a assistência social ser um direito, uma política, e não uma ajuda. Reconhece-se nela a contradição, pois ao mesmo tempo em que demonstra a compreensão da assistência social enquanto direito, por outro lado reproduz a ideia da mercadoria, da sociedade capitalista, onde tudo se compra e se vende.

Já foram citadas várias falas no decorrer do trabalho que evidenciam a ampliação do conhecimento acerca dos direitos, destacam-se aqui as seguintes: “eu era leiga em muitas coisas... agora eu sei o que é o PAA” (sic) (FERRUGEM, 2011a); “Aprendi mais sobre os direitos e relacionamentos com as pessoas” (sic); “a fazer pão, sobre a lei Maria da penha, para ajudar as pessoas, sobre as leis sobre o adolescente e vários outros” (sic) <sup>13</sup>.

Desse modo, ao olhar atentamente aos indicadores construídos para avaliar a intervenção, identificam-se avanços e desafios. Como outro produto do trabalho, identifica-se que ocorreu uma assessoria à coordenação do grupo, uma viabilização de benefícios assistenciais e demais encaminhamentos a partir do acompanhamento destas famílias. Ocorreu, também, uma viabilização do acesso a recursos não só materiais, mas a própria busca pelos direitos a partir das informações democratizadas ou das questões problematizadas. Isso influencia diretamente nas condições de sobrevivência social dos sujeitos e também no seu modo de vida. Dentre os maiores desafios foi concretizar a padaria e horta comunitárias, tão

---

<sup>13</sup> Estas duas últimas falas referem-se às respostas ao questionário número 1.

idealizadas pelo grupo e prometidas pelo poder público. Quando realizou-se a avaliação da árvore dos objetivos do grupo, “os frutos” identificados como ainda “não maduros”, sendo assim, sem possibilidade “de colher” estavam relacionados com os objetivos da padaria e horta comunitárias. Por falta de conhecimento de como proceder, ou falta de iniciativa do poder executivo, estas questões não foram alcançadas. Identificou-se, nas reuniões com os gestores do programa, que o CRAS poderia intervir até certo ponto no grupo, havia receio do nosso trabalho. O extrato do relato de uma reunião evidencia tal afirmação (FERRUGEM, 2010-2011):

Ele trouxe que tudo o que fizemos juntos para ajudar é bom. Renata afirmou que às vezes ficam em dúvida de até onde podem ir, sem ocupar tarefas que não lhe dizem respeito. Afirmou que podemos ajudar na formação das famílias, alertar questões, contribuir com as coordenadoras no que precisarem, mas deixou bem claro que “não podem decidir coisas”. As decisões cabem aos gestores e coordenadores.

O fato de este programa não ter uma equipe técnica dificultava o trabalho desenvolvido com as famílias no CRAS, enquanto grupo de PAIF. Os gestores por vezes traziam considerações e agiam de determinada forma que não condizia com o trabalho que estava sendo construído com o grupo – a contradição se fazia presente. Enquanto se trabalhava na perspectiva do alimento enquanto direito, se ouviam gestores afirmar que faziam este trabalho no horário livre, ou que o governo já ajudava com as sacolas de alimentos, as famílias precisam se ajudar, afinal “o governo vai funcionar ao nosso lado se a gente se mexer” (sic); e “as pessoas se ajudam, nós ajudamos. Queremos mudar a situação das pessoas, não queremos assistencialismo” (sic) (FERRUGEM, 2010- 2011).

Estas falas demonstram o quanto o trabalho do Assistente Social não se direciona somente à população usuária, mas muitas vezes aos trabalhadores e gestores da política. Identifica-se que os gestores também precisam ser trabalhados para que a apreensão da assistência social como direito seja de fato internalizada. Da mesma forma, realizar um trabalho com gestores e trabalhadores do SUAS pode multiplicar a ação, na medida em que, na execução da política, tais atores estarão construindo com os usuários tal entendimento.

Por fim, avalia-se que houve um maior entendimento sobre os programas e projetos assistenciais. As famílias passam a ter o CRAS como referência no atendimento de suas demandas, como uma usuária afirmou: “antes do grupo não conhecia o trabalho do CRAS. E pra mim é o lugar aonde acho pessoas de



confiança para tratar determinados assuntos, uma casa que ampara!” (sic); e “foi fundamental pra mim, coisa que eu teria que correr atrás o CRAS me encaminha e não fico pra lá e pra cá sem resposta” (sic)<sup>14</sup>. A partir disso visualiza-se o quanto o projeto de intervenção respondeu a demanda institucional e dos usuários. E neste caminho o grupo caminhou, construindo seu processo, com avanços, retrocessos, mas o que importa, caminhou na direção de seus objetivos, na busca de melhores condições de vida para si e para sua família.

---

<sup>14</sup> Falas extraídas do Questionário 1.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho parece que por mais que se possa escrever não se consegue destacar todas as questões importantes do processo de formação profissional, assim como no próprio Trabalho de Conclusão de Curso e intervenção profissional realizada. Mesmo assim, faz-se um esforço para sintetizar o aprendizado construído no decorrer destes cinco anos de graduação.

A experiência de percorrer o caminho da formação profissional proporcionou inúmeras descobertas. O primeiro aprendizado construído foi o de ampliar o olhar para além do senso comum e ter uma visão crítica sobre a realidade. A partir disso e de cada aula passou a haver uma construção enquanto profissional de Serviço Social. Conforme citado no decorrer da monografia, a formação não se deu apenas dentro das salas de aula, apesar de este ser um espaço importantíssimo; houve a oportunidade, também, de participar dos núcleos de pesquisa e do Movimento Estudantil de Serviço Social, os quais contribuíram na formação profissional e agregaram conhecimento.

Acredita-se que este trabalho, além de ter atendido a exigência da graduação em Serviço Social, apresentou a “aventura” que foi o processo de formação profissional, buscando trazer elementos que contribuam para trabalhos futuros. Deseja-se que esta monografia possa contribuir para a compreensão da importância do Assistente Social no trabalho com grupos de famílias, instigando processos sociais emancipatórios e evidenciando a necessidade de “enfrentar a cansaça” para alcançar os objetivos (MARX, 1989).

Entende-se que a experiência no processo de estágio foi uma aventura, em que, por vezes, se perdendo, mas sempre acabava por se encontrar, pois havia orientação, ou seja, o projeto ético-político, as dimensões da competência e os documentos da profissão. Essa viagem realizada, tanto no CEUVF quanto no CRAS Harmonia, sempre esteve pautada no projeto ético-político profissional, preservando os valores da justiça social, da democracia, da equidade e da liberdade como valor ético central. Em ambos os espaços a intencionalidade era muito clara e alinhada com o projeto profissional. Assim, entende-se que as dimensões ético-política e teórico-metodológica estiveram presentes durante todo o processo, pois sem elas a dimensão técnico-operativa não ocorre de forma plena.

Com tal entendimento das dimensões da competência, compreendendo que temos valores éticos, que a práxis deve estar presente, de maneira que a teoria e a prática estejam sempre caminhando juntas, desenvolveu-se o processo de estágio. No CEUVF, por mais que se tenha passado por algumas dificuldades em desenvolver o projeto de intervenção, o trabalho desenvolvido lá possibilitou inúmeros aprendizados. Destaca-se aqui o aprendizado adquirido nos atendimentos realizados, mas principalmente sobre a categoria da participação, passando a entendê-la como processo realmente complexo e contraditório o que instigou mais ainda a trabalhar com a mesma.

No CRAS Harmonia realizaram-se diversas atividades e todas acrescentaram conhecimento no processo de formação profissional, desde o acolhimento realizado às famílias até os atendimentos familiares e desenvolvimento de grupos. Porém, isso só foi possível porque se chegou ao espaço institucional com uma bagagem teórica e a orientação do projeto profissional, de maneira a não perpetuar com atitudes baseadas no senso comum que acabam por reiterar a subalternidade e não promover processos sociais emancipatórios.

O trabalho com o grupo de famílias tinha este objetivo, contribuir com a constituição de grupo, com a progressiva construção da autonomia e instigar processos sociais emancipatórios. A partir da avaliação do trabalho, trazida no TCC, compreende-se que a intervenção gerou alguns frutos, com resultados positivos, mas sem descartar as dificuldades encontradas no caminho. Afinal, só é possível chegar “aos cimos luminosos” aqueles que enfrentam a cansaça e percorrem caminhos incertos e desafiadores (MARX, 1989).

Ressalta-se que a intervenção realizada no CRAS possibilitou a ampliação do olhar para compreender melhor a relevância do trabalho do Assistente Social neste âmbito. Identificou-se que a participação deste profissional nas equipes da Política de Assistência Social é fundamental, considerando o conhecimento que ele constrói na sua formação, seu objeto de trabalho, ou seja, o que busca transformar.

No trabalho realizado com o grupo de famílias no CRAS buscava-se contribuir para superação da subalternidade em que as mesmas viviam, o que dificultava o exercício da autonomia. Além disso, a instituição demanda a realização do PAIF e a contribuição com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Conseguiu-se, pois, a partir da categoria mediação, atender a demanda da instituição, uma vez que executado o PAIF e a partir das falas dos

usuários atendidos, houve uma melhoria nos vínculos familiares e comunitários.

Da mesma forma, incidiu-se uma ação sobre o objeto de trabalho (re) elaborado, na medida em que pequenos gestos e ações passam a demonstrar um maior conhecimento acerca dos direitos, identificando a possibilidade de decidir os rumos da própria vida, buscar alternativas de superação das situações mais adversas de forma coletiva. Não se pode deixar de destacar que a intervenção nunca deixou de estar alinhada aos interesses dos usuários, com o que esperavam do trabalho, sempre problematizando o que era necessário melhorar.

Ressalta-se a relevância do trabalho deste profissional com grupos de famílias, uma vez que este é um espaço privilegiado de intervenção. Trabalhar tanto com famílias quanto com grupos possibilita enxergar o sujeito enquanto ser integral, que se constrói a partir das relações que estabelece. Nesse sentido, deve-se sempre ter a dimensão do coletivo, independente do local que se desenvolva o trabalho.

De acordo com o abordado na monografia, é importante salientar o quanto é necessário efetivar a intersetorialidade entre as políticas. A experiência desenvolvida no CRAS evidenciou o quanto ainda é necessário avançar em relação a este assunto, considerando que a maioria das ações não acontece de forma articulada e intersetorial. O que predominam são ações e serviços fragmentados e focalizados, onde “cada um cuida do que é seu”.

Pode-se identificar isso no que se refere à intervenção realizada com as famílias do PAA, considerando que o grupo de famílias demandava atendimento da assistência social, porém o programa estava vinculado à segurança alimentar; ambas as políticas são gestadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social, dividindo inclusive o mesmo espaço físico, porém não havia um diálogo entre as duas.

Evidencia-se, assim, que o trabalho pode ser muito mais qualificado se a intersetorialidade, o trabalho em redes realmente for efetivo. Outro fator que se coloca como sugestão é a intervenção do profissional de Serviço Social junto aos grupos de famílias do PAA. Em Canoas os grupos devem ser “autogestionáveis”, porém para que isto aconteça é necessário investir e dar suporte para tal autogestão.

As famílias que participam deste programa estão em situação de vulnerabilidade social, portanto são público também da assistência social. Neste sentido, identifica-se a relevância da intersetorialidade assim como do trabalho do Assistente Social. Tal profissional constrói na sua formação competências para trabalhar com as políticas sociais, da mesma forma que com grupos de famílias, objetivando a autonomia e

processos sociais emancipatórios. Destaca-se, ainda, referente a isso, que os próprios grupos do PAA e atores envolvidos salientaram que há falta de acompanhamento técnico: conforme consta no relatório sistematizado pela CONAB: “em muitas situações não há um trabalho intensivo e sistemático de acompanhamento das famílias beneficiadas com as doações do PAA” (BRASIL, 2006b).

De certa forma o reconhecimento da intervenção técnica aconteceu por parte dos gestores do programa em Canoas; quando o programa foi renovado solicitaram que o CRAS e a estagiária pudessem continuar contribuindo com o grupo de famílias no que se refere à assistência social e todo o suporte oferecido. Este é um fator positivo do trabalho que se realizou, porém, por outro lado, há necessidade de articulação mais direta com alguma equipe técnica da política que orienta tal programa, de maneira a efetivar e organizar o trabalho.

Assim, verifica-se a contradição presente nos processos de trabalho em que o profissional se inscreve, pois assim como se identificam fatores que potencializam o trabalho, verificam-se outros que limitam. Porém, foi neste movimento que se construiu enquanto profissional de Serviço Social e se aprendeu muito na troca de experiências; afinal, os homens não se fazem no silêncio, mas no trabalho, na palavra, na ação-reflexão (FREIRE, 1982), ou seja, a partir das relações.

Esta troca que ocorreu com a equipe profissional, na medida em que se buscava um trabalho interdisciplinar, ações articuladas e a própria troca de saberes possibilitavam um crescimento de ambas as partes envolvidas. Porém, foi construído um imenso aprendizado com o grupo de famílias, a partir das atividades desenvolvidas, da ampliação do olhar que ia muitas vezes para além do planejado em trabalhar, mas partir da realidade social concreta das famílias, verbalizada pelas mesmas no processo grupal.

Sobre o aprendizado construído coletivamente vai ao encontro do que Freire (1985, p. 32) afirma, ou seja, “é preciso saber que quem sabe saiba, sobretudo que ninguém sabe tudo e que ninguém tudo ignora”. Assim, todos nós sabemos e ignoramos algo; dessa forma aprendemos sempre. Aprendeu-se, a partir da troca de saberes e das relações construídas, que todos têm algo a acrescentar nas relações que estabelecem.

Muito ainda se poderia trazer acerca do aprendizado construído no processo de formação profissional, porém destacam-se alguns pontos considerados fundamentais. O caminho na formação não foi isento de pedras e dificuldades,

porém, não se pode deixar de ver a possibilidades no trabalho e as potencialidades das famílias com as quais se trabalha. Entende-se que este estudo representa uma etapa que se concluiu, porém a formação deve ser permanente e a partir dos nós construídos com esta monografia, com a formação de maneira geral segue-se por “veredas abruptas”, em busca dos “cimos luminosos” (MARX, 1989, p. 19).

Pensando nas possibilidades, destaca-se que ao desenvolver um trabalho com o grupo de famílias no CRAS e após construirmos este TCC, se pode ousar sugerir algumas questões. Um delas é a de ter uma maior articulação entre as políticas, de maneira que possam qualificar o trabalho com as famílias. Da mesma forma, percebe-se que o grupo desenvolvido no CRAS, até pelo fato do grande número de integrantes, ocorreu somente com as famílias do programa. Após a conclusão do estágio no CRAS sugere-se que tal trabalho, tendo continuidade, deva contar com a participação de outras famílias e não segregar a somente aquelas que são do programa. Isso enriqueceria o trabalho e não fragmentaria as famílias. Chegando ao final deste trabalho pode-se dizer que ser Assistente Social nos dias de hoje não é tarefa fácil, mas como afirma Iamamoto (2008a, p. 470): “o desafio é afirmar uma profissão voltada à defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história da luta dos trabalhadores no País, e comprometida com a radical democratização da vida social no horizonte da emancipação humana”.

Resta claro, a partir do exposto, que a intervenção feita buscou comprometer-se com a classe trabalhadora, tendo no horizonte a emancipação humana, a qual só é possível em outro modelo societário, que não o capitalismo. Analisando o título do TCC “Alçando voo da subalternidade à autonomia: o trabalho do (a) assistente social instigando processos emancipatórios ou reiterando subalternidade?”, pode-se dizer que apesar dos desafios conseguimos alçar voo. As famílias e o grupo ao percorrerem seu caminho no processo grupal deram seus voos, mesmo que ainda um tanto tímidos. O grande objetivo foi contribuir com a emancipação social, a qual não é possível plenamente na sociedade de hoje. Mas estes “pássaros aprenderam a voar”, por mais que dentro de uma gaiola (os limites da sociedade capitalista), ainda assim voam. Acredita-se ser necessário que o Assistente Social contribua cada vez mais com processos sociais emancipatórios, visando uma sociedade diferente, oportunizando que os sujeitos possam voar ao encontro da emancipação e

romper as amarras que os prendem<sup>15</sup>. Nesse sentido, cita-se um trecho de Marx e Engels (1993, p. 65) o qual reitera o que foi abordado:

[...] somente é possível efetuar a libertação real no mundo real e através de meios reais... não se pode superar a escravidão sem a máquina a vapor... nem a servidão sem melhorar a agricultura... não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação, habitação, vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A libertação é um ato histórico e não um ato de pensamento e é efetivada por condições históricas [...]

Portanto, só é possível haver uma real emancipação em outro modelo societário, contrário ao capitalista, uma vez que neste jamais será possível dar a todos a garantia plena da qualidade de vida. Já no final do trabalho destaca-se que, mesmo após concluí-lo ainda observa-se o que se poderia aprimorar mais, e a cada nova leitura da monografia o olhar se modifica e proporciona outros entendimentos acerca de um mesmo tema.

Freire (2007, p. 28) destaca que “ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se ‘dispõe’ a ser ultrapassado por outro amanhã”. Ou seja, há o entendimento de que apesar de agora ser conhecimento novo, se dispõe a ser ultrapassado por outro amanhã. Pensando nisso, haveria muito mais para abordar neste trabalho, afinal o conhecimento é inacabado e permanente; da mesma forma somos nós, sujeitos em permanente construção. Conclui-se este trabalho compactuando com as palavras de Freire (2007, p. 53), pois “gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Está é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado”. Sejamos, pois, seres inacabados e que busquemos permanentemente irmos além.

---

<sup>15</sup> A ideia de relacionar o voo dos pássaros e a gaiola com os sujeitos e o modo de produção capitalista foi construída durante a aula de Tópicos Especiais em Serviço Social: Formação Profissional V, com apoio do professor Giovane Scherer.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995.
- ANDRADE, Carlos Drummond. **Esquecer para lembrar: (boitempo III)**. São Paulo: Editora Record, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **A crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho**. Capacitação em Serviço Social e Política Social Continuada: Modulo 01 Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço social- CEFSS- ABEPSS- CEAD- UnB. Parte 1 – O significado histórico das transformações da sociedade contemporânea. Brasília: CEAD, 1999.
- BAPTISTA, Myrian Veras. A ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia; ON, Maria Lúcia Rodrigues; MUCHAIL, Salma Tannus (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2007.
- BAPTISTA, Naidison de Quintella. Metodologia de trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A. VITALE, M. (Org.) **Família, redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v.4)
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BILAC, Elisabete Dória. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. [et al]. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC, 2003.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de rede intersetorial**. Setembro-2001. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2010.



BRASIL. **Cartilha Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.** Brasília, CONSEA. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiuacoes-arquivos/cartilha-losan-portugues>>. Acesso em: 10 set. 2011d.

BRASIL. Constituição (1998) **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 28 set. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.** Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, 7 maio. 2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1292&t=2>>. Acesso em: 11 set. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.959, de 15 de setembro de 2009.** Dá nova redação aos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto no 6.447, de 7 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Brasília, 15 set. 2009b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm)>. Acesso em: 11 set. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.** Brasília, MDS, 1993. Disponível em: <[www.mds.gov](http://www.mds.gov)> Acesso em: 20 out. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003.** Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em: 10 set. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, MDS, 2006a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm)>. Acesso em: 10/09/2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Fome Zero.** Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 10 set. 2011a.  
BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Segurança Alimentar– PAA.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em: 11 set. 2011b.

BRASIL. **NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005).** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, jul. 2005.

BRASIL. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Proteção Social Básica. Brasília, 2009a.

BRASIL. **O SUS de a a z**: garantindo a saúde nos municípios. 2009. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus\\_3edicao\\_completo.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/sus_3edicao_completo.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2011.

BRASIL. **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília-DF: Conanda, 2006c.

BRASIL. **PNAS – Política Nacional de Assistência Social (2004)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. Brasília, nov. 2005.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – Legislação Básica**. Mapa/Conab/Dipai. Brasília-DF, março de 2011c. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11\\_06\\_24\\_19\\_33\\_06\\_livreto\\_paa\\_dipai\\_versao\\_publico\\_externo\\_atualizacao\\_marco\\_2011..pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_06_24_19_33_06_livreto_paa_dipai_versao_publico_externo_atualizacao_marco_2011..pdf)>. Acesso em: 10 set. 2011.

BRASIL. **Relatório-Síntese**: oficina de documentação participativa do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar – PAA REGIÃO SUL. Curitiba, CONAB, 2006b. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/ab4f2fe544aad10c428358dd799e1ef4..pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Org.). **Política social e democracia**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

BUARQUE, Chico. Roda viva. In: **Perfil**. Som Livre: 2003. Faixa 2 (3:44).

CALVETE, Cássio; COUTO, Berenice Rojas. A assistência social e a inserção produtiva: garantia de renda ou inserção precária no mundo do trabalho? In: MENDES, Jussara Maria Roda; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. VITALE, M. (Org.) **Família, redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC, 2003.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993a. In: Conselho Regional de Serviço Social 10ª região (Org.). Porto Alegre: Dacasa/Palmarinca, 2009. (Coletânea de leis)

CFESS. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993b. In: Conselho Regional de Serviço Social 10ª região (Org.). Porto Alegre: Dacasa/Palmarinca, 2009. (Coletânea de leis)

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes social na política de assistência social**. (Cartilha) Série: trabalho e projeto profissional nas políticas sociais. Brasília: CFESS, 2009.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 10 ed. São Paulo: Ática, 1998.

COLAO, Magda Maria. O modo de produção: categoria do materialismo histórico. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Movimento/index>>. Acesso em: 03 set. 2011.

COUTO, Berenice Rojas. A assistência social como política pública: do sistema descentralizado e participativo ao sistema único da assistência social. In: MENDES, Jussara Maria Roda; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Org.). **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006b.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

COUTO, Berenice Rojas; SILVA, Marta Borba. A política de assistência social e o Sistema Único da Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. In: MENDES, Jussara Maria Roda; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7ed. São Paulo, Cortez, 1986.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7ed. São Paulo, Cortez, 2000.

DEGENNSZAJH, Raquel Raichelis. Organização e gestão das políticas sociais do Brasil: Desafios da gestão democrática das políticas sociais. In: CFESS. ABEPSS. CEAD. UnB. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta Continuada à Distância, 2000.

ENGELS, Friedrich. Prefácio da edição inglesa. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989, v. 1.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios do serviço social na era da globalização. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 61, p. 179-180, 1999.

FERNANDES, Idilia. Dialética da instrumentalidade: abordagem grupal e familiar na perspectiva da assistência social. In: MENDES, Jussara Maria Roda; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Org.). **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

FERNANDES, Idília. Dialética dos grupos e das relações cotidianas. In: GUIMARÃES, Gleny T.; FERNANDES, Idília [et al]. **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes Heller em perspectiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FERRUGEM, Renata Dutra. **Análise reflexiva sobre o processo de estágio no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Harmonia (Canoas)**. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Estágio Obrigatório em Serviço Social III, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010d. Não paginado.

FERRUGEM, Renata Dutra. **Caderno de registros do grupo de famílias do PAA no CRAS I**. Canoas, CRAS Harmonia, 2010b. Não paginado

FERRUGEM, Renata Dutra. **Caderno de registros do grupo de famílias do PAA no CRAS II**. Canoas, CRAS Harmonia, 2010-2011. Não paginado.

FERRUGEM, Renata Dutra. **Caderno de registros do grupo de famílias do PAA no CRAS III**. Canoas, CRAS Harmonia, 2011a. Não paginado.

FERRUGEM, Renata Dutra. **Diário de campo de 09 de setembro de 2010**. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Estágio Obrigatório em Serviço Social III, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010a.

FERRUGEM, Renata Dutra. **Projeto de intervenção: subalternização ou autonomia?** A construção do protagonismo com as famílias do grupo do Programa de Aquisição de Alimentos. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Estágio Obrigatório em Serviço Social III, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010c. Não paginado.

FERRUGEM, Renata; PRATES, Jane C. **Relatório BPA da pesquisa contribuições das IES da região metropolitana de Porto Alegre para a formação de profissionais com vistas a sua inserção no SUS e no SUAS**. Porto Alegre, PUCRS, 2009. Não paginado.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FROMER, Marcelo; ANTUNES, Arnaldo; BRITTO, Sérgio. Comida. In: TITÃS. **Jesus não tem dentes no país dos banguelas**. WEA: 1987. 1 CD-ROM. Faixa 2 (03:59)

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GROSSI, Patrícia Krieger; GUILAMELON, Lucimari Frankenberg. Intersetorialidade na política de saúde do idoso. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, EDIUPUCRS, ano v, n. 6, p. 5-10, 2006.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional.** CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A. VITALE, M. (Org.) **Família, redes, laços e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005.

HENFIL. **Diretas já!** Rio de Janeiro: Record, [1984].  
IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). [et al]. **Serviço social e saúde.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na cena contemporânea.** CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009c.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Canoas – RS.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acesso em: 25 set. 2011a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: Resultados do Universo.** Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acesso em: 26 nov. 2011b.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.  
LAPASSADE, Georges. **Grupos, organizações e instituições.** RJ: Francisco. Alves, 1989.

LEFEVRE, Henry. **Lógica formal/lógica dialética.** 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LONARDONI, Eliana [et al]. **O processo de afirmação da assistência social como política social**. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c-v8n2_sonia.htm)>. Acesso em 12 set. 2010.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. Capacitação e emancipação: uma relação possível. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, EDIUPUCRS, v. 8 n.1, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Coord). **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. NEPI Caderno n. 1. São Paulo: PUCSP, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. José Bruni e Marco Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. José Bruni e Marco Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant Anna. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 6v.

MARX, Karl. **O Capital** – crítica da economia política. Rio de Janeiro Bertrand Brasil S.A., 1989, v. 1.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.) **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar**. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias**. CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009b.

MONTAÑO Carlos E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Revista Lutas Sociais**, v. 8. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/revista/edicoes\\_antteriores.html](http://www.pucsp.br/neils/revista/edicoes_antteriores.html)>. Acesso em: 05 set. 2011.

MULLER, André; WOORTHMAN, Gutje; SEABRA, Philippe. Até quando esperar. In: PLEBE RUDE. **Enquanto a trégua não vem** (álbum). EMI Music: 2000. 1 CD-ROM. Faixa 18 (5:40).

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA et. al. (Org.) **Serviço social e saúde**. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <[http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf)>, (p. 01-22). Acesso em: 07 set. 2011.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”. **Civitas – Revista de Ciências Sociais** v. 4, nº 1, 2004.

PEREIRA, Potyara A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.) **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades humanas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas e questões. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009a.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Do taylorismo/fordismo à acumulação flexível toyotista**: novos paradigmas e velhos dilemas. s/d. Disponível em: <[http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/taylorismo\\_e\\_fordismo\\_toyotismo1.pdf](http://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/taylorismo_e_fordismo_toyotismo1.pdf)>. Acesso em: 04 set.2011.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego por Bernardo Soares**. São Paulo: Brasiliense, [1986].

PESSOA, Fernando. **O guardador de rebanhos e outros poemas**. Seleção e introdução de Massaud Moisés. São Paulo: Cultrix, 1993.

PESSOA, Fernando. **Páginas íntimas e de auto-interpretação**. Lisboa: Ática, [1970?].

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do serviço social**. [s/d] Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Modelo para apresentação de trabalhos acadêmicos, teses e dissertações elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão**. 2011. Disponível em: <[www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos](http://www.pucrs.br/biblioteca/trabalhosacademicos)>. Acesso em: 28 nov. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central Ir. José Otão. **Modelo de Referências Elaborado pela Biblioteca Central Irmão José Otão**. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/porta1/page/porta1/biblioteca/Capa/BCEPesquisa/BCEPesquisaModelos>>. Acesso em: 11 set.2011.

PRATES, Jane Cruz. A democratização do poder local através do orçamento participativo da assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 61, 2003.

PRATES, Jane Cruz. As pesquisas avaliativas de enfoque misto e a construção de indicadores para a avaliação de políticas e programas sociais. ENPESS. **Anais**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010. Não paginado.

PRATES, Jane Cruz. **Condições ofertadas pela IES de Porto Alegre para qualificação de profissionais com vistas a sua inserção no SUS e no SUAS a partir da integralidade**. Projeto de Pesquisa. Órgão de Fomento: BPA/PUCRS: Porto Alegre, 2009.

PRATES, Jane Cruz. **O trabalho do assistente social e a instrumentalidade**. Oficina sobre processos de trabalho e Serviço Social na Fronteira Noroeste do RS. (Workshop) Santa Rosa, 2008.

PRATES, Jane Cruz. **Os processos de trabalho e o trabalho do assistente social**. Material didático de oficina. Córdoba-Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 2011. Não paginado.

PRATES, Jane Cruz; FERNANDES, Idília; CLOSS, Thaísa. Política de assistência social: a reiteração da exclusão via inclusão precária ou a priorização de processos emancipatórios? II. Seminário de Políticas Sociais do Mercosul. **Anais**. Pelotas: UCEPEL, 2011. Não paginado.

RODRIGUES, Daniele Rocha. **Eu era peça dessa empresa, hoje sou apenas uma matrícula!** Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: FSS/PUCRS, 2008.  
RUSSO, Renato. Giz. In: Legião Urbana. **O descobrimento do Brasil** (álbum). EMI: 1993. Faixa 11 (3:23).

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. Tradução de Dom Marcos Barbosa. 48 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2003.

SILVEIRA, Esalva Maria Carvalho. **Historicidade das concepções sobre a família**. Material elaborado para fins didáticos em setembro de 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direitos do serviço social**. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, ano XXIII, n. 71, 2002.



VASCONCELOS, Ana Maria de. **A intenção-ação no trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1985.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço social e prática reflexiva. **Revista em Pauta**. FSS, UERJ, Rio de Janeiro, n. 10, set. 1997.

VERÍSSIMO, Érico. **O Continente**. Série: O tempo e o vento – parte 1. São Paulo: Globo, 1997.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO 1****QUESTIONÁRIO PARA FAMÍLIAS DO GRUPO PAA – CRAS HARMONIA**

Núcleo: \_\_\_\_\_ Data: 10/12/2010

- 1) **DOS GRUPOS DESENVOLVIDOS COM A ESTAGIÁRIA, QUAL (OU QUAIS) VOCÊ GOSTOU MAIS? POR QUÊ?**
  
- 2) **SUA PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS CONTRIBUIU COM ALGO EM SUA VIDA? O QUE?**
  
- 3) **VOCÊ SE SENTE DIFERENTE DEPOIS QUE COMEÇOU A PARTICIPAR DOS GRUPOS?**  
 SIM  NÃO
  - EM QUE?
  
  - ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA PERCEBEU ISTO?
  
- 4) **NOS NOSSOS GRUPOS, O QUE PODERIA TER SIDO MELHOR?**
  
- 5) **QUE IMPORTÂNCIA O CRAS TEM EM SUA VIDA?**
  
- 6) **SUGESTÕES PARA OS PRÓXIMOS GRUPOS EM 2011.**

**APÊNDICE B – FORMULÁRIO 1****FORMULÁRIO**

1) Nome: \_\_\_\_\_

2) Idade: \_\_\_\_\_ 3) Estado civil: ( ) Solteira ( ) Casada ( ) União estável

4) Naturalidade: \_\_\_\_\_ 5) Quantas pessoas moram na sua casa? \_\_\_\_\_

6) Quantos filhos vocês tem? \_\_\_\_\_ 7) Qual idade deles? \_\_\_\_\_

8) Quem é responsável pelo sustento da família? \_\_\_\_\_

Com o que trabalha? \_\_\_\_\_ Qual renda mensal? \_\_\_\_\_

9) Você está trabalhando? ( ) Sim ( ) Não

Com o que você trabalha? \_\_\_\_\_ Qual renda mensal? \_\_\_\_\_

10) Qual a renda mensal familiar? \_\_\_\_\_ 11) Recebe o Bolsa Família? ( ) Sim  
( ) Não

12) Está no CADÚNICO? ( ) Sim ( ) Não Se sim, quando fez cadastro? \_\_\_\_\_

13) Qual seu projeto de vida? \_\_\_\_\_

14) O que você gosta de fazer? \_\_\_\_\_

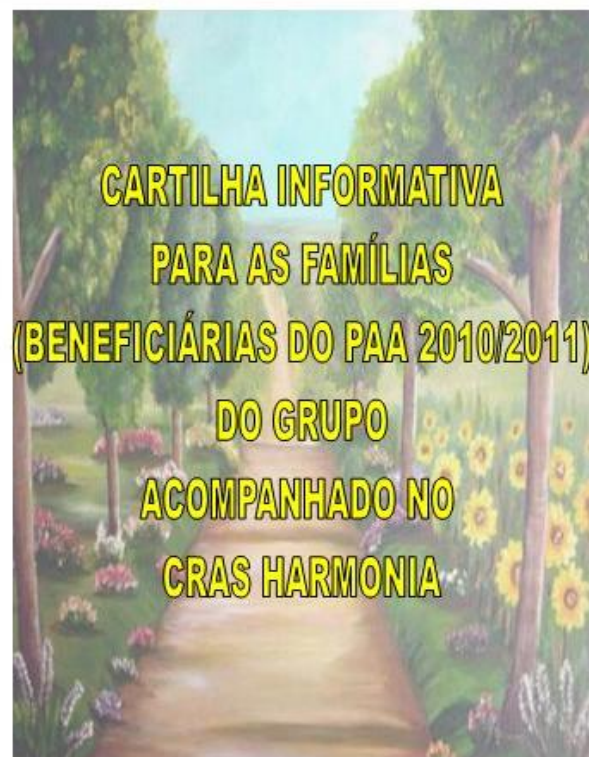
15) Pontos positivos de participar do PAA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16) Pontos negativos do PAA: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – CARTILHA DISTRIBUÍDA PARA AS FAMÍLIAS



### **O QUE É O PAA?**

É o Programa de Aquisição de Alimentos. Um instrumento de política pública, instituído e regulamentado em 2003, pelo governo federal.

### **QUAL OBJETIVO DO PROGRAMA?**

Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

### **COMO FUNCIONA O PAA EM CANOAS?**

O PAA está em Canoas desde 2007. Tinha até o último convênio 700 famílias beneficiárias e 34 grupos. São 4 entidades gestoras: Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Paróquia Imaculada Conceição, ARLAS, ASSOREG. Este comitê é responsável pelo programa no município e criou alguns critérios sobre o mesmo.

### **CRITÉRIOS DO PAA EM CANOAS**

- 1º Participar das formações, reuniões dos núcleos e atividades propostas pelo comitê gestor.
- 2º Não utilizar os alimentos para troca, venda ou qualquer outro fim que não seja o consumo familiar.
- 3º Beneficiários com mais de três faltas que não sejam por motivo de saúde (ou outro motivo grave) estarão automaticamente excluídos do programa.
- 4º Participar da busca da construção de alternativas de geração de trabalho e renda.
- 5º Ter disponibilidade para participar do rodízio das tarefas de organização das sacolas de alimentos.

*Obrigada a vocês do grupo que muito nos ensinaram!!!*



*Um abraço da estagiária de Serviço Social Renata e equipe do CRAS Harmonia.*



**INFORMAÇÕES:**

- **CRAS Harmonia:**  
Rua Dr. Sobral Pinto, 35 – fone: 34250083
- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:**  
Av. Boqueirão, 335 – fone: 34720356
- **Subprefeitura Noroeste:**  
Rua Candelária, 441 (Mathias Velho) – fone: 3466 1660
- **UBS Vila Cerne:**  
Rua Engenheiro Kandler, 1460 (Vila Cerne) – fone: 34723876
- **UBS Jose Veríssimo:**  
Rua José Veríssimo, 292 (Harmonia) – fone: 34657581
- **UBS Natal:**  
Rua Nossa Senhora da Conceição, 285 (Vila Natal) – fone: 34639603
- **UBS Santo Operário:**  
Rua da Associação, 331 (Santo Operário) – fone: 34725739
- **Conselho Tutelar Micro 1:**  
Rua Victor Kessler, 131 (Centro) – fone: 34723344
- **Departamento de Economia Solidária:**  
Rua Dr. Barcellos, 969 – fone: 34653933 ramal 211
- **Secretaria Municipal de Educação:**  
Rua Monte Castelo, 340 – fone: 3476.0017 - 34285089
- **Delegacia da Mulher:**  
Rua Cândido Machado, 106 – fone: 34762056
- **Defensoria Pública:** 34722428
- **Fórum de Canoas:** 34721184
- **Ministério Público:** 34726866
- **Defesa Civil:** 34723400
- **Saúde da Mulher:** 34621688 / 34621691

### Caminho das famílias do PAA no CRAS Harmonia



O Cras iniciou as atividades com o grupo de famílias integrantes do PAA (núcleos Porto Belo e Sagrada Família) em 21 de maio de 2010, com uma atividade sobre "Combate ao Abuso e à Exploração Sexual das crianças e adolescentes". As famílias destes dois núcleos continuaram com atividades até 08 de setembro de 2011. Neste período tivemos muitas atividades. Vamos recordar algumas??

- ❖ Construímos um contrato grupal, assim como fizemos atividades para maior conhecimento dos integrantes do grupo.
- ❖ Atividade sobre o que é o PAA.
- ❖ O que é a Lei Maria da Penha / violência contra a mulher.
- ❖ Sobre o Cadastro Único, Bolsa Família, CRAS e a Assistência Social.
- ❖ Importância da participação.
- ❖ Atividade sobre o dia da mulher e grupo sobre saúde da mulher.
- ❖ Construímos propostas para a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Canoas.
- ❖ Participamos das conferências municipais.
- ❖ Visita a COOARLAS e participação de integrantes da cooperativa no grupo de famílias no CRAS.
- ❖ Debate sobre geração de trabalho e renda com Departamento de Economia Solidária.
- ❖ Várias atividades sobre o grupo, avaliação do nosso caminho.
- ❖ Grupos com a nutricionista.
- Tivemos outras atividades, em algumas contamos com a participação de técnicos do CRAS. Gostávamos de atividades com música, brincadeiras e vídeos, para animar o ambiente.

### QUE FRUTOS COLHEMOS NOS GRUPOS?

- Participamos do artesanato, crochê, tapetes, fuxico.
  - Atividade sobre saúde e geração de trabalho e renda.
  - Melhorar a condição de vida e ajudar na renda da família.
  - Iniciar uma atividade e dar continuidade a ela.
  - Conhecemos mais pessoas, construímos mais amizades, aprendemos a conviver em grupo, a conversar.
  - Construímos novos conhecimentos, Acesso às informações, aos direitos.
  - Com os grupos nos sentimos mais felizes com mais ânimo e força.
  - Aprendemos que: alimentação adequada é direito de todos; a utilizar melhor os alimentos; a economizar; a cuidar da alimentação; a fazer pão e sucos naturais.
- E aprendemos muito mais...**

### O QUE É O CRAS?

O Centro de Referência de Assistência Social é uma unidade pública responsável por ofertar serviços de **proteção social básica** às famílias em situação de vulnerabilidade social do território.

### QUAIS SERVIÇOS TEMOS NO CRAS?

- Todos os dias aberto das 9h às 17h para informações.
- Atendimento familiar: segundas das 9h às 17h e quartas das 9h às 12h.
- Cadastro Único para Programas Sociais (Bolsa Família entre outros): Agendar horário.
- Projeto Criando Laços – responsáveis e crianças até 6 anos.
- Projeto Borboletas – crianças de 07 a 11 anos.
- Projeto Fala Sério – pré-adolescentes/adolescentes de 12 a 14 anos.
- Projeto Jovem Adolescente – jovens de 15 a 17 anos.
- Grupos de família – para famílias do território de abrangência do CRAS, especialmente as beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- Oficinas de artesanato, música e dança.

**Para atendimentos em que ocorreu violação de direitos:**

⇒ **CREAS: Rua Dr. Barcellos, 1357**

**Fone: 34783079**

